

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – MESTRADO

**TRAJETÓRIAS DE VIDA: UM ESTUDO SOBRE A
COMPLEXIDADE DA EXPERIÊNCIA NA RUA**

MARIA DE LEMOS SOBRAL

RECIFE, 2008.

MARIA DE LEMOS SOBRAL

**TRAJETÓRIAS DE VIDA: UM ESTUDO SOBRE A
COMPLEXIDADE DA EXPERIÊNCIA NA RUA**

Dissertação apresentada à banca
examinadora como quesito parcial
para o grau de obtenção do título de
mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Matos

RECIFE, MARÇO DE 2008.

Sobral, Maria de Lemos

Trajetórias de vida : um estudo sobre a complexidade da experiência na rua / Maria de Lemos Sobral. – Recife: O Autor, 2008.

160 folhas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Psicologia, 2008.

Inclui: bibliografia.

1. Psicologia Social. 2. Grupos sociais. 3. Crianças. 4. Adolescentes. 5. Menores de rua. 6. Identidade. I. Título.

**159.9
150**

**CDU (2. ed.) UFPE
CDD (22. ed.) BCFCH2008/67**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**TRAJETÓRIAS DE VIDA: um estudo
sobre a complexidade da experiência na rua**

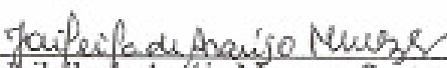
Comissão Examinadora



Prof. Dr. Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Matos
1º Examinador



Profª Drª Irene Rizini
2º Examinador



Profª Drª Jaileila de Araújo Menezes-Santos
3º Examinador

Recife, 05 de maio de 2008

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de um trabalho de quatro anos dedicados ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua; dos quais os dois últimos, referentes ao período do mestrado, se encontraram atravessados pelo investimento de construir sentidos que pudessem qualificar a prática profissional, de modo a contribuir para a melhoria de vida desses sujeitos. Dentre as pessoas que fizeram parte desse processo, agradeço especialmente:

Ao professor Aécio, prezado orientador, por sua competência, disponibilidade, coerência e acolhimento; por ter suportado minhas dificuldades em confrontar-me com o exercício da escrita, tendo sempre demonstrado confiança em minha capacidade de seguir adiante.

A Nevinha e Paula, companheiras de inquietações, sempre tão presentes na construção de alternativas esperançosas e criativas para lidar com as adversidades do fazer profissional, sem as quais não conseguiria ter concluído este trabalho.

À equipe do Centro de Referência para Infância e Adolescência – Vivi, Fátima, Socorro Barros, Paulo, Danuzia, Mauro, Alda, Calucha, Dadado, Pêu, Herlane, Cleide e Socorro Pereira – pela dedicação que é despendida no atendimento aos meninos.

A Bia, Susana e Júlia, da Secretaria de Políticas Sociais, pelo investimento em promover uma ação qualificada para crianças e adolescentes em situação de rua em Olinda, bem como pela confiança que sempre me dedicaram no exercício de minha prática profissional.

A Eliene, Silvia e Carlos, por estimularem meu interesse pela Psicanálise e pelo aprimoramento do fazer psicológico.

Aos professores do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, em especial a Jaileila, Felipe, Fátima e Bel, que contribuíram para as reflexões sobre a pesquisa em Psicologia.

A Ana, Carol, Caú e Emília, queridas amigas e companheiras de vida, pelo apoio e disponibilidade na revisão do texto.

A Mário pela capacidade de conseguir transformar meus pensamentos em imagens.

A Marina e Marília, irmãs, por me proporcionarem experimentar a força do mais puro sentimento fraterno.

A Jane, minha mãe, pela presença, cuidado e amor que me dedicou ao longo da vida.

A Paulo, meu pai, por implantar em mim a crença na possibilidade de um mundo melhor.

A Diogo, meu companheiro, por estar sempre ao meu lado, fazendo funcionar tudo ao meu redor.

A Edna Freitas, minha analista, por sua escuta sempre atenta que me ajudou a suportar as angústias experimentadas nesse processo, fazendo com que eu dele não desistisse.

Aos meninos e meninas em situação de rua, por me fazerem rever meus conceitos e a minha visão de mundo.

RESUMO

A dura realidade das crianças e adolescentes que vivem nas ruas há muito tempo chama a atenção da sociedade. Ao longo da história brasileira, diversas instituições se dispuseram a *resolver* o problema das *crianças de rua*; contudo, suas políticas de atendimento costumavam relacionar-se mais com os interesses da sociedade do que propriamente com as necessidades das crianças. Segundo Rizzini e Butler (2003), o avanço das pesquisas sobre o assunto permitiu perceber que o processo de apropriação da rua se constitui de maneira gradual e progressiva, incorporando-se ao sistema identitário da criança e do adolescente. Desse modo, considerado de maneira isolada, qualquer fator, mesmo que importante, não explica a complexidade do fenômeno. A trajetória seria, portanto, o elemento central que define o lugar que a criança ocupa na rua. O conhecimento dessa trajetória permite compreender a relação que a criança estabelece com a rua como seu espaço prioritário de vida. No presente trabalho, buscou-se compreender como se processam os vínculos das crianças e dos adolescentes com a família, com a rua e com as instituições que as assistem, bem como as implicações do contexto socioeconômico na construção desses vínculos. Foram analisadas as relações entre essas instâncias, de modo a compreender o lugar que elas ocupam nos processos de subjetivação dos sujeitos em questão. A metodologia adotada neste estudo foi a *história de vida*, tendo sido entrevistados três sujeitos – dois adolescentes e uma jovem – com vivência de rua. A partir das narrativas, buscou-se contribuir para o entendimento sobre as trajetórias de vida dos participantes, ao esclarecer quais os mecanismos por eles utilizados para incorporar ou rejeitar os significados psicossociais da rua. Os resultados sinalizam que as crianças e adolescentes que se envolveram com grupos na rua em seus percursos, demonstram mais dificuldade de romper com esse universo, haja vista a vinculação imaginária construída com os pares. Observou-se que, nesses grupos, os sujeitos costumam agir, preponderantemente, pelo registro das emoções, construindo, desse modo, uma aliança identitária de difícil ruptura. O convívio com outras realidades, diferentes daquelas experimentadas na rua, permite aos sujeitos a construção de novas referências identificatórias de modo a fragilizar a rua como um campo prioritário em suas vidas. Espera-se, com os resultados desta pesquisa, contribuir para a construção de práticas voltadas para a melhoria de vida das crianças e adolescentes em situação de rua.

Palavras-chave: *Histórias de vida*, crianças, adolescentes, *situação de rua*, família, instituição, grupo, identidade.

ABSTRACT

The hard reality from the children and adolescents who live on the streets a long time calls the attention from the society. Up from Brazilian history, several institutions offered themselves to solve the problem from the “homeless children”, however their policies from care get used to be related to interests from society whereby properly to the necessities from the children. According to Rizzini & Butler (2003), the advance from the research about it has allowed to realise that the process of appropriation from the street get constituted gradually and progressively, incorporating to the identity system of the child and of the adolescent. In that way, considerate of an isolate way, any factor, even if it’s important, can not explain the complexity of the phenomenon. The trajectory should be the central element that define the place that the child occupies on the street. The knowledge of that trajectory allows to understand the relation that the child establishes with the street as hers priority space of life. This study aimed to understand how the links are conducted of children and adolescents with their family, with the street and with the institutions that assist them, and also the implications of the socioeconomic context in building these ties. We examined the relations between these bodies, in order to understand the place they occupy in the processes of subjectivation of the subjects in question. The methodology adopted in this study was the *life history*. Since this, were interviewed three people – two male adolescents and one female young – with street experience. We tried, according from the narratives, to contribute to the perception about the life’s trajectories from the participants, clarifying what were the mechanisms used for them to incorporate or reject the psicossocial significances from the street. The results have showed that the children and adolescents that get envolved with groups on the street in their courses of life demonstrate harder difficulty of break with this universe, since the imaginary linked constructed with the pairs. We’ve noticed that in those groups the people get used to act hardly in way of the emotions, constructing, in that way, an identity alliance that is difficult to break. The living with others realities, different from those that they tried on the streets, allows the people to construct new identity references in order to brittleness the street as a priority field of their lives. The living with others realities, different from those that they’ve tried on the streets, allows the people to construct new identity references in order to brittleness the street as a priority field of their lives. We hope with the results of this research to contribute to construct practices related to the improvement of the life from the children and adolescents who lives street situation.

Key words: *Life histories*, children, adolescents, *street situation*, family, institution, group, identity.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Objetivos.....	14
Objetivo geral.....	14
Objetivos específicos.....	14
Eixos da pesquisa.....	14

PARTE I

1. Contextualização do problema.....	15
1.1. O conceito de <i>meninos de rua</i>	15
1.2. Pesquisas sociais sobre crianças e adolescentes em situação de rua.....	16
1.3. Desigualdade social: o medo da contaminação.....	18
1.4. Sobre a complexidade da experiência na rua.....	20
1.4.1. O <i>Sistema Criança-Rua</i>	21
2. Fundamentação teórica.....	24
2.1. Problematizando o campo familiar.....	24
2.2. Conflitos de amor e ódio: questões sobre a tendência anti-social.....	27
2.3. O papel da identificação na construção do sujeito.....	29
2.4. A identificação na adolescência.....	30
2.4.1. A construção adolescente dos modelos identificatórios.....	31
2.4.2. O adolescente e o laço social.....	33
2.5. Questões sobre sujeito <i>Delinqüente</i>	34
2.6. A juventude como sintoma da cultura: delinqüência X discursos sociais.....	35
2.7. A fragilidade dos processos identificatórios dos adolescentes.....	36
2.7.1. Fortalecimento do projeto identificatório.....	37
2.8. O adolescente e a sociedade: reedição das <i>Feridas Narcísicas</i>	38
2.9. A vida grupal dos adolescentes nas ruas.....	39
2.9.1 O grupo adolescente.....	40
2.10. Sobre a psicologia de grupo.....	41

2.10.1. O <i>Ideal do Grupo</i>	43
2.11. O atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: atenção a um pedido de reparação.....	47
 <u>PARTE 2</u>	
3. Metodologia.....	50
3.1. A <i>história de vida</i> como instrumento de pesquisa.....	50
3.1.1. A <i>história de vida</i> no contexto da Complexidade.....	51
3.1.2. Interfaces entre a <i>história de vida</i> , a <i>análise institucional</i> e a <i>análise de conteúdo</i>	51
3.2. Procedimentos metodológicos.....	54
3.2.1. Participantes.....	54
3.2.2. Instrumentos e condução da pesquisa.....	54
3.2.3. Análise dos dados.....	55
4. Resultados e discussão.....	57
4.1. A <i>história de vida</i> de <i>Camila</i>	57
4.1.1. Questões que ultrapassam o argumento da pobreza.....	57
4.1.2. Configuração familiar.....	57
4.1.3. A entrada na adolescência e a busca pela rua.....	63
4.1.4. A vinda para a região metropolitana.....	68
4.1.5. A sedução pelo lugar do líder.....	69
4.1.6. As amigas e os códigos da rua.....	72
4.1.7. Os motivos de ida para a rua.....	74
4.1.8. O confronto entre a realidade da rua e as instituições de Atendimento.....	76
4.1.9. A ação da polícia: o confronto com a <i>lei do cão</i>	78
4.1.10. Reprodução dos preconceitos X conhecimento das histórias pessoais.....	80
4.1.11. Aspectos mais marcantes da história de <i>Camila</i>	81
4.2. A <i>história de vida</i> de <i>Tereu</i>	82
4.2.1. Sobre a infância e o relacionamento dos pais.....	83
4.2.2. Sobre a identificação com o pai.....	85
4.2.3. A trajetória na <i>rua</i>	89

4.2.4. Sobre a vida na <i>rua</i>	92
4.2.5. Algumas questões a respeito dos grupos na rua.....	96
4.2.6. Preconceito e violência.....	98
4.2.7. O movimento de saída da rua.....	99
4.2.8. A busca por novos modelos identificatórios.....	99
4.2.9. A relação com uma instituição de atendimento.....	102
4.2.10. A volta para casa.....	104
4.2.11. O percurso pelas instituições de atendimento.....	107
4.2.12. Aspectos mais marcantes da história de <i>Tereu</i>	111
4.3. A <i>história de vida</i> de <i>Valter</i>	112
4.3.1. O contexto familiar.....	112
4.3.2. A ida para as ruas.....	114
4.3.3. As relações na rua.....	116
4.3.4. A homogeneização no grupo e a dificuldade de mudar.....	120
4.3.5. O retorno à comunidade de origem e o convívio com o tráfico de drogas	122
4.3.6. Favela X Rua.....	125
4.3.7. A chegada à instituição.....	128
4.3.8. A espera de um milagre.....	131
4.3.9. Sobre a dificuldade de estabelecer relações de confiança.....	134
4.3.10. A convivência em uma Instituição de Atendimento.....	135
4.3.11. A ameaça diante da maior-idade.....	138
4.1.11. Aspectos mais marcantes da história de <i>Valter</i>	139
5. Uma Síntese (Provisória) das Análises.....	141
5.1. Encontros e desencontros entre as <i>histórias de vida</i>	141
5.1.1. Sobre o contexto socioeconômico.....	141
5.1.2. Sobre as relações com a família.....	142
5.1.3. Sobre as relações com a rua.....	145
5.1.4. Sobre as relações com a instituição.....	149
6. Considerações Finais.....	153
7. Referências.....	157

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte das reflexões da prática profissional em uma instituição de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social nas ruas. Antes de apresentar propriamente a questão a ser estudada, parece relevante refletir um pouco sobre o percurso que impulsionou a pesquisadora em seu interesse sobre o assunto.

A escolha por explicitar as motivações da pesquisa está pautada no entendimento de que todo pesquisador deve reconhecer suas implicações enquanto questões relevantes a serem tratadas no processo, uma vez que ele é parte fundamental do estudo, caracterizando-se como seu principal instrumento de trabalho.

Compreende-se a pesquisa em psicologia enquanto um instrumento de mudança social, uma vez que a construção do conhecimento nesse campo pode auxiliar na transformação de posicionamentos e práticas coletivas. Assim, pautado no compromisso ético com a pesquisa, serão explicitados os pontos de partida e as implicações da pesquisadora. Acredita-se que a condução de um relato honesto pode auxiliar no conhecimento das motivações implícitas do trabalho, de modo a contribuir para uma maior objetividade no estudo.

O interesse da pesquisadora pelo tema das crianças em situação de pobreza data dos primórdios de sua graduação no curso de psicologia. Desde o início do curso, questionava as implicações da psicologia no sentido de ela contribuir para a transformação social. Ao longo de sua formação, foi feito um investimento na clínica psicológica, entendendo que ela tratava, prioritariamente, da possibilidade de mudança a partir da relação entre sujeitos. Entretanto, embora tivesse bastante identificação com os pressupostos da clínica, sobretudo a clínica psicanalítica, questionava a carência de iniciativas junto a um segmento da sociedade que sofria psicicamente em função das privações advindas do contexto social.

Com o término da graduação, surgiu a oportunidade de trabalhar em uma instituição que atendia a crianças e adolescentes em situação de risco social nas ruas. De partida, inquietava-lhe a ambivalência entre o modo transgressor e violento com o qual esses sujeitos se relacionavam com as pessoas à sua volta, bem como a forma criativa e lúdica apresentada no enfrentamento de situações inimagináveis aos olhos da classe média. Todavia, uma das questões que mais suscitavam o interesse da pesquisadora se relacionava com o modo

preconceituoso e discriminatório como eles eram percebidos pela sociedade, inclusive pelas próprias instituições que os assistiam.

Assim, surgiu o interesse em estudar as relações estabelecidas entre esses adolescentes e o mundo à sua volta, no sentido de entender de que modo influenciam no direcionamento que eles fazem na vida. Partiu-se do pressuposto de que as ações violentas estavam relacionadas com as histórias de vida dos adolescentes, sobretudo com a inconsistência de suas relações com os adultos, no sentido de como esses lidam com o investimento agressivo (percebido como inerente ao desenvolvimento infantil) que lhes fora feito pelas crianças e adolescentes ao longo de sua trajetória.

Era entendido como legítimo o fato de que uma pessoa que cresceu em condições tão precárias de subsistência pudesse inquietar-se diante das privações por ela sofridas, sobretudo quando era confrontada com padrões tão desiguais de existência, produtos de uma sociedade que supervaloriza a aquisição de bens de consumo em detrimento da existência e da solidariedade.

Assim, o ponto de partida deste estudo foram as reflexões suscitadas pelo trabalho como psicóloga em uma instituição de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social nas ruas. As inquietações da pesquisadora estavam relacionadas, prioritariamente, com a dificuldade das crianças e adolescentes em romperem com a rua, destacando-se a forte ambivalência vivida por eles em sua relação com tal realidade, que ora provocava fúria e medo, ora causava fascínio e satisfação.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Investigar como se processa a experiência subjetiva de crianças e adolescentes em situação de rua: sentimentos, motivações, discursos implícitos e explícitos, construção da identidade e efeitos do contexto social na estruturação de suas vidas.

Objetivos específicos:

- Analisar as influências do contexto socioeconômico na constituição subjetiva das crianças e adolescentes em situação de rua.
- Analisar os vínculos estabelecidos com a família.
- Compreender o processo de apropriação da rua, de modo a entender quais as principais dificuldades envolvidas na ruptura com esse ambiente como espaço prioritário de vida.
- Estudar em que medida as instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua podem contribuir para fragilizar os vínculos com a rua.

Eixos de pesquisa:

Norteando-se pela compreensão das crianças e adolescentes em situação de rua enquanto um fenômeno dinâmico e processual, esta questão será analisada em sua complexidade, ao considerar os diversos fatores implicados em suas trajetórias: fatores *psicológicos* (medos, desejos, fantasias...); *familiares* (organização da família, qualidade dos seus vínculos); relacionados à *rua* (representações simbólicas e fantasias de que as crianças dispõem na rua; inserção, ou não, em bandos; relação com a criminalidade e a violência); *institucionais* (relação, ou não, com serviços que atendem *crianças de rua*) e; *macroscópicos* (situação econômica, política e social).

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

A dura realidade das crianças e adolescentes que vivem nas ruas é uma questão que, há muito tempo, incomoda a sociedade. Muito se fala sobre *meninos de rua* e diversos estudos sobre esse tema formulam hipóteses e análises para explicar o fenômeno. Todavia, antes de qualquer tipo de reflexão sobre o assunto, parece importante discutir a problemática teórico-prática envolvida. É fundamental começar essa tarefa com o estabelecimento das referências conceituais sobre o que se usa chamar *meninos de rua*, refletir sobre o olhar lançado pelas pesquisas sociais sobre o tema e analisar a dinâmica do atendimento a essas crianças ao longo da história.

1. 1. O conceito de *meninos de rua*

Ferreira (2001) chama a atenção para o uso inadequado da expressão *menino/as de rua*, que aponta para uma relação de origem e/ou de posse, como se ele(a)s surgissem da rua ou pertencessem a ela. Essa autora reflete que, para além da inscrição *de rua*, essas crianças e adolescentes trazem consigo histórias de vida marcadas por múltiplos pertencimentos, sendo elas originárias *de seus pais, de suas famílias, de suas comunidades*; em síntese, *de seu meio*.

Um aspecto importante dessa questão diz respeito à imprecisão conceitual sobre o tema *meninos de rua*. A falta de clareza do conceito relaciona-se com a diversidade de situações vivenciadas. São entendidos como *meninos de rua* as crianças e adolescentes vistos pelas cidades, longe dos cuidados e da tutela de seus responsáveis. Essas crianças sobrevivem da rua, podendo nela passar apenas algumas horas de seu dia, em troca de dinheiro, ou até mesmo usá-la como espaço vida, de moradia.

De acordo com Rizzini & Butler (2003), em 1989, o UNICEF organizou um encontro internacional cuja a finalidade seria propor uma tipologia mais adequada às crianças que se encontravam nas ruas. Nesse contexto, surge a distinção entre crianças *nas* e *das* ruas. Tal terminologia tentava diferenciar as crianças que estavam nas ruas como estratégia de sobrevivência, mesmo mantendo seus vínculos familiares, daquelas que acabavam por perder esses elos. A diferença entre os dois grupos referia-se, principalmente, ao nível de risco a que as crianças eram submetidas e à natureza dos vínculos que elas possuíam com a família, estando as crianças *de rua* mais propensas a usar drogas, a se envolver em atividades ilegais e ser presas, do que as crianças *na rua* (Raffaelli, 1996, p. 126).

A terminologia empregada para designar os grupos de crianças encontrados nas ruas foi se modificando à medida que eram incorporados novos elementos. Inicialmente, o *menino de rua* parecia abarcar a todos, sem distinção. Mais adiante, foi feito o uso de *meninos e meninas*, considerando-se as diferenças de gênero. A expressão *situação de risco* passou, então, a ser adotada, ao se observar o caráter particular, vulnerável e efêmero em que essas crianças e adolescentes se encontram.

Para Hutz e Koller (1996), uma criança será considerada em *situação de risco* quando seu desenvolvimento não ocorrer segundo o modo esperado para sua faixa etária, de acordo com os parâmetros de sua cultura. O risco está relacionado com questões de ordem física, social ou psicológica e pode originar-se em problemas no ambiente ou em ações realizadas por indivíduos, de modo a comprometer sua existência. Uso de drogas (lícitas ou ilícitas), relações sexuais desprotegidas, conflitos familiares, carência de modelos que estimulem o respeito à vida e à dignidade humana são fatores que colocam em situação de risco crianças e adolescentes, independentemente da classe social a que pertencem.

Uma abordagem sistêmica mostra que as crianças *de rua* não formam uma categoria homogênea, sendo, portanto, preferível falar de crianças *em situação de rua*. Para Lucchini (2003), essas crianças não são *crianças de rua* na medida em que se encontram inseridas em outros campos (família, programas de assistência, escola, etc), e seu pertencimento também se relaciona com esses espaços.

No presente trabalho, foi feita a opção por adotar a terminologia *criança e adolescente em situação de risco social nas ruas*, uma vez que essa nomenclatura está relacionada a estudos que consideram a multiplicidade de dimensões envolvidas na vida nas ruas, bom como o interjogo entre as diversas instituições que atravessam suas vidas (Família, Comunidade, Escola, ONG, Abrigo, etc).

1. 2. Pesquisas sociais sobre crianças e adolescentes em situação de rua

A problemática da criança e do adolescente em situação de rua passou a ter visibilidade mundial no final do século XX. Estudos assinalam que, em diversos locais do mundo, existe uma série de semelhanças entre os chamados *meninos de rua*. Em um percurso referente à literatura sobre o assunto, Rizzini & Butler (2003) afirmam que, na década de 1980, surgiram os primeiros exemplos de pesquisa social sobre o tema. Segundo os autores, esses estudos eram, em sua maioria, qualitativos, e limitavam-se a descrever a origem e o perfil dessas crianças, relatando seu cotidiano nas ruas. No final dos anos 1980, a família

passa a ganhar atenção especial, sendo compreendida como um dos principais fatores que influenciam a ida das crianças para as ruas.

Na década de 1990, houve mudanças em relação ao entendimento sobre a origem das crianças. Os estudos sinalizavam que a maior parte delas não era abandonada, pois tinha referências familiares. Surge, então, a distinção entre os meninos que voltavam para casa e os que dormiam nas ruas. Contudo, faltava ainda uma definição padronizada na literatura, o que aumentava o número efetivamente encontrado nas vias públicas.

Os trabalhos da década de 1990 (ver Alves, 1991; Moura, 1991; Vogel e Mello, 1991 *op.cit.* Rizzini & Butler, 2003) associavam a busca da rua a conflitos familiares, e tinham como objetivo compreender: a natureza do ambiente familiar; os aspectos ligados aos seus integrantes; as condições de vida; a estrutura familiar; o modo como as relações se constituíam; as relações que mantinham com instituições, etc.

No final dos anos 1990, a compreensão da vida das crianças nas ruas adquiriu novas conotações, em especial de fuga de conflitos vividos em seu entorno e de busca de alternativas de subsistência. Em tal contexto, a rua passa a ser percebida como um grande atrativo para as crianças, considerando-se a liberdade a ela atribuída. Assim, a família deixa de ser apontada como a única justificativa que impulsionava a criança para a rua, passando a ser apontada como um dos diversos fatores envolvidos no processo.

Os processos de socialização das crianças e dos adolescentes nas ruas passam a ser compreendidos como um aspecto importante, ao se considerar que a construção de vínculos nesse ambiente pode consolidar ou inibir a permanência nas ruas. A convivência com grupos de faixa etária semelhante, bem como as oportunidades de subsistência que os centros urbanos oferecem, passam a ser percebidos como fatores de atração que afastam as crianças e adolescentes de suas casas nas favelas e periferias.

Na rua, as relações se constroem a partir da identificação com outros jovens que experimentaram histórias de vida similares. Para Vogel e Melo (*op.cit.* Rizzini & Butler, 2003), a vida na rua está pautada na espontaneidade e na insubordinação à lei, representada na possibilidade de dispor do corpo da maneira que lhe for conveniente, relacionando-se com uma diversidade de parceiros sexuais e fazendo uso de variados tipos de drogas.

Na rua, procura-se o que não se tem. Para Ferreira (2001), a rua pode exercer um grande fascínio para essas crianças e adolescentes, apresentando-se como *o lugar das possibilidades*, das novidades, dos prazeres proibidos e da liberdade. Em contrapartida, a vivência de rua submete o sujeito a uma condição de marginalidade, ao privá-lo da

convivência familiar e comunitária, bem como expô-lo a situações de perigo, nas quais está susceptível a transgressões, particularmente ao consumo de drogas e a pequenos furtos.

A liberdade da rua descarta as normas e convenções sociais. Para os indivíduos que não estão inseridos nos grupos da rua, essa liberdade pode ser perturbadora, haja vista que a *lei da rua*, na maioria das vezes, viola as regras e códigos morais do sistema social. Na rua, a força física ganha uma significação importante. As relações se constroem pela *lei do mais forte*, quando, para se conseguir o que se deseja, basta tomá-lo.

A realidade da vida na rua, repleta de medo e violência, leva a crer que a liberdade das ruas é também uma ilusão. O noticiário da imprensa cotidiana deixa claro que esses meninos se tornam alvo de policiais e até de esquadrões da morte, porque, com frequência, são percebidos como criminosos e como ameaça para as camadas mais favorecidas da sociedade.

1.3. Desigualdade social: o medo da contaminação

O Brasil é um dos países com as estruturas sociais mais desiguais do mundo. De acordo com o Relatório do Banco Mundial de 2006, apesar de sua economia ser considerada a décima primeira no *ranking* mundial, apresenta-se como o sexto mais desigual e injusto do planeta. Essa profunda desigualdade socioeconômica, resultante de um modelo de desenvolvimento com base na acumulação sem redistribuição, criou uma forte dívida social para com os segmentos mais pobres da sociedade.

As crianças e adolescentes em situação de risco nas ruas apresentam-se como uma das expressões mais injustas e cruéis da desigualdade e da pobreza. Para Sudbrack (2004), o fenômeno do assassinato desses indivíduos é o resultado tanto da omissão e da falta de defesa do Estado quanto da indiferença da maioria da sociedade civil em relação ao problema.

A fragilidade do sistema de proteção social brasileiro inibe a possibilidade de mudança dos indicadores de desigualdade e exclusão social. Para que haja qualquer tipo de mudança no quadro de desigualdade, é indispensável que pessoas de diferentes classes sociais possam, igualmente, ter acesso a educação e a serviços de qualidade.

Ribeiro (2003) compreende que as crianças em situação de rua não diferem, essencialmente, daquelas crianças que vivem com suas famílias, uma vez que, no que se refere às características universais próprias de cada estágio de seu desenvolvimento, elas seriam tão crianças como quaisquer outras. Para a autora, seriam as adversidades de suas vidas que as demarcariam como sendo diferente das demais.

A segregação que afeta a população jovem em formação no Brasil acarreta sérias conseqüências para dinâmica social do país. Cada vez mais as elites abandonam as ruas da

cidade, isolando-se em condomínios fechados, privatizando praias e bairros, que passam a ser entendidos como lugares de proteção. Para Rizzini, Barker & Cassaniga (2000), a dicotomização desses dois universos faz com que crianças de níveis socioeconômicos diferentes não possam interagir, o que lhes dificulta as possibilidades de conviver com a novidade, com a diferença, desconsiderando ainda o que elas têm em comum, que é estar na infância.

Segundo Maciel, Brito & Camino (1998), a imagem construída pela sociedade é de que as crianças e adolescentes com experiência de rua não têm cultura, sendo incapazes de: se relacionar com pessoas, amar, aprender e estudar. As *crianças de rua* não se encaixam no que é proposto socialmente como sendo uma *infância normal*. Ao contrário, são percebidas como um contra-senso da infância. Rizzini & Butler (2003) defendem que a categorização *de rua* não partiu de uma preocupação em relação com as necessidades das crianças, mas, sim com os interesses da sociedade.

Ao longo da história, diversas instituições se dispuseram a *resolver* o problema da infância abandonada no Brasil, norteadas pelo entendimento da pobreza enquanto único fator determinante da delinquência e da criminalidade. Essas instituições destinavam-se a moldar a infância pobre, a protegê-la dos *maus* exemplos de suas famílias e a ensinar-lhes *bons* modelos de vida, pautados em padrões de virtude, bondade, decência, moral e bons costumes.

As instituições para *menores*¹ defendiam que, para *curar* esses indivíduos, seria necessário o seu isolamento, de modo a impedir que pudessem causar transtornos à sociedade. Segundo Leite (2001), tais instituições defendiam a idéia de que, para *regenerar* esses jovens, seria necessário segregá-los do restante da população, difundindo a noção de que o contato com a comunidade e o grupo familiar de origem poderia lhes ser nocivo.

O uso da disciplina como base metodológica era considerado imprescindível para a *correção* do comportamento delinqüente. Esse modelo disciplinar baseava-se na tese da *criminalidade nata*, de Cesare Lombroso.² Para Leite (*ibid*), a ciência teve forte influência na propagação dessas práticas, pois inúmeras teses de médicos, juristas e pedagogos discutiam soluções para o problema das *crianças de rua*, sendo a idéia do seu recolhimento em instituições fechadas sempre apontada como o melhor caminho.

¹ Nomenclatura comumente utilizada para definir crianças pobres em conflito com a lei.

² Lombroso foi um médico e criminologista italiano que, no séc. XIX, se tornou mundialmente famoso por seus estudos e teorias no campo da *Caracterologia*. Sustentava que os traços físicos de uma pessoa poderiam determinar seus comportamentos. Acreditava que, dependendo do conjunto da população que tivesse, um país poderia estar fadado ao fracasso como nação e que uma nação mestiça seria invadida por criminosos.

A inadequação dessas crianças aos códigos morais da sociedade fortalece o movimento de segregação e distanciamento delas do convívio social. Todavia, parece importante sinalizar que concepções e práticas estigmatizantes se constituem em importantes aspectos geradores de exclusão. Para Elias & Scotson (2000), os excluídos, de modo geral, são rotulados como desumanos e ameaçadores, o que acarreta a aversão e o distanciamento por parte dos incluídos, por meio de um forte controle contra uma possível *contaminação* advinda do contato com tais pessoas.

Figueiredo (1994) propõe que o medo da *contaminação* se faz presente desde o séc XVI. A descoberta de novos continentes trazia consigo inúmeras ameaças, dentre elas o contato com formas radicalmente distintas de alteridade. O medo do contágio passou a ser disseminado e expressava-se na desconfiança e perseguição dos sujeitos diferentes. O temor quanto à perda do controle e à ameaça à ordem do mundo incentivava o aumento do rigor e o fortalecimento de uma cultura disciplinar. Surgiram, assim, as perseguições aos hereges, aos seres fronteiros, transgressores de limites e potenciais contaminadores.

As práticas excludentes com as quais essas crianças foram tratadas, ao longo da história, se assemelham às perseguições aos hereges relatadas por Figueiredo (*op. cit.*). O confronto com as crianças nas ruas alerta para as fragilidades do sistema social e sinaliza que existe algo errado na realidade ao redor, o que implica a necessidade de reformulações por parte dessa mesma sociedade.

Para Rizzini & Butler (2003), o investimento da sociedade ao *tratar* o problema das crianças nas ruas está relacionado com o interesse em manter os grupos marginalizados, pobres e, predominantemente, negros, em seu *devido lugar*, ou seja, longe do alcance dos olhos das camadas mais favorecidas. Esses pesquisadores questionam a razão de um grupo relativamente pequeno de crianças despertar tanto interesse e preocupação, enquanto outros milhões sofrem calados em seus lares, permanecendo invisíveis nas periferias das cidades.

Para abordar mais detalhadamente essa questão, parece relevante refletir acerca da complexidade envolvida na vida nas ruas, o que demanda uma análise mais aprofundada das relações que essas crianças e adolescentes estabelecem não só com essas instituições que as assistem mas também com os demais ambientes de suas vidas.

1. 4. Sobre a complexidade da experiência na rua

Na rua, existe uma diversidade de condições de vida, o que acarreta a heterogeneidade psicossocial das crianças e adolescentes em situação de risco. Lucchini (2003) defende que a

trajetória desses sujeitos pode ser definida pelo conjunto de etapas por eles vivenciadas na rua. Nesses termos, as razões de partida para a rua não podem ser explicadas isoladamente pelos aspectos socioeconômicos, nem, tampouco, pelos psicoafetivos.

Para Oliveira (2003), pobreza, miséria e desigualdade são fatores que contribuem significativamente para o aparecimento da violência, porém, se analisados isoladamente, não explicam seu surgimento. Rolnik e Guattari (1994) referem-se à importância de uma reflexão concernente a uma visão mais complexa do homem, na qual sua constituição não é determinada apenas por fatores biológicos, psicológicos ou sociais, mas sim, pela relação existente entre esses aspectos. Nessa perspectiva, os fenômenos humanos não se baseiam em noções positivistas de causa e efeito, mas sim em um conjunto recursivo de relações em que efeitos se transformam em causas, que, por sua vez, podem vir a ser efeitos, e assim sucessivamente.

O fenômeno da criança e do adolescente em situação de rua deve ser compreendido em sua complexidade psicossociológica e cultural. Lucchini (2003) propôs um esquema conceitual que permite visualizar o conjunto de questões que estão implicadas na relação das crianças com a rua, denominado por ele de *Sistema Criança-Rua*. O autor destaca nove dimensões que interagem mutuamente entre si. São elas: *Espaço; Tempo; Atividades na rua; Oposição rua/família; Sociabilidade; Socialização; Identidade; Motivações; Gênero*. Tais questões, se vistas como complementares, podem auxiliar no entendimento da complexidade do fenômeno.

1. 4. 1. O Sistema Criança-Rua

As dimensões *Espacial e Temporal* relacionam-se com a saída de casa e com o caráter contínuo desse distanciamento. Essa mobilidade não costuma depender apenas da vontade do sujeito, mas, principalmente, das pressões exercidas pela vida na rua. Para Lucchini (*op. cit.*), o caráter progressivo da trajetória não diz respeito apenas a um distanciamento do lugar de origem, mas comporta também uma atividade de apropriação da rua, que é gradualmente incorporada ao sistema identitário da criança. As múltiplas combinações entre os fatores aceleram ou freiam a trajetória na rua.

Considerado de maneira isolada, qualquer fator, mesmo que importante, não explica a complexidade do fenômeno. Nenhum determinismo é capaz de explicar a razão por que somente uma parcela das crianças vitimadas pela pobreza e pela violência parte para a rua. A conexão dos fatores depende dos sentidos que a criança e seu meio atribuem, sendo a

identificação deles indispensável para a reconstituição da trama biográfica da criança que deixa a sua casa.

Na rua, as crianças e adolescentes costumam ocupar-se de *Atividades* que estimulam sua permanência lá. A diversidade de oportunidades apresenta-se como um grande atrativo para eles, haja vista a facilidade na busca de alimentos, o consumo de drogas, os roubos e os trabalhos esporádicos.

No que diz respeito à *oposição entre o Mundo da Rua e o Mundo de Casa*, Lucchini (*ibid*) destaca três configurações: a valorização da imagem de uma família ideal, na qual a criança assume para si as razões de sua busca pela rua; a valorização da rua em detrimento a família, e a adoção de uma postura ambivalente que ora valoriza a rua ora valoriza a família.

Quanto aos modos de *Sociabilidade*, as principais formas de organização social das crianças na rua são os pares, os trios ou os bandos. Estes últimos caracterizam-se pelo forte padrão de organização, hierarquia e rigor das regras, e seus integrantes estão submetidos à severidade das punições.

O processo de *Socialização* nas ruas relaciona-se com os rituais de aceitação e iniciação dos novatos; as regras de cooperação; as sanções e recompensas; a mediação dos conflitos; às relações com estranhos ao grupo; o estabelecimento ou perda de confiança e as representações de justiça. A ética da rua difere daquela difundida socialmente, uma vez que costuma ser regida por códigos bastante rígidos e violentos.

As crianças têm vários discursos sobre a rua, os quais modificam em função do tempo que passam nesse ambiente. Na dimensão *Identitária*, são consideradas as referências a lugar, grupo, pessoas. O sistema identitário é de natureza dinâmica e muda suas referências à medida que as relações se modificam.

A busca pela rua relaciona-se com as *Motivações* de ordem utilitária e lúdica. A motivação não se reduz a uma simples escolha racional, na qual as crianças combinam conscientemente um objetivo (solucionar um problema familiar) e um meio (ida para a rua). Para algumas crianças, o prazer de transgredir uma interdição, bem como o gosto pelo risco e pela aventura são elementos motivadores de importante análise que as incentivam não só a ir para a rua, mas também a permanecer nela.

As *Questões de Gênero* são escassas na literatura. Segundo o autor, poucos estudos abordam mais aprofundadamente as diferenças entre meninos e meninas em situação de rua, sendo ainda insuficientes as informações sobre os motivos para as meninas saírem de casa e permanecerem na rua.

O *Sistema Criança-Rua* mostra o quanto a realidade das crianças e adolescentes em situação de rua é complexa e sua análise é delicada. Todas as dimensões desse sistema estão interligadas, influenciando-se umas às outras. A correlação entre essas dimensões pode explicar a diversidade das situações pessoais apresentadas pelos sujeitos, sendo a trajetória o elemento central que define o lugar que eles ocupam junto à rua.

A trajetória pode diferir de uma pessoa para outra, em função do momento em que se encontra e das etapas que percorreu. O conhecimento dela é indispensável para qualquer estudo sobre o tema, pois permite compreender a relação que a criança ocupa com a rua enquanto espaço de vida. Nesse sentido, o estudo das *histórias de vida* pode auxiliar no entendimento das trajetórias. Parte-se do pressuposto de que a análise das dimensões do *Sistema Criança-Rua* favorece a reconstrução da experiência que a criança tem da rua, e sua trajetória pode facilitar o entendimento da relação que vai ser estabelecida com os outros meios sociais a que pertence (família, comunidade, escola, serviços de atendimento, etc.).

Lucchini (*ibid*) compreende que uma das principais dificuldades relacionadas com esses múltiplos pertencimentos é a inexistência de complementaridade entre eles. Segundo o autor, essas crianças, por terem a rua como seu o pólo organizador, costumam abandonar os demais campos em favor dela, fazendo-se valer da desconexão existente entre eles. Assim, para ele, a complementaridade da atuação entre os campos poderá atenuar a importância da rua enquanto eixo de vida.

Esses argumentos estão em consonância com a realidade vivenciada no convívio com essas crianças e adolescentes. A experiência profissional demonstra que a maioria desses sujeitos, embora mantenham contato com a família e com os programas de assistência, costumam ter a rua como seu principal campo organizador.

A instabilidade de referências das crianças e adolescentes, para além daquelas experimentadas com os pares na rua, parece consolidar a vinculação com esse ambiente, o que, por sua vez, fragiliza a adesão aos demais espaços, legitimando a rua enquanto seu pólo organizador. Nesse sentido, parece imprescindível para as instituições que lidam com esse público auxiliar na reconstituição de suas relações nos planos afetivo e social, bem como priorizar a ação junto aos campos familiar e comunitário.

É nessa diretriz que é feito o investimento desta pesquisa. Considera-se a multiplicidade de fatores e processos que estão envolvidos na trajetória do sujeito – antes, durante e depois da rua –, partindo-se da noção de que, para fragilizar a relação das crianças e dos adolescentes com a rua, é preciso fortalecer os elos com os demais campos aos quais eles estão vinculados.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O percurso escolhido para fundamentar teoricamente este trabalho está pautado, preferencialmente, nos referenciais da Análise Institucional e da Psicanálise, considerando-se as questões que dizem respeito tanto a uma esfera macrossocial quanto à esfera intrapessoal, com foco nas relações existentes entre elas. Na busca de compreender a complexidade da vida nas ruas, foi considerada a diversidade de aspectos que atravessam o assunto. Dentre os pontos mais relevantes para analisar essa questão foram destacados: a família; os processos identificatórios; as especificidades da adolescência; os grupos da rua e o papel das instituições de atendimento na ruptura com a rua como campo organizador desses indivíduos.

2. 1. Problematizando o campo familiar

Para abordar a temática da família, parece relevante partir da pesquisa iconográfica realizada por Ariès (1981). Esse autor problematiza os sentidos atribuídos à família ao longo da história, propondo a instituição familiar – nos moldes do modelo nuclear burguês³ – como uma invenção da Idade Moderna, a qual surge atrelada à construção da noção de infância e ao enfraquecimento do Estado na gestão da vida coletiva.

Durante a Idade Média, as crianças não eram cuidadas exclusivamente no espaço privado, mas também nos ambientes coletivos, nas ruas e na vizinhança. A sociedade moderna é marcada pelo aumento da intimidade entre pais e filhos, e a realidade familiar passa a basear-se no cuidado e na afeição. Os sentimentos de família começam a ser acompanhados na evolução da vida privada e da intimidade doméstica. As casas passam a se estruturar fisicamente no sentido de particularizar e dar intimidade à vida familiar. A família ganha o lugar de oposição e isolamento em relação à sociedade, passando a ser considerada o ambiente prioritário para a saúde e educação dos filhos.

As contribuições de Ariès dizem respeito à desconstrução da noção de naturalidade da família, o que permite a compreensão dela enquanto fenômeno histórico e social, uma vez que desconstrói o caráter possivelmente inato desse conceito do ponto de vista do desenvolvimento humano.

Recentemente, percebe-se um avanço na literatura, no sentido de pesquisar diferentes configurações familiares para além do universo da família nuclear. Szymanski (2003)

³ Família compreendida nos moldes da organização *pai-mãe-filhos*.

contrapõe-se ao modelo hegemônico e normativo de família, defendendo que cada família pode organizar-se de forma bastante particular. A autora argumenta que a defesa indiscriminada do modelo familiar mononuclear está focada na estrutura e não na qualidade das inter-relações entre os sujeitos. Para ela, a singularidade do modo como os afetos são vividos em cada família constrói uma cultura específica, com códigos próprios e formas particulares de comunicação.

Para compreender a família em suas variadas formas, é necessário considerar os diversos contextos nos quais ela está inserida. Parte-se da compreensão de família enquanto construção sociocultural, perpassada por “contextos históricos específicos, que lhe dão características culturais especiais, de acordo com valores, cultura, crença e hábitos predominantes” (ABTH, 2002).

Novas conceituações teóricas sobre a família, desenvolvidas a partir da observação do cotidiano familiar, têm possibilitado ampliar o conceito de família. Para Szymanski (2003), a ligação afetiva pode ser estabelecida por diferentes pessoas, o que possibilita variados arranjos familiares, que não precisam ser, necessariamente, entre um homem, uma mulher e filhos. Tal concepção resulta da focalização nas relações e não na estrutura da família.

O uso de um conceito ampliado de família parece imprescindível para esse estudo, ao se considerar que o contato com as crianças e adolescentes em situação de rua demonstra que as relações familiares construídas muitas vezes não estão pautadas no modelo nuclear burguês. Entretanto, seja qual for a sua organização, considera-se que a família é que fornece o primeiro suporte do processo de constituição do sujeito. O processo fundamental das identificações sociais, a partir do referencial psicanalítico, dá-se na primeira infância, muito embora permaneça acontecendo ao longo de toda a existência do sujeito. Dessa maneira, o afrouxamento dos vínculos afetivos com os familiares pode levar à fragilização das identificações que serão realizadas ao longo da vida.

Ao pensar na família como o lugar do cuidado, Oliveira (2007) defende que, nos primeiros anos de vida, a criança depende das ligações familiares para crescer. Ela carece de cuidados com o corpo, com a alimentação e com a aprendizagem. Mas nada disso é possível se ela não encontrar um ambiente de acolhimento e afeto. A ligação afetiva entre a criança e sua família assegura que as bases da formação psicológica do futuro adulto sejam mantidas intactas.

A abordagem familiar proposta por Sarti (2004) focaliza o sistema de parentesco não como uma unidade familiar individualizada, mas como um todo na qual são consideradas as regras que presidem a suas relações. Família, aqui, percebida enquanto campo privilegiado

para se pensar a relação entre o indivíduo e a sociedade, o subjetivo e o objetivo, o biológico e o social. Uma abordagem da família como um universo de relações, delimitadas pelas histórias que são contadas – por palavras, gestos, atitudes ou silêncios – aos indivíduos ao longo de suas vidas. Essas histórias, por sua vez, serão por eles reproduzidas e ressignificadas de modo muito particular, considerando os distintos lugares e momentos dos indivíduos na família.

A família caracteriza-se como o primeiro provedor de modelos de identificação. Esses modelos se ampliam, progressivamente, em função de outros grupos que se complementam ou contrapõem. Para Correa (2002), a função protetora familiar implica a tarefa de dar significações às crianças, organizar o mundo, atribuir sentidos para os acontecimentos. O discurso sociocultural é utilizado como mediador na relação com o outro. Dessa forma, o sujeito tem uma inscrição no vínculo social.

Em cada grupo familiar, as referências a um macrocontexto cultural desempenham um papel modelador, no qual os pais – ou seus substitutos – se constituem como porta-vozes das crenças, ideais, proibições, valores que, por sua vez, traduzem um discurso social mais amplo. A família, seja qual for sua composição e sua organização, funciona como um filtro, através do qual se constroem a auto-imagem e a imagem do mundo. Quando a criança escuta as primeiras falas, não aprende apenas a se comunicar, mas, acima de tudo, capta uma ordem simbólica, uma ordenação do mundo pelos significados atribuídos pelos outros, de modo a introjetar as regras da sociedade em que vive.

Sarti (*op. cit.*) argumenta que a família se delimita simbolicamente a partir de um discurso sobre si própria, pois é mediante as referências familiares que o indivíduo se constitui socialmente. Para a autora, no jogo entre o mundo exterior e o mundo subjetivo, cada família constrói seus mitos a partir do que ouve sobre si, do discurso externo internalizado, porém desenvolve um discurso próprio a seu respeito, objetivando sua experiência subjetiva.

A razão pela qual parece relevante problematizar o lugar na família no desenvolvimento do sujeito diz respeito ao fato de compreender – a partir da literatura e da experiência profissional – que a maior parte das crianças e adolescentes que se encontram nas ruas experimentou, ao longo de suas vidas, problemas nas relações com seus familiares. Essas dificuldades não precisam, necessariamente, estar atreladas a experiências de violência física, mas sim, a fragilidades de ordem afetiva, advindas da inconsistência no modo como os conflitos são tratados.

O recorte sócio-histórico para compreender a família justifica-se mediante a compreensão de que as dificuldades apresentadas nas relações com suas crianças e adolescentes se encontram atravessadas por questões relacionadas com um macrocontexto. Desse modo, embora seja imprescindível uma análise particular de cada caso, considerando suas especificidades nas relações inter e intrapessoais, é importante perceber que as dificuldades apresentadas pelas famílias encontram-se circunscritas a um contexto sociocultural responsável por um modo específico de relações afetivas.

Dada a complexidade das questões relacionadas com a família, optou-se por fazer um recorte sobre o assunto, de modo a analisar como se processa o desenvolvimento do vínculo familiar e as suas implicações para a organização da vida subjetiva e social das crianças e adolescentes em situação de rua.

2. 2. Conflitos de amor e ódio: questões sobre a tendência anti-social

Um traço marcante que, comumente, pode ser observado em muitas crianças e adolescentes que vivem nas ruas diz respeito ao modo agressivo e transgressor como lidam com aqueles que os cercam. O entendimento aqui adotado é de que essa agressividade é construída na vinculação dos sujeitos com o mundo à sua volta, tendo as relações com os familiares um papel importante nesse processo, uma vez que eles influenciam nas primeiras inscrições dos indivíduos na sociedade.

Winnicott (2002) defende que crianças vítimas de privação afetiva em seus ambientes familiares tendem a desenvolver tendências anti-sociais em sua relação com o mundo. Para esse autor, crianças que freqüentemente fazem uso de transgressão e violência costumam ser oriundas de lares insatisfatórios.⁴ A experiência de um lar primário satisfatório, por sua vez, caracterizar-se-ia por ser ele um ambiente adaptado às necessidades especiais da criança, onde ela teria a oportunidade de conviver com pessoas a quem poderia, simultaneamente, amar e odiar.

Toda relação emocional íntima entre duas pessoas que perdura por certo tempo – casamento, amizade, relações entre pais e filhos – são perpassadas por sentimentos de aversão e hostilidade. Freud ([1921] - 1976) denomina ambivalência de sentimentos quando a hostilidade é dirigida contra pessoas que de outra maneira são amadas. Para Winnicott (*op. cit.*), crianças que não são amparadas na difícil tarefa de enfrentar os conflitos, advindos das

⁴ Aqui, parece relevante esclarecer que o uso do termo “insatisfatório” não está atrelado a uma prerrogativa moral, no sentido de culpabilizar os pais pela ruptura dos vínculos com as crianças, mas sim, como uma possibilidade de reflexão acerca de questões que possam dar sentido à ruptura delas com seus familiares.

experiências amor e ódio por uma mesma pessoa, dificilmente se confrontarão com o desejo de redimir-se da culpa por sua agressividade.

Bowlby (1997), em um estudo sobre o papel da ambivalência na vida psíquica, analisa a capacidade de regulação, por parte da criança, de seus conflitos de amor e ódio. Para ele, nos primeiros anos de vida, os seres humanos são impelidos por sentimentos de raiva e amor em relação às figuras de referência, sendo esses conflitos condição necessária para o seu desenvolvimento. Assim, seria através da resolução continuada desses conflitos que o sujeito passaria a estabelecer relacionamentos mais sólidos com as demais pessoas e grupos sociais.

Esses autores defendem a idéia de que, nos primeiros anos de vida, a possibilidade de expressar espontaneamente os sentimentos de hostilidade, insegurança e ciúme auxilia o fortalecimento psíquico do sujeito. Nesse sentido, não haveria tarefa mais válida do que a capacidade de suportar os impulsos agressivos das crianças. Para eles, quando as figuras de referência da criança conseguem tolerar as explosões de hostilidade dela, sinalizam que elas não precisam ser temidas e que é possível confiar que podem ser controladas.

O envolvimento emocional, o cuidado e a proteção são aspectos marcantes na construção do vínculo afetivo e da confiança. Bowlby (1997) defende que as figuras com as quais a criança se vincula fornecem bases de segurança que lhe proporcionam a possibilidade de explorar o mundo. Assim, ao longo da vida, a tendência é que a pessoa se afaste por períodos cada vez maiores daqueles que ama, mas sempre a eles retornando, cedo ou tarde.

A criança necessita construir um quadro familiar de referência para melhor desenvolver-se. Diante desse referencial, para obter a confiança nos pais, toda criança faz uso de diversos artifícios para se impor, sendo necessário que ela tente pôr à prova seu poder de destruir, assustar, cansar e manobrar seus responsáveis. Winnicott propõe que, se o lar conseguir suportar tudo o que a criança pode fazer para tentar desorganizá-lo, ela sossegará e irá brincar, preocupando-se com outras coisas.

Compreende-se que os conflitos experimentados nos ambientes familiares das crianças e adolescentes em situação de rua influenciam no modo como eles se relacionam com o mundo. Desse modo, conforme argumenta Winnicott (*ibid*), fragilizados em função dos conflitos vivenciados, esses sujeitos compeliariam a sociedade a retroceder com eles para a posição em que as coisas deram errado, de modo a reconhecer esse fato. O autor acredita que o confronto com os sentimentos de agressividade é uma forma de reordenação subjetiva perante as privações vivenciadas.

A experiência profissional que desencadeou esta pesquisa sinaliza que os pais e os familiares dessas crianças e adolescentes também experienciaram, muitas vezes, situações de

privação em suas vidas. Assim, parecem também ter dificuldades para suportar os investimentos agressivos de seus filhos, mesmo quando esses, aos olhos da pesquisadora, aparecem como manifestações *normais* do desenvolvimento infantil. Percebe-se que muitos dos familiares desses sujeitos costumam responder às suas *provações* com violência, o que parece fragilizar mais ainda a relação entre todos eles.

O equilíbrio emocional da criança precisa ser permanentemente atualizado, de modo que mesmo a criança madura sentirá necessidade de confrontar os seus esquemas já construídos. Para Winnicott (*ibid*), se o lar faltar para a criança antes que ela tenha construído um quadro de referência, ela passará a fazer, indiscriminadamente, tudo o que lhe der prazer, talvez como uma forma compensatória. A criança cujo lar não lhe oferecer um sentimento de segurança certamente buscará esse sentimento fora de casa.

Para esse autor, a criança *anti-social* buscará encontrar uma estabilidade externa, procurando em suas relações na família extensa, na comunidade e na escola o que lhe faltou em seu lar. Em seus investimentos agressivos, essas crianças estariam, pois, simplesmente olhando um pouco mais longe, ao recorrer à sociedade, em vez de recorrer à família, para lhe fornecer a estabilidade de que necessita a fim de transpor as primeiras etapas de seu crescimento emocional.

Mesmo ao se considerar a fragilidade de seus vínculos afetivos, a família desponta como um importante organizador das relações que a criança estabelece com os demais espaços de sua vida. O fortalecimento das relações com a família, conforme argumenta Lucchini (2003), contribui para a adesão aos demais campos, podendo fragilizar as afinidades do sujeito com a rua. Nesse sentido, uma vez que foi discutida a importância da família no fortalecimento do equilíbrio emocional do sujeito, parece relevante, agora, fazer menção a um mecanismo psicológico fundamental para a relação dos sujeitos com a vida, a *Identificação*.

2. 3. O papel da identificação na construção do sujeito

A identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa e desempenha um papel imprescindível nos primórdios de vida do sujeito. Segundo Freud ([1921] - 1976), a identificação pode surgir com qualquer percepção de uma qualidade comum partilhada com outra pessoa, de modo que, quanto mais importante for essa ligação comum, maiores serão as possibilidades de construção de novos laços afetivos.

A identificação é um mecanismo que tende a tornar o próprio *eu* semelhante ao *outro* tomado como modelo. Nos primeiros anos de vida, a criança reconhece sua imagem no espelho, primeiramente, como um outro a quem ela se vê e se apreende. De acordo com Chemama (1995), tanto para Lacan quanto para Freud, o *eu* enfatizará a multiplicidade das identificações e, portanto, dos *eus*. Nesse sentido, o *eu* seria constituído pela série de identificações que representaram para o sujeito uma referência importante em cada momento histórico de sua vida.

A identidade do sujeito é construída em função do olhar de reconhecimento do Outro. Para Freud (*op. cit.*), o processo de identificação tem início com o desenvolvimento *Ideal do Eu*.⁵ Essa instância do psiquismo seria a herdeira do *Narcisismo Primário*⁶ – no qual o *eu* infantil desfrutava de sua auto-suficiência – e, gradualmente, reuniria, das influências do meio ambiente, as exigências impostas ao *eu*. Seria a partir dessa instância psíquica que as exigências idealizadas poderiam estabelecer-se, tornando o *eu* capaz de realizar seus ideais. Assim, quando o sujeito não estivesse satisfeito com seu próprio *eu*, teria, no entanto, a possibilidade de encontrar satisfação no *Ideal do Eu*, considerado por ele como uma meta a ser atingida.

Para a Psicanálise, o fundamento da constituição do sujeito encontra-se nos processos de identificação no interior das relações dele com as figuras parentais e com os seus substitutos. Tal processo inaugura-se no momento em que se rompe a mônada psíquica (saída do *narcisismo primário*), lançando a criança no estágio edípiano que, mediante os diversos processos de sublimação subseqüentes, a constitui em indivíduo social. Essa fase inaugural da psique desdobra-se ao longo da vida. Portanto, a constituição do sujeito resulta de dois elementos marcantes: a psique e o social.

Segundo De Gaulejac (*apud* Takeuti, 2002, p. 251), o *Ideal do Eu* não está somente submetido às leis do funcionamento do aparelho psíquico, mas também é influenciado pelo

⁵ Instância psíquica à qual é atribuída a função de auto-observação, consciência moral e censura. O *Ideal do Eu* seria responsável por escolher, dentre os valores morais e éticos exigidos pela sociedade, aqueles que constituem um ideal ao qual o sujeito aspira. Influenciadas pelas críticas do meio exterior, as primeiras satisfações narcísicas buscadas pelo *Eu Ideal* serão progressivamente abandonadas, sendo sob a forma desse novo *Ideal do Eu* que o sujeito tentará reconquistá-las. De acordo com Chemama (1995), Lacan propõe que o *Ideal do Eu* designaria a instância da personalidade cuja função, no plano simbólico, seria de regular a estrutura imaginária do eu, as identificações e os conflitos que regem suas relações com os semelhantes.

⁶ O *narcisismo primário* seria o investimento amoroso que o sujeito realiza sobre si mesmo ou, mais exatamente, sobre sua imagem. Para Lacan (*apud* Chemama, 1995), o bebê não possui uma imagem unificada de seu corpo e, conseqüentemente, não estabelece diferença entre si e o outro. O início da estruturação subjetiva possibilita que o bebê passe do registro da Necessidade para o registro do Desejo. Com o passar do tempo, as noções de Interior X Exterior, Eu X Outro, passam a substituir a primeira e única discriminação, a de Prazer X Desprazer. A autonomia da criança advém de sua relação com um *Outro*. Para Rassial (1999), com base na identificação primordial, vão se suceder as identificações imaginárias, constitutivas do *eu*. O narcisismo secundário seria o resultado dos investimentos do sujeito em objetos exteriores a ele.

contexto social onde ele se desenvolve. Esse autor propõe a identidade como o produto de um duplo movimento – interno e externo – que exige a convergência das versões social e psíquica. Na primeira delas, a identidade seria o resultado de diferentes posições ocupadas pelo sujeito na sociedade. Na segunda, ela se forja a partir da relação subjetiva do indivíduo com a essas diferentes posições.

Nesse sentido, o processo de identificação pode ser resumido como o trabalho de integrar todas as identidades estruturantes na constituição do sujeito, fundamentais na construção de um indivíduo social. O vínculo social constrói-se a partir do relacionamento do indivíduo com os outros membros da sociedade. Entretanto, para que esse vínculo se estabeleça, faz-se necessário que a sociedade ofereça ao sujeito um *Ideal do Eu* que lhe permita identificar-se com alvos coletivos.

Conforme assinala Takeuti (*op. cit.*), considerar que o sujeito é constituído e definido pela alteridade no campo social remete para uma perspectiva não só psicoafetiva mas também social, o que sinaliza que as tensões psíquicas são aguçadas a partir das tensões vividas no plano social. Trata-se de um posicionamento teórico que considera as relações socialmente construídas para enfocar os problemas psíquicos.

2.4. A identificação na adolescência

Até o presente momento, não foi efetivada nenhuma distinção entre as questões que dizem respeito às crianças e aos adolescentes em situação de risco nas ruas. Contudo, o fato de os participantes desta pesquisa serem adolescentes motivou o investimento em discutir com mais cautela algumas questões referentes a esse momento específico da vida. Embora existam muitas semelhanças entre crianças e adolescentes, considera-se que seria negligente não delimitar algumas particularidades da adolescência para o desenvolvimento do sujeito.

Considera-se relevante dedicar um tópico exclusivo a essa temática por compreender que muitas das questões experimentadas pelos adolescentes nas ruas não dizem respeito exclusivamente à juventude pobre e excluída, mas ao período da adolescência como um todo. Nesse sentido, parece importante refletir acerca do sujeito adolescente em confronto com o laço social, discriminando as questões gerais da adolescência daquelas mais específicas dos adolescentes em situação de rua.

2.4.1. A construção adolescente dos modelos identificatórios

A adolescência é considerada como sendo a idade dos extremos, um período de vida fortemente marcado pela ambigüidade. Segundo Lesourd (2004), a adolescência é um

conceito que tem sua origem no campo social, especialmente a partir de pesquisas, realizadas nos anos 1950, sobre a delinquência e a psicopatia. Assim, o adolescente logo parece despontar como aquele que foge à norma, aquele que é desviante.

As manifestações da adolescência têm suas próprias características. Como bem argumenta Rassial (1999), a especificidade do adolescente consiste no fato de ele não ser “nem uma coisa, nem outra” na sua capacidade de transitar entre momentos de responsabilidade e irresponsabilidade, não é nem completamente criança nem completamente adulto.

Winnicott (2005) compreende esse período como sendo essencialmente uma fase de descoberta pessoal, na qual cada indivíduo se vê engajado em uma experiência viva, em um problema do existir. A adolescência poderia ser caracterizada como um momento de indecisão subjetiva e incerteza social, no qual os pais deixam de ser a referência última do discurso, o que muitas vezes desencadeia a recusa a enquadrar-se no sistema. Para cada adolescente, os pais se revelam, em um ou outro momento, decepcionantes, já que essa fase sempre marcada pelo questionamento da *ordem simbólica*.⁷

A adolescência é um período em que os primeiros processos de identificação são atualizados, em que o lugar do *Outro* passa a ser novamente interrogado. O mundo exterior, a linguagem e a lei são mais uma vez questionados. O sujeito se mobiliza a fim de construir novos sentidos para a vida, inquirindo e consolidando os preexistentes. A adolescência é um tempo em que a interrogação sobre o ser – característica da primeira infância – é reavivada, deixando aparecer as fraquezas das relações com as figuras de referência. Nesse contexto, os pais, embora continuem sendo representantes do mundo dos adultos, passam a ser recolocados em cena, questionados quanto ao seu papel.

Nessa fase da vida, é preciso que ocorra um novo *desenvolvimento imaginário*,⁸ que sustente tanto a *auto-imagem* quanto a consistência do *Outro*. É necessário que o *Outro* reencontre um novo valor. Para tanto, é preciso que os pais – e as demais figuras de referência – se revelem capazes de sustentá-lo. O adolescente precisa, fundamentalmente, encontrar nos

⁷ De acordo com Laplanche e Pontalis (2001), a idéia de uma ordem simbólica que estrutura a realidade interna humana foi trazida às ciências sociais por Claude Lévis-Straus. Ao fazer uso da mesma noção de Lévis-Straus, Lacan propõe que o sujeito humano se constitui a partir de sua inserção em uma ordem simbólica preestabelecida.

⁸ Chemama (1995), afirma que o *Imaginário* é uma categoria do conjunto terminológico elaborado por Lacan: Real, Simbólico e Imaginário. Só pode ser pensado em suas relações com os outros dois registros, em que o Real é considerado como a ordem do impossível, o Simbólico influencia as relações sociais e o Imaginário deve ser entendido como o registro do sentimento. Sua característica é a ambivalência. Para compreender o imaginário, é preciso compreender a *fase do espelho*, uma vez que a criança, antes disso, se vê como fragmentada, não fazendo nenhuma diferença entre ela e o mundo exterior. Lacan afirma que o imaginário é o registro do engodo, da identificação. Para ele, toda percepção seria feita pelo fio da fantasia, sendo essa tão importante quanto qualquer percepção objetiva. Assim, na relação intersubjetiva sempre serão introduzidos elementos fictícios relacionados com as fantasias do sujeito.

adultos referências identitárias que lhe possibilitem o alicerce para ultrapassar as dúvidas originárias de seus questionamentos.

Rassial (1999) propõe que a socialização do sujeito só será possível mediante a ação de um *Supereu*⁹ que, para além de suas funções repressivas e organizadoras, seja eficazmente protetor. A submissão do desejo à castração torna-se o meio de acesso a uma relação social, em que o sujeito se dispõe a perder para ganhar algo em troca. Desse modo, aceitar a castração seria a porta de entrada do sujeito na inscrição social, pois, para o autor, ao recalcar o desejo, o adolescente teria o direito ao gozo de ser um adulto.

No que se refere à inscrição social, Pelegrino (1987) propõe que a Lei para ser respeitada precisa, em certa medida, ser temida, pois, do contrário, não teria força de interdição, tornando-se uma lei impotente. No entanto, afirma que o temor à lei, mesmo sendo necessário, é insuficiente para fundar a relação do homem com sociedade. Assim, uma lei que se imponha apenas pelo temor seria uma lei perversa – uma *lei do cão*.

Esse autor acredita que o sujeito precisa renunciar a onipotência de seu desejo, o princípio do prazer, adequando-se ao princípio da realidade. Contudo, lembra que para que se construa um pacto é preciso que haja uma troca, um via de mão dupla, onde a pessoa perde, mas também ganha. Desse modo, a solução do Édipo indica para a criança uma aliança com a Lei e, em troca, ela poderá ter acesso à ordem simbólica.

A *Lei da Cultura* – abordada por Pelegrino (*op. cit.*) – é um pacto que indica deveres e direitos, tendo mão dupla, sem a qual não conseguirá sustentar-se. Transpondo o Édipo, a criança inicia o processo de aquisição de uma competência que possibilitará a construção da vida social. Na idade adulta, ao pacto com a *Lei da Cultura* será acrescentado o *Pacto Social*, estruturado em torno do pertencimento e da inserção no tecido social – que, para o autor, se dá com o acesso ao trabalho – aceitando a ordem simbólica que o constitui.

Retomando a questão do adolescente, Winnicott (2005) propõe que muitas das dificuldades desse momento derivam da fragilidade das condições do ambiente, que desempenha um papel de imensa importância. Para ele, na maioria dos casos delinquentes, o sentimento de segurança não chegou à vida do sujeito cedo o suficiente para ser incorporado às suas convicções e crenças (Winnicott, 1982).

Para Pelegrino (*ibid*), se, por um lado, a má integração da Lei, por conflitos familiares não-resolvidos, poderia estimular uma conduta anti-social, por outro, as desigualdades sociais podem também ameaçar ou mesmo quebrar o pacto com a Cultura. Nesses termos, o sujeito

⁹ Instância psíquica, oriunda do declínio do Complexo de Édipo, guardiã das interdições sociais.

só renunciará ao princípio do prazer sob forma do pertencimento e reconhecimento social. Assim, se o *Pacto Social* tiver apenas uma via, na qual os direitos do sujeito são desrespeitados, poderá haver uma ruptura, com graves conseqüências não só para o sujeito mas para a sociedade como um todo.

2.4.2. O adolescente e o laço social

Diante do que vem sendo discutido, observa-se que os problemas da adolescência extrapolam o âmbito particular, pois questiona o laço social, não apenas no nível da família mas também nos princípios constitutivos da sociedade. Dessa forma, a delinqüência e a toxicomania são riscos que não devem ser remetidos apenas a um mal-estar individual, mas também a um mal-estar na cultura. Para Rassial (1999, p. 201):

“Não se trata de negar que a adolescência se inscreve numa história, que alguns ‘fenômenos elementares’ na infância permitem pressagiar algumas dificuldades na adolescência ou que, mesmo resolvidas, a passagem por certas questões deixa traços no adulto. Mas, seja em que nível for (educativo, institucional, terapêutico, pedagógico etc), parece importante levar em conta esta especificidade da adolescência.”

Nesse período, a sociedade é percebida como uma entidade ao mesmo tempo atraente e ameaçadora. O adolescente deve, no nível imaginário, integrar as realidades com as quais se confronta. Rassial (*op. cit.*) compreende os engajamentos toxicomânicos e delinqüentes como tentativas frustradas de reorganização do mundo, sendo a fuga da realidade a procura de um lugar onde poderia ser vivida, *imaginariamente*, ao mesmo tempo, uma existência individual e social.

A imagem que o sujeito constrói de si mesmo depende de sua organização psíquica, de sua capacidade de realizar seus objetivos e satisfazer seus desejos, mas depende, fundamentalmente, do reconhecimento dos outros. Para Takeuti (2002), a *Imagem de si* depende do *olhar do outro*, de seu reconhecimento, fatores que resultam da experiência social de cada sujeito com as pessoas à sua volta.

A relevância da confrontação social, fundamental em todos os momentos da vida, é aguçada na adolescência, fase em que o reconhecimento dos outros é ainda mais importante. Esse período, marcado pela busca de novos modelos identificatórios, caracteriza-se por conturbações que desencadeiam uma defasagem entre a imagem que o jovem tem de si e a imagem que os outros (sobretudo os adultos) têm dele.

As contradições vividas nesse momento são comumente expressas em transgressões, rebeldia e delinqüência. Para Takeuti (*op. cit.*), os sintomas da *crise de identidade* do

adolescente podem agravar-se quando ele tem dificuldade para valorizar a imagem que construiu de si mesmo, comprometendo assim as relações com as pessoas ao seu entorno.

2.5. Questões sobre sujeito “delinqüente”

Rassial (1999) traz uma interessante reflexão acerca da etimologia da palavra delinqüente – *De-linquere*. Segundo ele, *Linquere* significa deixar algo, ou alguém, no seu lugar. Assim, o ‘*De*’ marcaria a separação, o destacamento, sendo o delinqüente aquele que desaloja. Esse autor compreende o ato delinqüente como sendo, antes de tudo, uma tentativa, dentre outras, de reinventar o espaço, de imprimir novas regras. Para ele, no ato de roubar, a ênfase deve ser dada à relação do sujeito com a ordem simbólica, muito mais do que a uma qualidade específica do objeto a ser roubado.

Winnicott (1982) ratifica o argumento de Rassial, ao afirmar que criança que rouba não estaria de fato em busca do objeto roubado, mas do sentimento de afeto do qual fora privada em algum momento da vida. Nesse sentido, o ladrão não estaria procurando necessariamente usar o objeto de que se apoderava, estaria procurando uma pessoa. Assim, não seria o produto de seu roubo que lhe daria satisfação, pois o sujeito nessas condições seria incapaz de usufruir da posse das coisas roubadas, podendo, no máximo, desfrutar do desempenho da ação e da habilidade exercida.

A hipótese desenvolvida por Winnicott (*op. cit.*) parece pertinente quando são analisados determinados tipos de roubos praticados por crianças e adolescentes que vivem nas ruas. É possível notar que, muitas vezes, eles não usufruem dos objetos roubados, perdendo-os, doando-os, ou trocando-os por outros objetos sem valor algum. Esse argumento pode ser observado nas falas dos meninos, obtidas a partir da experiência profissional, sobre o fato de “*dinheiro de roubo é um dinheiro amaldiçoado*” (*sic*), levando a crer que não é o objeto do roubo em si que importa, mas sim o ato de roubar.

Winnicott (*ibid*) defende que a agressão poderia ser, basicamente, significada de duas formas. Por um lado, constituiria, direta ou indiretamente, uma reação à frustração. Por outro lado, seria uma das muitas fontes de energia de um indivíduo. O início da agressividade em um indivíduo é marcado por um movimento infantil, e ter a ver com modo como o sujeito se relacionou com o mundo. Para ele, toda criança *normal* tentará, ao longo de seu desenvolvimento, exercer o seu poder de desunião, de destruição, tentando cansar, desperdiçar, seduzir e apropriar-se das coisas. Por conseguinte, tudo o que leva as pessoas aos

tribunais, aos hospícios, teria seu equivalente normal na infância, na relação entre a criança e seu próprio contexto de desenvolvimento.

De modo geral, o perfil psicológico do delinqüente juvenil não difere radicalmente daquele de qualquer adolescente, exceto por acentuá-lo, uma vez que se encontra mais susceptível aos impasses do laço social. A dinâmica do adolescente gira em torno da mudança de lugar, e ele, delinqüente ou não, está sempre em uma contínua mudança estrutural. Para Rassial (1999), a sintomatologia da delinqüência juvenil está relacionada com a produção de um outro espaço, que não é o espaço cotidiano, onde o sujeito adolescente teria seu lugar simbolizado. A busca continuada por um novo funcionamento, por uma outra lei, por um território diferente, seria, então, uma característica marcante desse momento da vida.

2.6. A juventude como sintoma da cultura: delinqüência X discursos sociais

A busca de auto-afirmação é um componente imprescindível no processo de desenvolvimento da identidade do adolescente. Todavia, os adolescentes em situação de rua encontram-se diante de um quadro social e psicológico que compromete a construção de sua auto-afirmação, como bem argumenta Takeuti (2002, p. 260):

“Na busca de formas de sobrevivência psicológica a um ambiente social hostil, eles encontram-se presos numa contradição entre a exigência social de conformidade às normas sociais e a indução social para uma vida de marginalidade e delinqüência. Um número significativo de jovens vive essa contradição como se lhes restasse, como única “opção” uma auto afirmação, a subversão da ordem pela prática da violência: nas trilhas do ilegalismo, na recusa da lei e da autoridade e/ou na imposição dos seus desejos.”

Para Rassial (1999), a delinqüência não se caracteriza como o mero efeito de uma história pessoal, mas como um sintoma social. Impotentes diante do caos social, adolescentes flertam com a fantasia de se tornar tão violentos (ou poderosos) quanto aqueles que os intimidam. Para Kehl (2004), a espetacularização do crime faz com que os criminosos se tornem símbolos da potência que a imagem lhes confere. Essa autora faz uma associação entre o ideal delinqüente e a fragilidade de modelos e referências de nossa sociedade, e propõe que a cultura da malandragem adolescente seria uma resposta à cultura da malandragem que se propaga de forma disfarçada entre os adultos.

A convivência com a delinqüência influencia os adolescentes, principalmente quando esses perdem a confiança na Justiça e na Polícia, que deveriam proteger a sociedade. Nos adolescentes que assumem a identidade delinqüente, há o sentimento de constituir-se como um sujeito da ação em um ambiente de agressividade, riscos, confrontos e conflitos. Takeuti

(2002) propõe que essa se apresenta como uma via para os jovens lidarem com o sentimento de revolta diante da condição de *desqualificados sociais*. Portanto, a violência, o ódio e o desprezo passam a ser banalizados na vida desses jovens, que os consideram os princípios norteadores de suas relações com as pessoas e com a sociedade.

2.7. A fragilidade dos processos identificatórios dos adolescentes

A dificuldade de encontrar suportes sólidos de identificação social não diz respeito, exclusivamente, aos adolescentes em situação de rua, mas sim à juventude de um modo geral. A precariedade de modelos e de ideais sociais apresenta-se como um problema para a juventude, a qual acaba por fragilizar a construção de suas identidades. A escassez de sentido para o mundo e para vida acaba por restringir as possibilidades do indivíduo de constituir uma *subjetividade autônoma*. Os jovens em situação de miséria *social e simbólica* parecem sofrer mais severamente as conseqüências dessa realidade, uma vez que enfrentam uma diversidade de impasses e obstáculos – sociais, culturais e afetivos – que acaba por comprometer suas trajetórias de vida.

Para Takeuti (*op. cit.*), a razão pela qual muitos dos adolescentes que estão nas ruas se identificam com a *vida delinqüencial* diz respeito às dificuldades de internalizar a *Autoridade* – entendida, aqui, em termos de limites ao indivíduo social. O esvaziamento da *Autoridade*, conseqüência da fragilização do *Ideal do Eu*, acarreta o enfraquecimento dos processos de identificação, o qual, por sua vez, compromete o suporte dos interditos sociais.

O adolescente delinqüente constata que a sociedade não é organizada por uma fala única, verdadeira e confiável, mas por diferentes discursos, divergentes e contraditórios. Os discursos cotidianos trazem consigo incoerências entre a *vida privada* e a *vida pública*, contradições essas que são freqüentemente contestadas pelos adolescentes. Conforme argumenta Rassial (1999), o delinqüente, longe de desconhecer a *Lei*, interroga-a, caracterizando-se pela precocidade e pela necessidade desse questionamento.

2.7. 1. Fortalecimento do projeto identificatório

A compreensão aqui adotada é de que as crianças e adolescentes em situação de rua sofrem, de maneira acentuada, de um processo de vulnerabilização identitária, na medida em que experimentam relações afetivas extremamente fragilizadas.

O contexto familiar apresenta-se como um aspecto importante no desenvolvimento dos adolescentes, uma vez que eles tendem a reproduzir em seus relacionamentos futuros os

padrões experimentados com suas figuras de referência. A ausência de afeição, de estabilidade e de supervisão dos adultos pode ser um fator significativo na instalação da delinquência. Todavia, embora a atenção para a importância das famílias no desenvolvimento da juventude seja indispensável, faz-se necessário não depositar toda a determinação nesse campo específico.

Nesse sentido, parece válido reforçar que nesta pesquisa não há pretensão alguma de se propor um *modelo padrão* de vida familiar, uma vez que se partilha da crítica, já efetivada por diversos autores (ver Leite, 2001; Sarti, 1996; Rizzini, 2003; Rizzini & Rizzini, 2004; Takeuti, 2002), à falácia social da terminologia *família desestruturada*, comumente aplicada para se referir ao universo familiar das chamadas *classes populares*, como se as rupturas afetivas e os conflitos familiares fossem exclusivos das famílias pobres.

De acordo com Takeuti (*op. cit.*), a noção de *família estruturada* é uma construção social que termina por tornar-se uma imposição social, de modo que os que não conseguem atingir esse estatuto correm o risco de ser classificados como *desestruturados*. Para a autora, o cenário de vida determinado pela precariedade objetiva e subjetiva, aliado à impregnação dessa significação social, reforça nos jovens em situação de rua o *sonho da família feliz*. Em contrapartida, os transtornos familiares, vividos no dia-a-dia, fragilizam-nos na construção de recursos afetivos e emocionais para atingir tal objetivo, o que gera um conflito entre o tipo de família que se tem e o que se imagina que seria *ideal* ter.

Para esses adolescentes, frutos de uma ordem simbólica vacilante, o *Outro significativo* (suporte de suas primeiras identificações) pode estar ausente de diversas maneiras. A maior parte não tem assegurada uma ordem simbólica consistente no interior de seu contexto familiar, no qual se verifica a fragilidade dos primeiros suportes de modelos identificatórios. A dificuldade em fornecer sustentação ao projeto de identificações, consequência da falta de *Castração Simbólica*¹⁰ e da inconsistência no nível da constituição do *Ideal do Eu*, leva os jovens a viverem, preponderantemente, no registro do *aqui e agora*, o que faz com que eles experimentem dificuldades na interdição de seus desejos.

2.8. O adolescente e a sociedade: reedição das feridas narcísicas

No caso das crianças e adolescentes em situação de rua, a sociedade acaba por reforçar os conflitos psíquicos individuais, com a exclusão e marginalização deles. Takeuti (2002) acredita que há nesse processo social uma reativação e acentuação das feridas narcísicas

¹⁰ Operação simbólica que desempenha a função de interdição e normatização.

originárias. Para ela, a fragilidade no plano do *Ideal do Eu* desses sujeitos acentua-se na medida em que o adolescente é submetido a experiências de humilhação e violência, o que engendra um *sentimento de si* muito negativo. A autora salienta que a arrogância e a temeridade se apresentam como expressões dos mecanismos de defesa individuais face aos sentimentos de humilhação, de vergonha e de revolta resultantes de uma experiência social negativa.

Esses sentimentos relacionam-se com o *Ideal do Eu* que, por sua vez, incita o indivíduo a buscar modelos em outros lugares, para além daqueles estabelecidos nas relações primeiras. Trata-se de um processo de avaliação permanente do *Eu* em relação às exigências interiorizadas. Para Takeuti (*op. cit.*), o narcisismo seria constantemente solicitado, o que incitaria o *Eu* a buscar *estar à altura* de sua imagem idealizada, podendo o *Ideal do Eu* ser compreendido como a instância psíquica que leva o sujeito sempre para o caminho da busca de um novo estado de si, de novos modelos de identificação.

Takeuti (*ibid*) compreende que os processos sociais de exclusão e estigmatização agravam os conflitos de identificação e imprimem *feridas narcísicas* de difícil reparação. Para a autora, os jovens em situação de risco são levados a introjetar a compreensão de que o *mau* se encontra neles ou em sua família. O fracasso, pois, é deslocado da sociedade para eles próprios, sua origem e seu meio de pertença social.

2.9. A vida grupal dos adolescentes nas ruas

Nesse tópico, o ponto de partida será as considerações já tratadas sobre a importância das relações sociais no período da adolescência. Para tanto, será feita uma reflexão sobre o lugar dos grupos no desenvolvimento da juventude, sobretudo dos adolescentes que se encontram em situação de risco social nas ruas.

2.9.1. O grupo adolescente

No presente estudo, adota-se a compreensão de que a adolescência, nos mais diversos níveis socioeconômicos, é um momento em que as relações grupais desempenham um papel fundamental, seja para fortalecer o jovem na construção de novas referências, seja para consolidar os modelos por ele experimentados.

Kehl (2004) propõe a adolescência como o período em que as ligações horizontais – turmas, grupos, bandos, gangues – assumem tanta relevância quanto as ligações verticais – destinada às figuras de autoridade: pais, adultos, professores – predominantes na infância. A

formação de grupos na adolescência sinaliza que as relações horizontais têm um papel fundamental na construção do sujeito, sendo o grupo fraterno indispensável para o descolamento da relação com os pais e familiares.

Costa (*apud* Kehl, *op. cit.*) destaca que a pertença a uma turma de amigos funciona como um novo *batismo* para o adolescente que, em geral, ganha um novo apelido, baseado em algum traço predominante de sua aparência, até então invisível no pano de fundo das referências familiares. Segundo a autora, o apelido do adolescente não seria propriamente uma nova identidade, mas seria um auxílio na passagem das identificações infantis para um novo campo identificatório de um indivíduo que tem de ultrapassar as referências familiares.

Os meninos em situação de rua, além de romperem com as referências familiares muito prematuramente, acabam por não encontrar modelos identificatórios consistentes em suas relações com os pares. Ao contrário, experimenta-se nessas relações a reedição dos conflitos primeiros, haja vista que os grupos de *meninos de rua* trazem em comum a existência de crianças e adolescentes com histórias de vida marcadas pelo sofrimento e pela dor, já que eles estão ligados entre si por um *defeito*, uma falha, que acaba por reforçar a função do sintoma, das atuações.

Para Takeuti (2002), guiados pelo “espírito juvenil”, esses adolescentes lançam-se constantemente no destemor, em ações nas quais não são medidas as conseqüências. O lúdico, com pouca presença da interdição, seria um componente importante na união desses jovens, como uma espécie de compensação por “todas as faltas” de que se ressentem. Para a autora, a aliança dos jovens nos grupos pode ser interpretada como uma *formação reativa*¹¹ contra a *nadificação* a que se encontram assujeitados.

Rassial (1999) defende que o adolescente busca no grupo de “irmãos” um estatuto social que a sociedade não lhe confere. A turma funcionaria para ele como autorização e incentivo para experiências transgressivas, essenciais para que ele possa simbolizar a Lei e relacionar-se como adulto nas restrições que ela impõe. Para Kehl (2004), enquanto a criança esbarra nas limitações de sua dependência em relação aos adultos, o adolescente, unido pela cumplicidade ao grupo de amigos, sente-se mais potente e ao mesmo tempo mais protegido para testar os limites impostos pelo adulto.

Os adolescentes costumam experimentar em grupo um pouco da marginalidade e dos interditos da cultura dominante, oscilando entre essas possibilidades. Para Kehl (2004), o perigo dos grupos adolescentes reside na dificuldade, imposta pela sociedade brasileira, em

¹¹ Comportamento ou processo psíquico de defesa.

demarcar limites claros para a satisfação do desejo, de modo que a turma adolescente possa transformar-se em gangue, e os testes de liberdade, amparados pela cumplicidade dos amigos, acarretar a autorização dos atos de delinquência.

As questões que se colocam para os grupos de adolescentes parecem acentuadas nos grupos da rua, uma vez que, para além dos conflitos comumente experimentados nesse momento de vida, esses sujeitos trazem consigo marcas de muitas privações, oriundas de um contexto socioafetivo que os violenta, tanto real quanto simbolicamente.

Compreende-se que nas relações grupais as experiências subjetivas são reeditadas, em função dos fenômenos característicos dos grupos. Nesse sentido, considera-se ser relevante fazer uma reflexão mais aprofundada sobre os processos grupais, de modo a poder compreender que tipo de influências um grupo costuma apresentar para as crianças e adolescentes em situação de rua.

Freud ([1921] - 1976), em seu trabalho *Psicologia de grupo e análise do ego*, tece inúmeras considerações sobre como o grupo exerce uma importante influência na vida psíquica do sujeito. Por considerar que esse estudo é de grande relevância para pensar a relação do sujeito com os grupos ele será tomado como referência para a discussão dos fenômenos grupais.

2.10. Sobre a psicologia de grupo

Ao longo dos tempos, diversos pesquisadores das ciências humanas vêm se interrogando sobre as relações entre a psicologia individual e a psicologia grupal. Nas suas relações com os pais, com irmãos, com amigos, com as pessoas amadas, o sujeito sempre se constituiu como o principal tema da pesquisa psicanalítica. A psicologia social, por sua vez, interessa-se pelo indivíduo como membro de uma raça, de uma nação, de uma profissão, de uma instituição, ou como parte componente de uma multidão de pessoas que se organizaram em grupo com um intuito definido.

Para Le Bon (*apud* Freud, [1921] - 1976), nos grupos, existem certas idéias e sentimentos que não surgem ou não se transformam em atos quando os indivíduos estão sós. Freud (*op cit*), por sua vez, questiona a argumentação de Le Bon, propondo que os fenômenos do grupo só são expressos porque existem características comuns aos seus integrantes e que os unem. Para ele, no grupo o indivíduo é colocado sob condições que lhe permitem exprimir seus impulsos inconscientes. Assim, características aparentemente novas seriam, na realidade, manifestações do inconsciente que aparecem expostas à vista.

Le Bon (*ibid*) acredita que em um grupo todo sentimento e todo ato são contagiosos, de modo que o indivíduo sacrificaria seus interesses pessoais em prol do interesse coletivo. Para ele, as principais características de um indivíduo em seu grupo são: a predominância da personalidade inconsciente; a modificação de sentimentos e idéias numa direção idêntica, e a tendência a transformar idéias sugeridas em atos.

Le Bon defende que o grupo é impulsivo, mutável e irritável, sendo levado, preponderantemente, por seu inconsciente. Os impulsos a que o grupo obedece são regidos por sentimentos de onipotência, nos quais a noção de impossibilidade desaparece. Para ele, nos grupos, embora os indivíduos desejem as coisas apaixonadamente, nunca o farão por muito tempo, pois têm dificuldade de perseverança e demonstram problemas em tolerar qualquer demora na realização dos desejos.

De maneira geral, num grupo não há espaço para dúvida nem incerteza. Os sentimentos experimentados costumam ser exagerados e extremados, de modo que suspeitas podem transformar-se em certezas inquestionáveis; traços de antipatia, em ódio furioso. Freud concorda com Le Bon no que diz respeito ao fato de os grupos privilegiarem as ilusões, sendo quase tão intensamente, influenciados pelo que é falso quanto pelo que é verdadeiro. Para Freud, assim como na vida mental inconsciente dos indivíduos, nos grupos, as idéias mais contraditórias podem existir lado a lado e tolerar-se mutuamente, sem que nenhum conflito surja da contradição lógica entre elas.

Ainda em seu trabalho *Psicologia de grupo e análise do ego*, Freud faz menção às reflexões de McDougall (*apud* Freud, [1921] - 1976) sobre *A mente grupal*. Algumas formulações propostas por ele são trazidas aqui por serem pertinentes para se pensar a questão dos grupos de crianças e adolescentes nas ruas.

Esse autor acredita que, para constituir algo semelhante a um grupo no sentido psicológico, uma condição tem de ser satisfeita: seus integrantes devem ter algo em comum, uns com os outros; um interesse comum por um objeto, uma inclinação emocional semelhante numa situação ou noutra e, conseqüentemente, um certo grau de influência recíproca. Para ele:

“O resultado mais notável e também mais importante de um grupo é a exaltação ou intensificação da emoção produzida em cada membro dele. (...) Assim, num grupo, as emoções dos homens são excitadas até um grau de que elas raramente ou nunca atingem sob outras condições, e constitui experiência agradável para os interessados entregar-se tão irrestritamente às suas paixões, e assim fundirem-se no grupo e perderem o senso dos limites de sua individualidade” (McDougall *apud* Freud, [1921] - 1976, p. 109).

O contato com crianças e adolescentes que vivenciam a realidade dos grupos da rua, obtidos a partir da experiência profissional, sinaliza que esses sujeitos compartilham uma forte carga de sofrimento psíquico e que existe nos grupos uma forte identificação pela via da perda e da dor.

Freud compreende que a “essência” de um grupo reside nos *laços libidinais*¹² nele formados. A aproximação com outros indivíduos do grupo aguça a submissão do sujeito às emoções, ao reduzir sua capacidade crítica. Para ele, a falta de liberdade de um indivíduo em um grupo poderia ser caracterizada como o principal fenômeno da psicologia de grupo.

O laço mútuo existente entre os membros de um grupo é da natureza de uma identificação baseada numa importante qualidade emocional comum que residiria na natureza do laço com o líder. A dependência e falta de iniciativa dos membros de um grupo, bem como a semelhança nas reações de todos eles, são frutos dos vínculos emocionais observados nele. Freud (*ibid*) propõe que, quando os impulsos emocionais particulares e a capacidade reflexiva de um indivíduo são muito frágeis para chegar a algo por si próprio, se instalaria uma dependência, quando esses impulsos são reforçados pela sua repetição nos outros membros do grupo. Para o autor, a influência da sugestão não é exercida apenas pelo líder, mas por cada indivíduo sobre o outro.

2.11. O ideal do grupo

Cada pessoa é uma parte componente de variados grupos e partilha, assim, de numerosas mentes grupais – as de sua família, comunidade, raça, classe, credo, nacionalidade, etc. Nesse sentido, a construção de seu *Ideal do Eu* se daria segundo os modelos mais diversos, já que o indivíduo está ligado por vínculos de identificação com os grupos aos quais pertence.

Freud ([1921] - 1976) acredita que sua principal contribuição para explicar a vida afetiva nos grupos foi a distinção que fez entre o *Eu* e o *Ideal do Eu*, ao considerar a dupla espécie de vinculação que isso possibilita: *Identificação com os pares*, e instalação do líder – representante do *Ideal do Grupo* – no lugar do *Ideal do Eu*.

Freud postula que o *desaparecimento* das aquisições individuais nas relações de grupo se dá a partir da substituição, por parte do indivíduo, de seu *Ideal do Eu*, pelo *Ideal do Grupo*,

¹² Segundo Freud (1976), libido é uma expressão, extraída da teoria das emoções, usada para se referir à energia dos instintos, que têm a ver com tudo o que pode ser abrangido sob a palavra amor. Amor, aqui, compreendido em seu sentido mais amplo – a si próprio, aos outros, aos pais, aos filhos, às amadas, à humanidade etc, bem como a devoção aos objetos concretos e as idéias abstratas.

que em grande parte das vezes se encontra corporificado na figura do líder. Segundo ele, em um número relevante de indivíduos, não há distinção muito clara entre o *Eu* e o *Ideal do Eu*.

O *Ideal do Eu* abrange a soma de todas as limitações a que o *Eu* deve conformar-se e, por essa razão, sua anulação abriria espaço para a satisfação do *Eu* consigo próprio. Nesses casos, o *Eu* e o *Ideal do Eu* teriam se fundido, de maneira que a pessoa não seria perturbada por nenhuma autocrítica, podendo desfrutar da abolição de suas inibições, censuras e do sentimento de consideração pelos outros.

Nessas circunstâncias, o *Eu* estaria voltado para si mesmo, sendo a seleção do líder facilitada, e esse precisaria apenas possuir características que reforcem a impressão de maior força e mais liberdade. Regredido ao *Narcisismo Primário*, o sujeito seria obrigado a reafirmar seus *sintomas*¹³ a partir dos sintomas do grupo, de modo a criar seu próprio mundo de imaginação, e recapitular assim as instituições da humanidade de uma maneira distorcida, mais susceptíveis de ser dominadas por suas fantasias e seus impulsos.

As hipóteses desenvolvidas por Freud parecem pertinentes para pensar as relações estabelecidas nos grupos de crianças e adolescentes em situação de rua, haja vista que há nesses grupos uma aparente identificação entre os membros pela via da violência e do sofrimento. A fragilidade na construção subjetiva desses meninos é facilmente reconhecida, já que neles há uma valorização do ideal da transgressão e da delinquência. As justificativas para pertencer ao grupo parecem não ser processadas pela via da racionalidade, mas sim pela via imaginária.

“Tudo aquilo que não se quer tornar consciente, tudo aquilo em que não há estritamente representação alguma, retorna no real. Efetivamente, quando não há representação de si próprio como aquele que pode ter suas contradições, inclusive suas violências, nada disso pode ser simbolizado, ser metabolizado, e de maneira alguma, pode ser sublimado. Então, o que não pode ser simbolizado, retorna ao real com toda a sua violência arcaica, visto que a pulsão não pode ser tratada ou sublimada em parte. Ela retorna com tal violência de maneira que ninguém consegue dominá-la; e de tal modo, que as pessoas continuam não tendo consciência disso” (Enriquez, apud Takeuti, 2002).

A aliança formada a partir da fragilidade psíquica de cada um constrói um fenômeno de difícil ruptura. Nos grupos da rua, os sujeitos se “colam” imaginariamente, sendo difícil a ruptura da relação entre eles. É possível perceber um fortalecimento dos incômodos que não são percebidos pela via reflexiva mas pela via da atuação. O elo formado entre os pares parece

¹³ Fenômeno subjetivo que constitui, para a psicanálise, não o sinal de uma doença mas a expressão de um conflito inconsciente (Chemama, 1995).

reforçar os sintomas individuais, sendo mais difícil discriminar as questões particulares de cada um.

Para Enriquez (2001), todo grupo experimenta conflitos entre o desejo e a identificação, entre o *reconhecimento do desejo* e *desejo de reconhecimento*. Cada grupo tenderá a resolver o problema ao escolher uma dessas direções. No que diz respeito ao *reconhecimento do desejo*, é possível observar que, em um grupo, cada sujeito procura exprimir seus desejos e tenta fazer com que os outros os considerem. Isso se dá em função de ele querer fazer-se amado – ou, pelo menos, não rejeitado – pelo que é, de modo a realizar o que sente como se fosse a sua própria essência.

“Se ele faz parte do grupo, não é porque quer realizar um projeto coletivo, mas, sobretudo porque pensa que é com essas pessoas e não com outras, graças a esse imaginário comum e não a outro, que pode chegar a tornar seu desejo reconhecido em sua originalidade e em sua especificidade. Fazer-se aceito em sua diferença irreduzível” (Enriquez, 2001, p. 67).

Já no que se refere ao *desejo de reconhecimento* – à Identificação – o sujeito não quer apenas expressar seu próprio desejo, mas ser reconhecido como um integrante do grupo. Enriquez (*op cit*) acredita que, para que os diversos membros do grupo se reconheçam entre si, eles devem identificar-se uns aos outros e colocar um mesmo objeto de amor (a causa) no lugar de seu *Ideal do Eu*.

Nos grupos de adolescentes nas ruas, identifica-se uma predominância do *reconhecimento do desejo*, uma aliança pelo *ethos da transgressão*. A maioria dos adolescentes que está na rua ignora as razões pelas quais os integrantes de seu grupo fazem parte dele, desconhecendo suas histórias e os motivos que os impulsionaram para a rua. É possível perceber que nos grupos eles não se reconhecem enquanto sujeitos, uma vez que há uma aliança pela via dos sintomas que manifestam, pela *compulsão à repetição*,¹⁴ expressa na dificuldade de se interrogarem sobre as origens de seus problemas.

Há, nesses grupos, uma grande dificuldade de os adolescentes se desligarem do coletivo. Em contrapartida, identifica-se um estranhamento entre eles, descolando as características individuais das dos demais, com os quais eles se aliam. São comuns as falas depreciativas em relação aos integrantes do grupo, mesmo quando, muitas vezes, elas dizem respeito a ações e posturas também realizadas pelo próprio sujeito.

¹⁴ Processo de origem inconsciente pelo qual o sujeito se coloca ativamente em situações penosas, repetindo assim experiências antigas sem se dar conta de suas origens; em contrapartida, existe a impressão de que se trata de algo plenamente motivado na atualidade. Segundo Freud (*apud* Garcia-Roza, 1993, p. 22), quando o sujeito não identifica seus conflitos psíquicos, expressa-os pela atuação, reproduzindo-os não como lembrança mas como ação.

Winnicott (2005) traz uma interessante reflexão sobre esse aspecto, ao afirmar que os grupos de adolescentes são, em grande parte, ajuntados de indivíduos isolados que procuram formar um agregado por meio da identidade de gostos e posturas. Para ele, os adolescentes se unem quando são atacados enquanto grupo, o que é essa uma organização paranóide de reação ao ataque. Cessada a perseguição, o grupo se constituiria novamente em um agregado de indivíduos isolados.

“No grupo com o qual o adolescente se identifica, seriam os componentes mais perturbados que agem em nome de todo o grupo. (...) a existência no grupo de um, dois ou três indivíduos ‘anti-sociais’ que se disponham a tomar uma atitude concreta de provocação à sociedade cria no agregado uma coesão, cria nos outros membros um sentido de realidade, e estrutura temporariamente o grupo. Nenhum dos membros faltará à lealdade e todos darão apoio àquele que agir pelo grupo, embora nenhum deles aprovasse essa atitude em si mesma” (Op. cit, p.126).

A experiência com um grupo de crianças e adolescentes em situação de rua mostra que as relações por eles experimentadas são atravessadas por conflitos cotidianos, e que esses muitas vezes são extremamente violentos. Dentro de um mesmo grupo, é possível identificar uma variedade de subgrupos, na maioria das vezes compostos por duplas ou trios. Entretanto, as parcerias nas ruas costumam ser passageiras, haja vista que as alianças se abalam fortemente na medida em que os interesses pessoais são atingidos.

As separações também são passageiras, uma vez que os integrantes reconstruem as mesmas ou outras alianças quando, desta vez, os interesses do grupo estão ameaçados. Nessas circunstâncias, o grupo se alia fortemente em relação à ameaça externa. A rotina em um serviço de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua mostra que determinadas situações de conflito com um integrante do grupo acabam por envolver os demais participantes que, mesmo discordando da ação do companheiro, se aliam em função de manter os interesses e códigos do grupo.

Os grupos na rua têm dificuldade de tolerar a diversidade de condutas e pensamentos. A uniformização de seus participantes é um fator que dificulta a capacidade de reconstrução de uma nova identidade. De acordo com Enriquez (2001), a falta de diferenças em um grupo provoca, progressivamente, uma degradação reflexiva, já que despertar fantasias primitivas que, por sua vez, desencadeiam comportamentos regressivos, de tipo defensivo: suspeita mútua, delação, sentimento de um meio hostil, tentativa de destruição do outro ou de autodestruição do grupo, predomínio de fenômenos afetivos nas tomadas de decisão.

A razão pela qual foi considerado ser relevante trazer reflexões acerca dos processos grupais diz respeito ao fato de se compreender que o grupo desempenha uma função de extrema importância para os adolescentes, se levadas em conta as especificidades desse momento da vida. Nos casos dos adolescentes com vivência de ruas, essa questão não se faz diferente, uma vez que a relação com os pares é fundamental para seu desenvolvimento. Contudo, a aliança com grupos de crianças e adolescentes marcados por situações de privação e sofrimento, semelhantes às vividas pelo próprio sujeito, acaba por consolidar os danos que previamente impulsionaram esses meninos e meninas para as ruas, o que reaviva as marcas de dor com as quais foram confrontados.

Ao questionar as implicações do grupo na manutenção da vida nas ruas, não se desconsidera a experiência grupal para a constituição do sujeito. Ao contrário, ratifica-se a importância dos grupos na construção de novos modelos, diferentes daqueles já experimentados pelos jovens. Todavia, compreende-se que é importante que esses grupos sejam mais heterogêneos e plurais, para que essas crianças e adolescentes possam conviver, além dos adultos, com outras crianças e adolescentes de sua faixa etária, e com elas compartilhar o que há de específico nessa fase, que é a necessidade de experimentar o mundo e confrontar as referências já existentes, para, só assim, construir as suas próprias.

2.12. O atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: atenção a um pedido de reparação

Partir-se-á da premissa de que as crianças e os adolescentes quando agem de modo repetidamente violento nos espaços que os assistem sinalizam uma busca por reparação, uma procura por sanar algumas lacunas em seu desenvolvimento. A compreensão aqui adotada é de que a relação que essas crianças e adolescentes constroem com as instituições que as acompanham pode contribuir para o fortalecimento dos demais campos aos quais ela pertence, fragilizando assim sua relação com a rua. Nesse sentido, foi feito o investimento de analisar como se dão os vínculos com as pessoas que compõem esses serviços, de modo a pensar em que medida eles podem contribuir para uma reordenação da vida desses sujeitos.

Winnicott (2002) compreende que é preciso, por parte dos profissionais, a esperança de recompensa para os esforços desenvolvidos, mesmo que essa recompensa não venha nunca a acontecer. Para ele, todo trabalho que envolve cuidado com seres humanos necessita de pessoas dotadas de originalidade e de senso agudo de responsabilidade. Acentua-se o encargo quando esses humanos são crianças e adolescentes, uma vez que eles demandam um ambiente

especificamente adaptado às suas necessidades individuais. É indispensável ao profissional suportar a tensão emocional envolvida em cuidar de qualquer criança, mas especialmente de crianças cujos próprios lares não conseguiram suportar tal tensão. Nesse sentido, pessoas que têm preferência por seguir um plano rígido não seriam adequadas para essa tarefa.

Os esforços das instituições que atendem crianças e adolescentes com esse perfil devem ser orientados para a qualidade do acompanhamento. Se a eficácia da intervenção depende antes de tudo de sua duração e, portanto, do acompanhamento a essas crianças, seu êxito dependerá também do grau de personalização que ela pode atingir. Intervenções pontuais, focadas em situação de emergência, certamente estarão fadadas ao fracasso. É preciso compreender a importância do trabalho no longo prazo, de modo a envolver a criança no processo de reconstrução de sua vida.

A idéia terapêutica central do trabalho com crianças em adolescentes em situação de privação é proporcionar estabilidade, de maneira que eles possam conhecer, testar e, aos poucos, construir a confiança. Essa estabilidade deverá existir independentemente da capacidade das crianças de criá-la ou mantê-la. Fica a cargo dos profissionais a habilidade de sustentá-la. Em muitos casos, o sentimento de segurança não chegou à vida da criança a tempo de ser incorporado às suas crenças. É função das instituições que as acompanham contribuir para o acesso a essa segurança. Uma condição importante para isso é a disponibilidade da equipe em discutir seu trabalho à medida que ele se desenvolve.

Para Winnicott (*op. cit.*), o comportamento anti-social é um SOS, um pedido de controle por parte de pessoas fortes, amorosas e confiantes. A tendência anti-social força o meio ambiente a ser importante. Com ela, o sujeito, por meio das pulsões inconscientes, compele um outro a cuidar dele. Nesse sentido, seria tarefa do profissional envolver-se com a pulsão inconsciente, de modo a realizar um trabalho em termos de administrar, tolerar e compreender as demandas implícitas em suas ações.

As questões trazidas por Winnicott (*ibid*) parecem relevantes para se pensar a relação desses sujeitos com as instituições que os acompanham, no sentido de seu fortalecimento, na construção de novos vínculos para além daqueles estabelecidos com a rua.

Pichon-Riviére (2000a) refere-se à relação paciente-terapeuta como uma unidade dialética na qual um atua sobre o outro. Nessa relação, o cliente, no caso aqui a criança, concederia um papel ao terapeuta – profissional que o assiste – e ele, ao assumir esse lugar, abriria possibilidades para a construção do vínculo terapêutico, base em que emergiria a comunicação. Nas situações em que o profissional não aceita o papel que lhe foi atribuído

pela criança, a comunicação entre eles falha, o que implica a repetição de uma situação primitiva de difícil resolução.

O vínculo representa a possibilidade de depositar confiança no outro. Toda atividade mental do sujeito está empenhada em estabelecer uma comunicação, seja ela qual for. Para estabelecer a comunicação, o sujeito necessita depositar parte de si no outro. Assim, é função do profissional investir na capacidade de captar a comunicação. Para isso, deve colocar-se de modo particular como um recipiente aberto a qualquer coisa. A atitude do profissional deve ser a de um depositário capaz de aceitar o depósito de conteúdos bons ou maus, como, por exemplo, investimentos de agressividade.

Segundo Pichon-Riviére (*op. cit*), o psiquismo do sujeito expressa-se por meio de pequenos gestos que têm uma significação simbólica total. Uma conduta particular – como no caso de uma atitude agressiva – pode ser relevante perante a totalidade da vida psíquica. Desse modo, nos casos em que os profissionais identificam algum movimento, por parte da criança, que sinalize uma tentativa, mesmo que fragmentada, de comunicar-se, é importante que uma interpretação seja feita. Cabe ao profissional contribuir para a ressignificação de suas ações, para que os atos possam ser transformados em palavras, de modo que essas possam ser um auxílio na aquisição de novos sentidos para a vida.

O vínculo desenvolvido com a criança e/ou o adolescente é de fundamental importância para envolvê-lo no redirecionamento de sua trajetória. Considerar a singularidade da representação que a experiência adquiriu para o sujeito pode abrir possibilidades para a mudança. O reconhecimento dos desejos, das potencialidades e dos limites pessoais pode ajudar no investimento que é feito na vida, o que possibilita a escolha de caminhos mais saudáveis, sem sucumbir às dificuldades que, por vezes, se apresentam de modo assustador.

Nesse sentido, instituições que lidam com crianças e adolescentes em situação de rua precisam, de antemão, acreditar na capacidade que eles têm para mudar, de modo a atentar para a importância da legitimação da fala, a explicitação dos desejos, dos projetos e dos sentimentos relacionados, em especial, com a indignação e a identificação com a violência, sem sucumbir à demanda repetitiva deles para a desmobilização e reaparecimento das experiências de fracasso.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a da *história de vida*. A escolha desse método baseou-se na necessidade de compreender a singularidade adquirida na experiência da rua por cada um dos participantes. A adoção da *história de vida* pôde favorecer a compreensão da complexidade envolvida na dinâmica da rua, na medida em que permitiu o conhecimento das trajetórias dos sujeitos e, conseqüentemente, a relação que eles ocupam com a rua enquanto espaço de vida.

3.1. A *história de vida* como instrumento de pesquisa

Segundo Becker (1993), os primeiros trabalhos com *história de vida* foram utilizados por pesquisas psicológicas. Esses estudos, que tinham seu foco no indivíduo, consideravam a personalidade como produto da relação sujeito-sociedade e analisavam as vicissitudes desse processo. As *histórias de vida* serviam para estudar o indivíduo e suas reações em determinada situação e consideravam-no tanto produto quanto produtor do ambiente. De acordo com Terto Junior (1997), as narrativas de *histórias de vida* foram difundidas pela *Escola de Chicago* e vêm sendo usadas como técnicas de investigação qualitativa na pesquisa social desde o início do século XX.

Os principais objetivos desse método são: reconstruir as experiências individuais em determinados momentos históricos; contar a história de certa cultura e compreender a interação de fatores individuais e culturais, a partir do ponto de vista do sujeito; analisar a influência de condições sociais, políticas e psicológicas sobre a construção identitária; analisar os mecanismos adotados pelo sujeito frente às condições que constroem seus cursos de vida, de modo a focar o dinamismo dos processos de mudanças, negociações, ajustes, reformulações presentes tanto na existência individual quanto na vida social.

As falas registradas nas *histórias de vida* contam os modos como as pessoas organizam suas vidas em um determinado contexto, o que sinaliza a maneira como reagem não só aos acontecimentos sociais mas também aos episódios relativos à esfera individual e familiar. Por meio de histórias individuais, é possível registrar a diversidade de trajetórias, identidades, instituições, linguagens e rituais que caracterizam uma determinada realidade. Esse método possibilita compreender como os sujeitos construíram suas identidades e a forma

como interagem com o meio social, na busca tanto pela afirmação de seus desejos como pela adequação aos modelos socialmente determinados.

3.1.1. A *história de vida* no contexto da complexidade

O método da *história de vida* contribuiu para esta pesquisa na medida em que facilitou a compreensão das experiências dos adolescentes, vivenciadas no cotidiano das ruas, de modo a explicitar suas relações com o meio (família, classe social, escola, comunidade, serviços de assistência, etc). As narrativas ajudaram a refletir sobre a situação em que vivem os adolescentes e ofereceram a possibilidade de uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos utilizados por eles para incorporar ou rejeitar os significados sociais.

As histórias de vida são perpassadas permanentemente por mudanças que podem revelar rupturas e crises marcantes na vida dos indivíduos. A superação, ou não, dessas crises sinaliza como os indivíduos organizam suas experiências, ao construírem e reconstruírem sentidos para suas histórias.

3.1.2. Interfaces entre a *história de vida*, a *análise institucional* e a *análise de conteúdo*

Numa perspectiva dialética, compreende-se que as histórias individuais refletem e podem informar sobre uma realidade social mais ampla na qual esses indivíduos estão inseridos. Uma propriedade hologramática dos sistemas complexos, como descreve Morin (2005), em que não apenas o todo é composto pelas partes, mas também cada parte reflete o todo. Eis a razão pela qual se procurou articular o trabalho com as *histórias de vida* a uma metodologia que pudesse dar conta do universos mais amplo que condiciona a vida dos adolescentes estudados. A opção pela *análise institucional* justifica-se pelas possibilidades que esse enfoque metodológico cria para considerar as influências mútuas que as instâncias sócio-históricas, institucionais, culturais e grupais têm sobre as construções psíquicas e sobre a sociabilidade dos indivíduos.

Na prática, utilizou-se uma metodologia de análise institucional de inspiração sociológica descrita por Barbier (1977), que consiste em uma análise dos processos de mediação das contradições dialéticas entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais, ao articular três campos interdependentes: o histórico-social, o estrutural-grupal e o psicobiológico. Nessas análises, foram consideradas as estruturas de base (a autoridade, o poder, o direito, a economia, a libido), a práxis (a relação entre o instituído, como norma

social, e o instituinte, como transgressão a essas normas), a ideologia e o discurso. Nesse sentido, as histórias de vidas são compreendidas no seu contexto histórico, institucional, econômico, político e ideológico, como trajetórias pautadas pela sociedade no plano simbólico e vividas a partir do imaginário de cada indivíduo.

Uma pesquisa que adota o método da *história de vida* tem, assim, a função de registrar histórias pessoais, mas, sobretudo, deve fazer referência às relações dessas com as histórias grupais e sociais. É devido ao zelo despendido na multiplicidade de fatores envolvidos no contexto que a análise institucional foi escolhida para nortear as reflexões deste estudo. A atenção para a complexidade implicada na dinâmica dos grupos, organizações e instituições por parte dessa metodologia, contribuiu para o entendimento do modo como se alternam as relações entre os sujeitos, a família, a rua e os serviços de atendimento, o que trouxe auxílio para o aprofundamento das implicações dessas relações na organização psicossocial desses adolescentes.

Finalmente, a sistematização dos discursos que constituem os percursos das *histórias de vida* dos participantes baseou-se no método da *análise de conteúdo*, cujo objetivo era compreender o conjunto de relações que caracterizam a experiência de vida nas ruas. A utilização dessa técnica ajudou a interpretar os relatos dos adolescentes, uma vez que esse instrumental propõe uma nova relação com o saber, considerando o não-saber que influencia a ação.

A *análise de conteúdo* defende que em uma comunicação o mais importante não é o conteúdo manifesto da mensagem, mas o que ela expressa implicitamente na relação com o contexto. Esse método, assim como a *história de vida* e a *análise institucional*, considera as variáveis psicossociais, grupais e culturais envolvidas no processo de produção das narrativas, bem como avalia as implicações desses fenômenos na realidade que está sendo analisada.

As *histórias de vida* dos adolescentes, aqui pesquisados, foram ordenadas e exploradas em profundidade, de modo que os procedimentos de análise se deram mediante a formulação de hipóteses e a construção de sínteses parciais, produzidas a partir das informações levantadas nas histórias dos adolescentes.

3.2. Procedimentos metodológicos

3.2.1. Participantes:

Foram realizadas entrevistas com três sujeitos, sendo eles dois adolescentes do sexo masculino, com 17 anos de idade, e uma jovem de 18 anos. A opção por um número reduzido de informantes teve o intuito de obter um maior detalhamento do relato de suas experiências de vida e, conseqüentemente, melhor qualidade nos processos de análise.

A partir do registro de histórias pessoais, buscou-se compreender como se processam os vínculos com a rua, com as famílias e com as instituições que assistem os participantes, avaliando como se alternam as relações entre esses sistemas, de modo a investigar o lugar que eles ocupam nos processos de subjetivação.

No processo de seleção dos participantes, foram escolhidos sujeitos que tinham um longo percurso relacionado com a rua, e considero-se ser essa vivência de grande valor para o entendimento da questão. Utilizou-se ainda como critério de escolha dos entrevistados a facilidade de comunicação a partir do recurso da fala. A relação com a pesquisadora também foi uma questão considerada, já que esse vínculo facilita a afirmação da empatia, recurso importante para se compreender a vivência do sujeito a partir de sua própria perspectiva.

3.2.2. Instrumentos e Condução da Pesquisa:

O principal instrumento de coleta de dados usado na pesquisa foram as *entrevistas semidirigidas com questões abertas*. As entrevistas foram *focalizadas*, de modo que, embora tenham funcionado quase como conversas em que os participantes puderam falar livremente, a pesquisadora se esforçou para retornar ao tema original quando observava que os sujeitos estavam se desviando do assunto.

O roteiro adotado nas entrevistas baseava-se em questões que diziam respeito ao percurso dos participantes, considerando suas relações com a família, com a rua, com os amigos, com a comunidade e com as instituições que os assistem.

Antes da realização das entrevistas, foi feito o contato com os responsáveis pelos participantes, no sentido tanto no sentido de conseguir a autorização para a publicação das informações quanto para reunir mais informações sobre eles. Foi possível localizar os responsáveis pelos três sujeitos. No caso dos dois adolescentes, foram entrevistadas suas mães; no caso da jovem, seus avós.

No momento da assinatura do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, estiveram presentes os responsáveis e os sujeitos, ocasião em que foram esclarecidas algumas dúvidas sobre o processo. Com o término da assinatura e dos esclarecimentos, foi solicitado aos participantes que deixassem a pesquisadora a sós com as responsáveis, para que elas pudessem contribuir com suas percepções sobre eles.

Com cada participante foram realizados cinco encontros, previamente agendados. No primeiro encontro, a pesquisadora apresentou seu interesse em compreender as histórias de vida de adolescentes que vivem nas ruas. Foram evitados maiores esclarecimentos quanto aos objetivos da pesquisa, no intuito que esses não viessem a influenciar os relatos dos participantes. Os sujeitos foram estimulados a exercer papel ativo nas entrevistas, tendo sido deixado que eles se expressassem livremente, com suas próprias palavras.

No que diz respeito à condução das entrevistas, foi levado em consideração o estado emocional do participante, bem como sua disponibilidade para aprofundar-se em algumas questões. Em determinadas situações, a pesquisadora identificou que os adolescentes não estavam em condições de participar da entrevista, como no caso de um dos adolescentes (*Valter*¹⁵), que compareceu a duas das entrevistas agendadas sob o efeito de drogas, tendo sido remarcado o encontro. Nos momentos em que foi percebido que o conteúdo que estava sendo abordado pelo sujeito o mobilizava em demasia, foi feita a opção por mudar de assunto, retomando a questão em uma situação considerada mais oportuna.

As histórias foram armazenadas com o uso de um gravador para facilitar o registro fiel das narrativas. Os três participantes autorizaram o uso desse instrumento e demonstraram sentir-se prestigiados por ser entrevistados com ele. Por vezes, a entrevistadora teve a impressão de que as falas não se dirigiam a ela, mas a um terceiro; como se os sujeitos estivessem tentando dizer a outras pessoas o tipo de vida que levam na rua.

As informações obtidas nas gravações são estritamente confidenciais e serão utilizadas apenas para fins de pesquisa. Os áudios gravados permanecerão armazenados no banco de dados pessoal da pesquisadora, sendo ela a responsável pela guarda dos mesmos.

A realização das entrevistas ocorreu na própria instituição onde os sujeitos são atendidos, tendo a pesquisadora investido na construção de um ambiente acolhedor que pudesse deixá-los o mais à vontade possível. Os participantes foram entrevistados na sala de atendimento psicológico do serviço. A escolha desse local se justifica por ele, além de ser

¹⁵ Nome fictício.

confortável, é mais isolado dos demais espaços da casa, o que evita a dispersão pelo contato com outros usuários da instituição.

Tudo que disse respeito aos depoentes foi cuidadosamente anotado, incluindo-se os dados previamente disponíveis sobre eles. Assim, foram somadas aos relatos dos participantes as informações disponíveis nos registros da instituição, com o intuito de reunir mais elementos sobre sua rotina nesse ambiente, bem como sobre suas relações com os pares e com as famílias.

Os primeiros encontros foram mais longos, nos três casos. Nos demais, a pesquisadora costumava partir de um ponto já referido em entrevistas anteriores, visando esclarecer as dúvidas suscitadas. Com o término das entrevistas, elas foram reescritas de modo a reconstruir as narrativas, submetendo-as aos entrevistados para que complementassem os dados, aprofundando algumas questões.

Desse procedimento resultaram 15 entrevistas, com uma média de 50 minutos para cada uma delas, o que totalizou 12 horas de gravação. As entrevistas foram transcritas integralmente pela própria pesquisadora, com o objetivo de se apropriar das histórias dos participantes.

3.2.3. Análise dos dados

As entrevistas giraram em torno: das relações com a família; dos motivos de partida para a rua; das motivações para permanecer nesse ambiente; das relações com os grupos, suas regras e códigos de convivência; dos modelos identificatórios; dos medos e anseios frente ao futuro.

Com o término das transcrições, procurou-se organizá-las em função de alguns temas referentes aos sistemas aos quais os sujeitos se encontravam vinculados (contexto socioeconômico, família, rua, grupos, e instituições). Foram levadas em consideração algumas das dimensões do *Sistema Criança-Rua*, proposto por Lucchini (2003), dentre as quais se destacam as dimensões espacial e temporal (saída de casa e continuidade do distanciamento), a dimensão identitária (principais referências de vida) e os processos de socialização (ética, regras e códigos dos grupos da rua).

As *histórias de vida* foram relatadas e analisadas considerando-se a cronologia das experiências de cada participante. Buscou-se compreender as concepções que o sujeito constrói sobre si mesmo e sobre a vida, de modo a poder avaliar como elas acabam por influenciar suas ações e relações com o mundo. Foram consideradas as interfaces entre as determinações sociais e psicológicas, considerando-se, inclusive, as determinações

inconscientes. Nesse sentido, o material coletado foi trabalhado com base nas técnicas de ordenamento e análise de conteúdo, centradas nos temas acima referidos e nos referenciais teóricos da psicanálise, particularmente nas referências aos processos de identificação, assim como nas referências imaginárias sobre autoridade e idealizações.

Na perspectiva da análise institucional, esses conteúdos foram trabalhados de modo a se localizarem as contradições e mediações que envolvem o campo *histórico-social* (níveis socioeconômico, político e ideológico), ou seja, os sistemas macrossociais que são a célula simbólica do sujeito, ambiente norteador das regras e normas sociais; o campo *estrutural-grupal* (comunidades, religiões, grupos e família), no qual se dá o enraizamento, a legitimação e o reconhecimento social do sujeito; o campo *biopsicológico*, relacionado tanto com as necessidades de subsistência quanto com as pulsões existenciais, fantasias, desejos, temores, etc.

No final do relato e das análises de cada *história de vida*, os temas referentes às trajetórias foram ordenados em sínteses individuais que giraram em torno de quatro categorias analíticas: Contexto Socioeconômico, Relações com a Família, Relações com a Rua e Relações com as Instituições de Atendimento. De posse das sínteses individuais, procurou-se estabelecer cruzamentos entre as histórias, ao levar em consideração as relações existentes nessas quatro categorias, assim como a busca das determinações, influências e contradições de umas sobre as outras, de maneira a estabelecer as correlações entre elas e as trajetórias de vida dos participantes.

Foi devido ao zelo despendido na multiplicidade de fatores envolvidos em um dado contexto que a *Análise Institucional* foi escolhida para nortear as reflexões deste estudo. A atenção para a complexidade implicada na dinâmica dos grupos, organizações e instituições, por parte dessa metodologia, auxilia no entendimento do modo como se processam as relações dos participantes com a família, a rua e as instituições de atendimento, o que auxilia no aprofundamento das implicações dessas relações para a organização psicossocial dos adolescentes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. A história de vida de *Camila*

Camila é uma jovem de 18 anos, do interior do estado de Pernambuco, que desde os 14 anos começou a apresentar vivência de rua. É usuária de substâncias psicoativas e há mais de um ano vive na Região Metropolitana do Recife, período em que começou a frequentar a instituição da qual a pesquisadora é integrante.

4.1.1. Questões que ultrapassam o argumento da pobreza

Se sob um determinado aspecto a maioria das crianças e adolescentes em situação de rua apresenta a miséria e a violência doméstica como suas principais justificativas para a busca da rua, essa não é a única razão que os leva a tal situação. A história de vida de *Camila*¹⁶ parece apontar para questões que transcendem a noção de causa e efeito entre miséria e vida nas ruas, trazendo à tona a importância do componente psicoafetivo para pensar essa problemática.

Camila, ao contrário da maior parte dos meninos e meninas que vivem nas ruas, cresceu em um ambiente de cuidado, no qual não lhe faltavam condições dignas de moradia. A jovem foi criada em um bairro de classe média, em uma cidade do interior de Pernambuco. A casa em que residia com os avós maternos, embora fosse humilde, lhe oferecia condições adequadas de desenvolvimento.

Certamente, a história de *Camila* não pode ser usada como referência para fazer generalizações sobre os motivos de ida para a rua; entretanto, apresenta questões que levam a considerar a importância de atentar para a singularidade da experiência de cada um, de modo a tentar construir alternativas específicas para uma tentativa de aproximação do sujeito.

4.1.2. Configuração Familiar

Camila foi concebida na prisão. Seu nascimento foi marcado pela recente separação dos pais, pois sua mãe, ainda grávida, descobriu que o marido recebia visitas conjugais de outras mulheres no presídio. Quando nasceu, foi deixada pela mãe aos cuidados da avó

¹⁶ Nome fictício usado para proteger a identidade do sujeito.

materna que, juntamente com o companheiro, a quem *Camila* chama de avô, a criou até a adolescência. Meses após o nascimento da filha, a mãe de *Camila* foi morar em São Paulo, e ali permaneceu até os oito anos da garota.

“O meu pai, ele é advogado, mas está preso. (...) Ele nasceu aqui em Recife. Em Boa Viagem. Era rico. (...) eu não sei muito da vida dele, nunca participei da vida dele. Nunca soube nada da vida dele. Soube que ele não era gente que prestasse, não. (...) Minha avó já disse.”

Um marco importante em sua vida parece ser a relação que construiu imaginariamente com o pai. *Camila*, ao longo de suas entrevistas, apresenta falas recorrentes sobre a tristeza de não ter podido ser criada por ele.

“Quando eu era pequena, eles diziam que ele tava viajando. (...) Ficava triste porque eu via no colégio todo mundo com os seus pais, tal... e, eu não tinha pai, pra me levar no colégio, pra brincar comigo... Eu acho que eles escondiam porque eu era muito pequena. Porque eles não queriam que eu soubesse isso. (...) Eu acreditava, mas, mesmo assim, eu ficava chateada. (...) Eu acho que com uns 4 a 5 anos, eu comecei a entender direitinho.”

A família de *Camila* fez a opção por omitir a informação de que o pai estava preso. Embora não tenha sido explicitado nem por ela, nem por seus familiares, é possível que a omissão dessa informação tenha gerado dificuldades na relação entre eles, uma vez que *Camila* tinha conhecimento do paradeiro da mãe. Ela estava em São Paulo e ali trabalhava, mas *Camila* sabia apenas que o pai estava viajando, sem saber nem onde, nem quando ele voltaria.

O mal-estar de *Camila*, na perspectiva aqui adotada, estava mais relacionado com o fato de não saber ao certo sua origem do que ter crescido sem os pais. Em outras palavras, é relevante fazer menção ao fato de que ter sido criada pelos avós não é, necessariamente, um componente problemático, a depender da tranquilidade como isso possa ser tratado em casa.

Considera-se importante que o ambiente possa oferecer sustentação para a criança conseguir elaborar bem esses conteúdos, uma vez que isso poderá ser potencializado na relação com os pares na escola. O incômodo de *Camila*, ao confrontar-se com seus amigos que eram levados ao colégio pelos pais, parece dizer respeito não só a questões de sua história pessoal mas também à dificuldade de as instituições de ensino abordarem, não só essa questão, como ainda vários temas que dizem respeito aos fenômenos que se apresentam como sendo diferentes do que é proposto socialmente como adequado.

Camila fala com pesar do momento em que descobriu que seus familiares estavam mentindo em relação ao paradeiro do pai, narrando-o em detalhes.

*“(...) eu não descobri porque os outros me disseram, eu que já tinha visto foto do meu pai. Aí, teve um dia que a gente tava assistindo jornal, aí, ‘mainha’¹⁷ tinha mandado eu pegar um remédio. Desses que vem no vidrinho do Lafepe. Aí, eu fui buscar o remédio. Quando cheguei na sala, eles ‘tavam’ assistindo o jornal... que eu olhei, vi na televisão, eles iam mudar, só que eu tinha visto a foto de painho, na televisão. E, foi aí, que eu comecei a tremer, joguei o vidrinho no chão, quebrou, eu comecei a chorar. **Eu acho que ali, foi o pior dia da minha vida.** (...) Eu pensei em querer soltar ele o mais rápido possível. (silêncio) Deu saudades. (choro)”*

Possivelmente, os incômodos de *Camila* em relação a não ter convivido com o pai poderiam ter sido diluídos, caso tanto a família quanto a escola pudessem ter tratado essa questão com mais tranquilidade e clareza. Entretanto, o fato de esse aspecto não ter sido considerado nos ambientes onde *Camila* conviveu parece ter influenciado as fantasias criadas por ela sobre o pai. Para pensar essa questão, recorrer-se-á aos argumentos de Bowlby (1997) e Winnicott (2002) em relação à importância de as crianças serem amparadas na difícil tarefa de enfrentar os conflitos advindos das experiências amor e ódio por aqueles que fazem parte de sua história.

Entende-se que, mais importante do que proteger *Camila* do sofrimento em relação a sua origem seria ter podido dar-lhe sustentação para expressar espontaneamente sentimentos de hostilidade e insegurança em relação àqueles que a cercavam. No entanto, a dificuldade dos adultos que rodeavam *Camila* em abordar as questões que diziam respeito à história do pai parece ter contribuído para que ela construísse uma imagem idealizada dele, o que fortaleceu assim sua identificação com o mesmo.

“(...) Eu sinto saudade de tudo. Sinto saudade da presença do meu pai. (Camila fala sobre isso com muita emoção) Às vezes, chegava dia dos pais, quando eu era pequena, eu ficava... tava todo mundo fazendo bilhetinho pro pai e a festa dos pais... e, quando tinha a festa, todo mundo com seus pais e cadê o meu? (continua bastante emocionada).”

Inúmeras vezes *Camila* disse sentir saudade do pai. Frequentemente, mostrava-se emocionada quando mencionava o assunto. É interessante que a saudade que ela sente não diz respeito aos momentos por eles vividos, mas, ao contrário, àqueles que desejou viver. As narrativas dela fazem pensar que o sentimento experimentado não se trata propriamente de saudade, mas de falta, uma falta de algo que ainda não foi experimentado e que parece envolvê-la na fantasia de que tudo poderia ter sido maravilhoso.

“(...) Eu nem me lembro dele, mas eu tenho saudade dele, porque eu não fui criada com ele. Só conheci quando eu era bem pequena. (...) Eu sempre sinto falta dele.”

“Tive meu avô que foi um pai pra mim. Mas, de um jeito ou de outro, a gente sente falta. (...) Eu acho que a diferença que tem é porque... eu amo, amo, amo muito meu

¹⁷ No caso aqui, a avó.

avô, só que eu sinto falta do meu pai porque eu não convivi com ele. O pouco que eu convivi, às vezes eu nem me lembro.”

*“Eu, não sei muita coisa, não. Ele gosta de escrever poesia, fazer música. (...) Eu já falei com ele por telefone. (...) Eu penso em tanta coisa quando ele se soltar. Eu penso em sair com ele, passear com ele, pra algum canto. **Eu sinto falta dele, é muito ruim a pessoa ser criada sem pai.**”*

*“Ah, eu... quando ele ligava pra mim, ele sempre dizia que quando se soltasse ia pegar... ia arrumar dinheiro, ia me levar no shopping com ele pra passear. Pra recuperar pelo menos a metade do tempo que ele perdeu, longe de mim. **Ele fala, ele conversa comigo.**”*

A avó de *Camila* conta que, no período em que ela começou a ir para a rua, por volta dos 14 anos, costumava passar horas ao telefone conversando com o pai, às vezes até a madrugada. A avó se questionava como ele, estando preso, conseguia autorização para passar tanto tempo ao telefone. Ela diz que, em algumas situações, *Camila* se irritava, afirmando que seria melhor que ele parasse de ligar.

Deduz-se que o pai simboliza para a *Camila* a possibilidade de viver uma vida diferente. Mesmo que na realidade ele se apresente como um infrator – que está preso por formação de quadrilha, seqüestros, assaltos e assassinato –, na fantasia dela parece estar presente o desejo de reconhecimento como filha de um advogado rico, que morava na capital. Por diversas vezes, *Camila* fez uso da história do pai para se distinguir dos demais meninos que estavam na rua, demonstrando que sua filiação, para além da condição de filha de presidiário, lhe conferia um *status* social diferenciado, uma vez que dentre os meninos com quem convivia na rua ela era a única filha de um “advogado rico”.

Camila acredita que, diferentemente de sua mãe biológica, o pai a teria criado, caso não estivesse preso. Chama a atenção que a jovem pouco se refere à mãe e, quando o faz, aparenta certa indiferença. Quando questionada sobre a diferença de tratamento entre o pai e a mãe, ela afirma:

“Porque eu acho que eu tive mais contato, quer dizer, eu não tive muito contato. Mas, acho que eu tive mais contato com minha mãe do que com meu pai. (...) Minha mãe eu ainda vi quando eu era grande, quando eu era menor. Meu pai eu só vi quando eu era pequena.”

No momento em que ela chegou ao *Instituto Zózimo*¹⁸, passou por uma triagem, como é costume na instituição. Entretanto, chama a atenção o fato de ela ter mentido sobre um aspecto importante de sua história. *Camila* contou que havia sido criada pela mãe e chegou a fornecer o verdadeiro nome dela. Contudo, mentiu ao dizer que ela havia morrido pouco

¹⁸ Nome adotado para referir-se a instituição da qual *Camila* é integrante.

tempo antes de sua chegada ao instituto. A jovem não fez menção à avó e afirmou não ter nenhum responsável legal.

*“(...) **Camila**¹⁹ morava com sua mãe em Caruaru, até que, em dezembro de 2005, ela teve um enfarte e faleceu, ficando a adolescente sem nenhum responsável.(...)”*

Comumente, as crianças e adolescentes em situação de rua que chegam aos serviços destinados a atender esse público têm o hábito de alterar seus nomes ou informações de sua história. De modo geral, as adulterações estão relacionadas com os interesses que eles têm em relação à instituição, como, por exemplo, mentir sobre a idade para poder ser atendido, ou omitir dados da família para não ser identificado.

A informação falsificada por *Camila* parece ser de grande relevância em sua história. Ter “matado” a mãe pode representar apenas o desejo de não ter sua família localizada; todavia, é curioso que ela tenha oferecido corretamente as demais informações, incluindo seu endereço. Para que *Camila* falasse sobre a mãe, foi preciso que a pesquisadora tocasse no assunto, diferentemente dos demais personagens de sua história. É possível que a aparente indiferença em relação à mãe sinalize, implicitamente, incômodo e ressentimento por não ter sido cuidada por ela.

*“Quando eu nasci, ela me deixou com a minha avó. Assim que eu saí da maternidade. (...) Eu sabia que ela tava trabalhando lá (em São Paulo)... Mas, **tinha hora que eu me revoltava... Dizia que não queria ver ela... Brigava com ela.** (...) Eu tinha uns 8 anos (quando ela voltou de São Paulo). (...) Nunca tive vontade de morar com ela, não.”*

Assim, enquanto o pai parece ocupar um lugar de destaque em suas falas - mobilizando-lhe muita emoção - a mãe pouco aparece em suas narrativas. *Camila* acredita que a opção de ter sido deixada com sua avó foi da mãe, não havendo participação alguma do pai. Segundo o relato da avó, a aparente “indiferença” da jovem parece ter sido reforçada pelo posicionamento da mãe junto a ela ao longo da vida.

Nos primeiros anos de vida da filha, a mãe de *Camila* demonstrava não estar satisfeita com a relação entre a avó e a neta. De acordo com a avó, ela costumava implicar muito com tal relação, queixando-se de que a menina tinha tudo, enquanto ela própria não tinha nada. A postura da mãe de *Camila* parece oscilar entre os papéis de mãe e de irmã. O conflito entre elas possivelmente pode esclarecer a razão pela qual muitas vezes fica confuso entender quando a jovem está se referindo à mãe ou à avó, a quem costuma chamar de “mainha”.

“A minha ‘vó’ é a minha mãe. Minha ‘vó’ é minha mãe, minha amiga. Ela é tudo pra mim.”

¹⁹ Trecho retirado dos registros de Triagem da adolescente no *Instituto Zózimo*.

Parece importante dizer que, na perspectiva aqui adotada, o complicador dessa configuração familiar não está no fato de *Camila* ter sido criada pela avó, haja vista que são diversos os casos bem sucedidos de arranjos familiares diferentes do *modelo nuclear burguês*: pai, mãe, filho. Entretanto, é possível perceber a ambivalência do movimento da mãe de *Camila* em relação a ela, pois a menina nasce no momento em que ela se separava do companheiro e parece ocupar um lugar de destaque no afeto de sua própria mãe.

“Eu sempre fui bem criada com eles. Eles nunca me deixaram faltar nada. Nunca me desampararam, mesmo que eu tenha feito alguma coisa errada. Mas, nunca deixaram de gostar de mim. E, hoje em dia, que eu que mais eu me arrependo, foi ter aprontado tanto com eles.”

No que se refere ao seu ambiente familiar, *Camila* constantemente afirma que teve tudo de que precisava, educação, comida, roupas, um quarto só para ela, com televisão e conforto. Sempre que esse tema emergia em suas entrevistas, a jovem depositava toda a responsabilidade por ter ido para a rua em si mesma, parecendo isentar seu lar de qualquer participação nesse processo. Entretanto, mesmo muito sutilmente, dava indícios de insatisfação com a casa.

“Minha vida quando eu morava com a minha avó era mais ou menos. Não me faltava nada. (...) Às vezes me sentia muito presa. (...) Eu sempre pensava que a casa dos outros era melhor do que a minha.”

De fato, as queixas de *Camila* não pareceriam estar relacionadas com uma falta material ou um incômodo de algo que ela possa ter vivido concretamente, mas a uma falta subjetiva, da ordem do registro psicoafetivo. A avó de *Camila* disse não compreender o motivo de sua ida para a rua, uma vez que a neta foi muito cuidada por ela e pelo avô. Entretanto, o incômodo da jovem parecia estar relacionado com os diversos *não ditos* de sua história, que tendiam ganhar força, a medida que ela entrava na adolescência.

Tanto *Camila*, quanto sua avó e seu avô parecem ter dificuldades para compreender o movimento dela frente à rua. No momento das entrevistas realizadas com os avós, eles demonstraram ter muito orgulho da neta, mostrando fotos de quando ela era pequena e relatando seu percurso quando criança. Contam que *Camila* não foi uma criança que lhes deu trabalho; ao contrário, sempre era bem vista pelas pessoas à sua volta, por ser educada, obediente e estudiosa.

De posse do histórico escolar da jovem, foi possível identificar que ela sempre foi boa aluna, tirando excelentes notas no colégio, exceto na 7ª série, ano em que deixou os estudos. O avô de *Camila* mostrou fotos do período em que ela fez com ele um curso de *Esperanto*.

Conta que ela era valorizada por todos no curso por ser a mais nova – na época tinha 11 anos – da turma. Ele insiste em falar que as pessoas com quem a jovem conviveu na infância resistem a acreditar no rumo que foi dado à sua vida.

Do lado de seu pai, *Camila* tem cinco irmãos, três meninos e duas meninas, todos eles concebidos na prisão. Os três meninos moram em Fortaleza e são filhos de uma mulher, que faleceu no parto do mais novo. As duas meninas são filhas de mães diferentes. Uma mora no Recife, e outra no Rio Grande do Sul. *Camila* não teve contato com seus irmãos por parte de pai. Afirma ter conhecido apenas um deles, quando tinha, aproximadamente, 6 anos.

Do lado materno, ela tem mais um irmão, Pedro, que atualmente tem 13 anos, com quem também não conviveu por muito tempo. Pedro nasceu quando sua mãe residia em São Paulo. Foi criado por ela até o ano de 2006, período em que resolveu ir a morar com os avós maternos, em função de não gostar do novo companheiro da mãe. Na ocasião em que ele foi morar com os avós, *Camila* já havia saído de casa.

Camila conta que na infância não tinha companhia para brincar, ficando grande parte do tempo com seus avós. Quando sua mãe retornou de São Paulo com Pedro, eles foram morar em uma cidade próxima, mas, mesmo quando o irmão ia visitá-la, eles não costumavam brincar. A avó de *Camila* relata que eles nunca se deram bem. Não foi percebido nenhum movimento da família para tentar aproximar os irmãos, o que parece desconsiderar que os desconfortos de um em relação ao outro poderiam estar relacionados, apenas, a conflitos de rivalidade fraterna.

4.1.3. A entrada na adolescência e a busca pela rua

Nas entrevistas de *Camila*, identifica-se que, por volta dos 13, 14 anos ela começou a “aprontar” (*sic*). Antes disso, nem ela, nem seus avós conseguem perceber nenhuma dificuldade na relação com a família e com a escola. Se, de um lado, essa dificuldade em identificar os conflitos pode estar relacionada com um suposto desejo da família de se proteger – não expondo as suas fragilidades para a pesquisadora –, sob outro aspecto, pode relacionar-se com a sutileza dos conflitos que se apresentavam.

O fato de *Camila*, aparentemente, guardar para si os conflitos por ela experimentados talvez tenha sido influenciada na dificuldade de seus familiares perceberem que algo não transcorria bem em sua história. Nesse sentido, considera-se não ter sido coincidência que seus conflitos tenham vindo à tona justamente no momento em que ela ingressava na adolescência.

Conforme foi discutido no referencial teórico, a adolescência é entendida como um momento da vida marcado pelo questionamento da *ordem simbólica*, em que as interrogações sobre a existência – características da primeira infância – são reavivadas, o que permite aparecerem as fragilidades das relações com as pessoas amadas.

“Com o tempo, eu fui influenciada por amigos, aí fui para a rua. (...) Eu ia pra casa das minhas colegas. Colega assim, colega, colega, não, né? Que uma colega que bota a pessoa no mal caminho não é colega, não. (...) Tinha umas que eram de classe média, tinha umas que eram de classe baixa.”

O universo de *Camila*, como o de tantos outros adolescentes, parece ter sido colocado em xeque nessa fase de sua vida, ao eclodirem questões que aparentemente não traziam incômodo para ela na infância. O confronto com o mundo dos amigos trazia consigo uma grande sedução para ela e fazia com que as relações com seus familiares fossem colocadas à prova.

A relevância do confronto com a sociedade é aguçada na adolescência, o que permite que o reconhecimento dos outros ganhe ainda mais importância. A relação com os pares ocupa um espaço importante para o adolescente e influencia consideravelmente em suas escolhas e posicionamentos perante a vida. As primeiras idas de *Camila* para a rua pareciam tanto ter o intuito de provocar a família quanto de acompanhar os amigos.

“Eu fui para a escola, da escola eu gazei aula. Fui pra casa da minha colega. (...) Da primeira vez que eu dormi na rua foi que eu tinha fugido de casa. Aí eu peguei e fui dormir lá no centro lá de Caruaru. (...) Foi com uma colega minha, mas não foi muito bom, não. Porque eu dormi no frio. Foi muito ruim. Eu tava deitada lá, chegou um homem, tava eu e ela e o homem começou a alisar ela. A gente teve que correr com o homem atrás da gente. Foi ruim. (...) Foi horrível, pois quando eu cheguei em casa eu levei uma pisa. (...) Da primeira vez eu passei só um dia. (...) Aí eu passei um tempo dormindo na rua. Depois eu vi que não tinha futuro e fui pra casa de novo.”

As contradições vividas por ela parecem ter sido expressas em transgressões e rebeldia. *Camila*, que se ressentia de não ter companhias para brincar, parece ter encontrado na companhia dos amigos uma possibilidade de reconstruir o mundo à sua maneira. Desse modo, conforme propõe Rassial (1999), o envolvimento de *Camila* com as drogas e com o universo da rua parece surgir como tentativas frustradas de reorganização da realidade ao seu redor.

“Eu parei de estudar com uns 14 anos. Já faz 4 anos que eu parei. Aí, quando eu parei de estudar, foi quando eu comecei a ir para a rua, sai do colégio.”

“Eu ia pra rua e vinha pra casa, ia pra rua, vinha pra casa. Minha ‘mãe’ (avó) dizia que eu morava na rua e passeava em casa. Eu passava mais tempo na rua. Acho que eu passava assim, umas duas, três semanas na rua e quando eu ia pra casa passava dois, três dias e voltava pra rua.”

“Depois que eu dormi fora de casa, eu passei um monte de tempo saindo, aí demorava a voltar. (...) Comecei a usar drogas. Comecei a beber com amigos. Amigos, não né?”

Porque se fosse amigo não ensinava a pessoa a fazer isso. Aí comecei a usar drogas e teve tempo de passar 4 – 5 meses fora de casa sem dá notícia, minha ‘mãe’ (avó) pensando que eu tava morta. Mandaram até polícia atrás de mim.”

Ao envolver-se com o universo e com os códigos da rua, *Camila* faz com que seus avós deixem de ser sua principal referência e se recusa, assim, a enquadrar-se nas regras por eles estabelecidas. O rompimento com as normas da casa, por sua vez, desencadeia a interrupção da relação com outros espaços que contribuía para a construção de seu futuro, como a escola. A ruptura abrupta com a escola e com a família parece ter influenciado na consolidação do vínculo de *Camila* com a rua, legitimando-a, como diria Lucchini (2003), enquanto pólo organizador de sua vida.

“Depois desse dia, eu... Eu fui... fiquei andando... depois fui pra casa. Ai eu saia de novo. Depois, teve um tempo que minha ‘mãe’ (avó) ficou muito nervosa comigo ai me botou num internato, lá em Caruaru.”

À medida que a rua vai ganhando espaço na vida de *Camila*, sua família se enfraquece no poder de interditar suas transgressões, necessitando recorrer a outras instituições – como nas narrativas anteriores –, à polícia e um a *internato*. Contudo, se por um lado a ação dessas instituições, quando operam em conjunto, pode servir para o fortalecimento das relações com a família, por outro, quando sobrepostas, tendem a desconsiderar a função uma da outra, o que contribuiu para acentuar a fragmentação da história de *Camila*.

Lucchini (*op. cit.*) argumenta que as crianças em situação de rua costumam ter uma grande mobilidade entre os diversos campos de suas vidas (escola, abrigo, família...), sendo a rua seu o pólo organizador. Para ele, uma das principais dificuldades relacionadas com esses múltiplos pertencimentos é a inexistência de complementaridade entre eles. Desse modo, para atenuar a importância da rua enquanto eixo prioritário de vida, faz-se necessária a ação conjunta desses campos.

No período em que *Camila* estava na rua, costumava ficar com um grupo de crianças e adolescentes do centro da cidade. Pela manhã, acordava e ia tomar café em uma instituição que atendia crianças e adolescentes em situação de rua. Quando saía de lá, ia para a rua pedir dinheiro nas portas para almoçar. À noite, costumava ir a uma lanchonete que distribuía vitamina para os meninos que ficavam pelas ruas do centro.

Segundo ela, os meninos costumavam tomar conta de carro e pedir esmolas, enquanto as meninas saíam para fazer programas. À noite, quando retornavam da exploração sexual, elas se juntavam aos meninos e partiam em busca de drogas, na maioria das vezes cola e maconha. *Camila* conta com detalhes a primeira vez em que fez programa.

“Foi estranho, porque eu não sabia direito o que era programa. Aí, eu via na rua, pois é, todo mundo fazendo, e tal... e chegava na feira e o povo dizia: ‘tu és muito besta, porque tu não ganha dinheiro’. Aí, eu acabei caindo na delas e fazendo programa. Primeiro foi o meu jeito de sobreviver na rua, porque eu não iria roubar. (...) Porque roubar, sei lá... eu não curtia, não. Roubar, não. (...) Porque a gente pode ser presa, né? E, eu acho que lá dentro (da prisão) é muito ruim. (...) Ele era mais velho, bem mais velho do que eu. (...) Ele tinha quarenta e poucos... quarenta e dois... e eu uns 14 pra 15. Ele disse, ele dizia que... que... ia sempre vim me ver... e tal... E, realmente, ele sempre vinha me ver. Às vezes ele vinha, me via, não precisava nem eu sair com ele, me dava dinheiro, me dava as coisas. Ele ficou como se tivesse... como se tivesse tendo um caso na rua. Tinha vez que não precisava eu sair com ele pra ele me dar dinheiro, não.”

A experiência profissional demonstra que a exploração sexual não parece ser apenas o jeito de *Camila sobreviver na rua*, mas também de muitas crianças e adolescentes que vivem nessa situação. Muitas delas – e, não poucas vezes, deles – usam seus corpos como moedas de troca, fazendo programas às vezes por 50 centavos. O dinheiro da exploração normalmente é gasto para comprar comida e droga, o que exige que o sujeito esteja sempre em busca de novos clientes.

Após, aproximadamente, oito meses em que *Camila* estava na rua, ela foi ameaçada de morte por um namorado, que convivia com ela no grupo da rua. Com receio de que algo pudesse acontecer com a neta, a avó procurou a polícia e o Conselho Tutelar que solicitaram seu abrigo.

Durante o período em que esteve nesse abrigo, *Camila* foi matriculada em uma nova escola, porém, não a frequentou regularmente. Tinha autorização para passear pela instituição, que ficava localizada na zona rural, mas não podia deixar o espaço sem a companhia de um adulto responsável. Cerca de três meses depois, *Camila* evadiu-se do abrigo. Fugiu para morar com um rapaz, com quem conviveu por mais de um ano. Conta que foi difícil o período que passou com ele, pois passou a usar cotidianamente crack.

“Eu fumava ‘pedra’. Passei, uns 4 a 5 meses usando. (...) Dependendo, fumava até o dinheiro acabar. A gente não pensa como conseguir o dinheiro. Eu gastei 380 reais de ‘pedra’, num dia. Eu fico pensando, o dinheiro que eu já gastei de ‘pedra’ já dava pra eu ter comprado uma casa pra mim. (...) Eu já cheguei a vender minha televisão pra trocar por pedra.”

“É a pior coisa, é a pior droga que tem, por que faz a gente gastar dinheiro. Quando é mulher, faz se prostituir. Quando é homem, faz roubar, traficar, pra poder conseguir a pedra. A maioria das mortes em favela é por causa de droga e a maioria delas é por causa de pedra. (...) Ela tem muita química. Quando a gente fuma uma ‘pedra’ só, a gente só faz fumar mais, e mais, e mais, e mais... num tem vontade de parar, emagrece, deixa a pessoa feio, acabada. Se num parar, a pessoa fica muito “mago”, muito “mago”, muito “mago” mesmo. A pessoa fica ansioso, nervosa. Dá vontade de fumar mais. De conseguir de qualquer jeito. (...) O crack é uma droga que é ruim mesmo. Faz até a pessoa matar. Fazer... como é... ‘estrupear’, essas coisa. (...) Filho matando pai, porque não queria dá dinheiro pras drogas. Um monte de coisa.”

“(...) É muito difícil pra sair. Muito difícil, muito difícil, mesmo. A pessoa tem que lutar muito. Contra si mesmo. Porque a vontade é grande. A vontade é muito grande, mas...”

A pessoa tem que resistir. Tem que botar na cabeça que quer parar. (...) Eu tava ficando muito magra, eu tava ficando muito feia. Tinha gente até que dizia (Deus o livre! Deus o livre!) que eu tava com AIDS. De tão magra que eu tava. Só que era a 'pedra'."

O envolvimento de *Camila* com as drogas fragilizou muito sua relação com a família. A avó conta que, diversas vezes, chegou a ir buscá-la na favela onde estava com o companheiro, porém não obteve sucesso. *Camila* retornava para casa e passava apenas alguns dias. Sempre que saía de lá, levava algum pertence seu ou da casa, chegando até mesmo a vender a televisão que ficava em seu quarto. Seu movimento era bastante destrutivo e comprometia o investimento que a família fazia nela.

Conta que deixou de fazer uso de crack por conta própria, passando mais de um ano sem usar a droga. Após o término do namoro com esse rapaz, *Camila* voltou para casa. Todavia, a relação com a família já estava bastante desgastada e não havia mais confiança entre eles. A avó não conseguia estabelecer limites para *Camila* e receava que, caso a desagradasse, ela pudesse retornar para a rua. Nesse contexto, o avô conseguiu arrumar um emprego para ela como telefonista em um disque mensagem e, além desse trabalho, *Camila* também vendia cartões para "Os amigos da Alegria".

"Eu trabalhei nos amigos da alegria, aqueles palhacinhos. Até hoje eles passam ali. Na beira mar. Eu fico olhando assim. Poxa, eu já trabalhei nisso. (...) visitar os pessoal doente nos hospitais de câncer, nos hospitais infantis, em casa de doentes mentais. (...) uma senhora me falou que eu trabalhando com isso aí, eu ia passar alegria para quem tava triste, quem era doente."

"Meu trabalho é... Como eu já disse, foi uma parte boa da minha vida que eu aprendi a... que, pelo menos, eu aprendi uma profissão também, né, tia? (...) Às vezes a gente ficava comovido porque a gente via aqueles meninos, doentes lá. Mas, também era uma alegria porque a gente sabia que eles 'tavam' ali triste e a gente levava alegria pra eles."

A volta para casa é um período que demanda uma atenção especial, uma vez que, como diria Winnicott (2002), a criança que deixa o lar encontra seu lugar ocupado, quando retorna. Em outras palavras, tanto *Camila*, quanto sua família se adaptaram ao período de 2 ano, que passaram longe uns dos outros. Sob um dado aspecto, se a distância traz perdas para ambas as partes, por outro, eles também adquirem ganhos secundários com o afastamento. Do lado de *Camila*, o ganho diz respeito ao fato de poder fazer o que deseja, sem o controle dos avós. Esses, em contrapartida, parecem usufruir da possibilidade de não ter que se preocupar com o trabalho de educar uma adolescente.

Aos 16 anos, passou três meses em casa, período em que permaneceu trabalhando. Ao escolher trabalhar nos "Amigos da Alegria", *Camila* aponta para o desejo de fazer algo diferente, em que pudesse se reconhecer como uma pessoa engajada em algo voltado para

ajudar outras pessoas. São bastante recorrentes as falas de desejar ajudar outras pessoas, inclusive aquelas que estão nas ruas.

Do período em que esteve em casa, *Camila* queixa-se de ter ficado muito presa e sem companhias. Na ocasião, ela não voltou a estudar, fato que poderia tê-la envolvido em ações mais saudáveis e no contato com outros adolescentes que não tivessem vivido as mesmas questões que ela nas ruas. Outro aspecto marcante desse período foi que *Camila* voltou a falar muito com seu pai ao telefone. Ele responsabilizava a família pelo que acontecia com a filha; essa, em contrapartida, atribuía a ele a culpa por *Camila* ter escolhido a vida nas ruas. Após três meses em casa, *Camila* retornou às ruas, dessa vez às ruas de Recife.

4.1.4. A vinda para a Região Metropolitana

Após ter fugido de casa, *Camila* veio para Recife de carona com um caminhoneiro. Afirma ter pedido carona na estrada e ter sido bem tratada por esse homem.

“Ele era bem legal. (...) eu menti que eu tinha família aqui e que tava sem dinheiro pra ir. (risos). Ele conversou comigo. Que eu era muito nova, que eu tinha que tomar juízo. Num tá andando sozinha, e tal. (...) Comprou comida pra mim e me deu dinheiro pra eu pegar um ônibus”

Embora a jovem compreenda que tenha mentido para o caminhoneiro sobre o fato de não ter família no Recife, de fato ela tem família na cidade, haja vista que a família de seu pai morava nessa cidade. Assim, embora não seja possível afirmar com clareza que a vinda para a capital possa ter alguma relação com o pai, chama a atenção a coincidência de *Camila* ter feito a opção por deixar a cidade onde nasceu e cresceu para viver na cidade de seu pai.

Camila chegou na cidade à noite, sem dinheiro, pois tinha pegado o ônibus errado. Não tinha paradeiro, nem objetivo, sabia apenas que queria ir para o centro da cidade.

“Cheguei na cidade, eu com uma fome (...) eu ia andando por lá e achei dinheiro. Aí, fui comer, quando chegou lá, eu andando, andando, andando... Aí, cheguei lá no 13 de maio e conheci um menino, que ele era de rua. Aí, me chamou pra dormir junto com um pessoal, pra eu não dormir sozinha, por aí. E nem ter que ir fazer prostituição pra eu poder arrumar um dinheiro”

Nessa ocasião, foi acolhida por um grupo de adolescentes que vivia nas imediações do Parque 13 de Maio. *Camila* parece dividida em sua opinião sobre a vida desse grupo, ora mostrando-se fascinada, ora sinalizando medo diante das dificuldades por eles vivenciadas.

“A rua aqui é diferente de lá. (...) Por uma parte, eu achei mais interessante. Aqui é um modo de vida diferente. (...) Era mais animado. a gente fazia mais assim, atividades. Iam comunidades pra lá pra gente fazer pintura... Jogar dominó... Brincar de bola... ganhar lanche, essas coisas.”

“No 13 de Maio era mais ruim. Porque é a gente que tinha que arrumar um canto pra se alimentar e dormir. Às vezes acordava com a polícia dando chute. A gente tinha que pedir. Tinha que pedir o dia todo pra poder arrumar comida. Passava fome, passava necessidade, mal tinha o dinheiro da droga. (...) até a gente que é menina, pra fazer programa era mais difícil”

Camila passou dois meses no Parque 13 de Maio. No período em que lá esteve, participava de atividades propostas por algumas instituições responsáveis por atender às crianças e adolescentes em situação de rua, sendo a maioria delas realizadas na própria rua. Deixou de freqüentar esse ambiente quando seu namorado, que era um dos líderes do grupo, foi preso por roubo.

4.1.5. A sedução pelo lugar do líder

“Lá na cidade quem mandava era o ‘pirrãia’ que eu tava com ele. O pessoal que tinha respeitava muito ele. Ele deixou ‘Maga Bó’ pra ficar comigo. Ele tinha mais tipo. Era, assim, mais forte e tal, e sabia botar ‘as coisa’ no eixo. ‘Num’ era de brigar com ninguém, mas também queria que eles fizessem ‘as coisa’ certa. Não era de brigar com ninguém, mas também não admitia erro.”

Desde os primeiros momentos de *Camila* na rua, é possível observar uma tendência a ela envolver-se com os líderes dos grupos dos quais participava.

A experiência profissional demonstra que, assim como *Camila*, as adolescentes que vivem nos grupos da rua, por sua condição maior de fragilidade perante os meninos, tendem a buscar parceiros que possam garantir-lhes conforto e proteção. Os líderes dos grupos, comumente, são os adolescentes mais procurados pelas meninas, uma vez que os demais integrantes normalmente o respeitam, preferindo não se envolver com as suas namoradas. As garotas, por sua vez, rivalizam entre si pelo lugar de companheira do líder e aceitam submeter-se às regras por eles impostas em troca do prestígio que obtêm quando eles deixam suas antigas namoradas para ficar com elas.

“Não podia (...) a gente que saia com um boyzinho²⁰, a gente não podia sair pra pedir. Sei lá... ‘essas coisa’ assim. Por que a pessoa que a gente tava não deixava. (...) Arrumava dinheiro. Foi uma coisa que quando eu tava com esse menino que foi preso, não me faltava nada, não. Tinha roupa. Tinha perfume, ‘as coisa’ básica de rua. Tinha droga, tinha comida.”

Camila dedicou muito tempo de suas entrevistas refletindo sobre o lugar do líder nos grupos da rua. Foi possível observar que, para além de seu interesse em envolver-se afetivamente com os meninos que se destacavam no grupo, ela própria sinalizava o desejo de desempenhar esse papel. Foi percebido de sua parte um grande fascínio e admiração por um integrante do grupo, a quem foi conferido pelos demais o lugar de líder.

²⁰ Expressão utilizada para referir-se a Namorado.

“Acho que quando ‘Mel’²¹ ‘tava’ aqui, o pessoal ‘tava’ mais unido. (...) Porque ele sabia entender a gente, sabia chegar pra conversar. Ele não era muito de bater, ele era mais de chegar e conversar. (...) Ele ‘num’ era de ‘cobrar vacilo’²². Ele chegava pra reparar o erro da pessoa. (...) Eu acho que é porque **ele é mais antigo. Num sei dizer, já conhecia todo mundo. Ele era bem considerado, por quem tava fora também.”**

“(...) Ele não era muito violento. (...) Ele era brabo, mas tinha os momentos dele ser brabo. (...) Tinha vez que ele era estourado. Quando estressavam muito ele, ele se alterava. Ou, senão, se dissesse alguma coisa que ele não concordasse, ele se alterava.”

“(...) A gente sente falta dele. Se ele tivesse aqui era mais organizado. (...) Ele tomava mais decisão, tinha mais decisão. (...) Acho que foi o melhor, assim, o que soube melhor administrar, acho, que o pessoal. Entendeu?”

“(...) Quando ele foi embora, todo mundo queria ser líder. (...) Aí fazia aquela briga. Todo mundo queria assumir o lugar dele.”

As falas de *Camila* parecem representativas de algumas características marcantes dos líderes nas ruas. É interessante que ela faz menção a algumas competências que também poderiam ser utilizadas para definir líderes em outras situações, como, por exemplo, saber administrar, saber escutar, ter capacidade de organizar o grupo e ter iniciativa na tomada de decisões.

Ferreira (2001) propõe que as lideranças na rua comumente se apresentam naqueles adolescentes que, há mais tempo vivem nesse ambiente, que conseguem impor-se pela força, pela astúcia e pelo conhecimento da lei da rua. O *líder da rua* exerce uma autocracia em relação aos demais e não tolera ter seus interesses contrariados. Desse modo, só se sustentarão no grupo aqueles que conseguirem atender às necessidades do líder.

É possível perceber na narrativa de *Camila* uma idealização do líder, compreendendo-o como aquele sem o qual o grupo não consegue permanecer unido e organizado. Seus relatos nos remeteram aos argumentos de Freud ([1921] - 1976) em relação ao fenômeno de instalar o líder como o representante do *Ideal do Grupo*. Os laços existentes entre os membros do grupo de *Camila* eram fortalecidos pela identificação com ‘*Mel*’, a quem era delegado o papel de decidir sobre os interesses do grupo, o que gerava uma dependência dos demais integrantes com relação a ele. A vinculação com o líder mantinha os membros do grupo fiéis a ele, ao lhe atribuir o papel de controlá-los.

‘*Mel*’ deixou o grupo para ir morar com seus familiares em um país da Europa. Sua partida parece tê-lo consolidado no lugar de *Ideal do Grupo*, pois, para além das idealizações que existiam no momento em que convivia com os demais, ele saiu das ruas para ocupar um lugar que é valorizado por nossa sociedade: viver no exterior. O adolescente continua

²¹ O antigo líder do grupo, cujo nome foi alterado.

²² ‘Cobrar vacilo’ é uma expressão utilizada pelos meninos na rua para se referir a ação de punir um integrante do grupo, quando esse faz algo que contraria os acordos por eles estabelecidos.

mantendo contato com o grupo por meio de ligações que faz para o telefone público que fica nas imediações de onde o grupo reside e de encontros em *sites* de *bate papo* na internet.

A partida do líder provocou um fenômeno semelhante ao descrito por Freud em *'Totem e Tabu'* ([1913] - 1976), no qual, após o assassinato do chefe, a horda paterna se transforma em uma comunidade de irmãos que rivalizam entre si pelo lugar do líder. Com a mudança de *'Mel'*, alguns adolescentes, dentre eles *Camila*, disputaram o lugar de líder no grupo.

“Ninguém é melhor do que ninguém. Eu acho que não deve ter um líder. Porque nenhum tem capacidade de ser um líder, aí. (...) Precisa saber o que é o certo e o que é errado, né tia? E não julgar as pessoas sem as pessoas ter feito nada.

“(...) Eu não me considero uma líder, não. Eu me considero uma pessoa que pode aconselhar todo mundo. (...) Eu acho que eu sempre consegui ajudar os outros.”

“(...) Só ficou José. (...) Ele é muito metido a querer ser o tal, só querer ser. Quer ser melhor do que todo mundo. (...) Mas, a gente compartilha. (...) Por que ele fica mandando nos meninos, mas eu não quero mandar nas meninas. Sou mais de aconselhar, e tal, o que não presta. Isso presta. Faça assim, não faça...”

Camila parece ter dificuldade em assumir seu desejo de ocupar o lugar de líder do grupo e afirma que não acredita dever haver um líder entre eles. Entretanto, em diversas entrevistas ela faz menção à sua irritação em relação a *'José'*, um adolescente que, assim como ela, exerce poder de liderança sobre o grupo. Embora *Camila* se refira ao fato de achar que ninguém do grupo teria condições de assumir esse lugar, ela atribui a si as características importantes para ocupá-lo.

O desejo de *Camila*, tanto de namorar os líderes como de ser uma deles, remete a uma possível identificação com a figura do seu pai. A ligação com as figuras mais fortes que ocupam um lugar de destaque nos grupos sinaliza para um movimento imaginário de encontro com o pai, a partir da repetição de sua história.

“(...) Eu sempre gostei de ajudar as pessoas, desde pequena, sempre gostei de cuidar. (...) Às vezes eu fico pensando, por que eu tô na rua? Eu vou pra rua, assim, só pra tentar proteger aquelas pessoas. Eu acho que ali não é o lugar delas. Também não é o meu. Mas, eu vou ficar ali protegendo elas.”

Segundo Freud ([1921] - 1976), quando a capacidade reflexiva do indivíduo é muito frágil para chegar a algo por si próprio, é possível que se instale uma dependência no grupo pela repetição dos impulsos emocionais nos outros membros. Nesse sentido, quando *Camila* fala do seu interesse em cuidar e proteger dos companheiros, parece estar identificada a eles pelo desejo de ser, ela própria, cuidada e protegida por um outro.

4.1.6. As amizades e os códigos da rua

“É meio difícil a vida na rua. Por que a maioria do que a gente passa é só problema, só problema, só problema. (...) Tem vez que é boa, tem vez que é ruim. Quer dizer, às vezes, eles se unem. Mas, tem vez que, misericórdia, é uma briga grande. (...) Num sei dizer, não, porque eles se tratam assim, não. Num entendo. (...) Porque é capaz de um matar o outro e depois ‘tá’ tudo amigo.”

Mesmo com todos os conflitos, é possível perceber - a partir da experiência profissional - que existe um padrão recorrente nos grupos de crianças e adolescentes em situação de rua, norteados por alguns códigos e regras referentes à convivência entre eles. Foi solicitado a *Camila* que ela elencasse características comumente observadas nos grupos da rua.

Inicialmente, *Camila* fazia questão de se posicionar como se a rotina da rua não fizesse mais parte do seu dia-a-dia. Essa postura parece ser justificada pelo fato de ela não estar mais dormindo todas as noites na rua, mas sim na casa de um namorado em uma favela próxima ao grupo de que fazia parte. Entretanto, insistiu-se para que ela falasse sobre suas lembranças e percepções sobre o que tinha vivido na relação com os demais companheiros.

Um primeiro aspecto abordado por ela foi o uso que os adolescentes fazem das drogas. Foi perguntado a ela qual era a droga de que mais gostava. De início, fez questão de afirmar que não gostava mais de nenhuma, o que demonstrava uma tentativa de demarcar que aquilo não mais fazia parte de sua vida. Após ter sido reformulada a questão sobre o período em que ela fazia uso de drogas na rua, ela responde:

“Cola, porque é a que eu me dava mais bem. Eu me sentia bem usando. Fica alegre. Depois dá um sono. Tira a fome. Ela é melhor. Eu sempre fui mais ‘aviciada’ na cola.”

“A cola quase todo morador de rua usa. A pessoa fica viajando. Sei lá, parece mais que a pessoa tá endoidando. A gente fica fora de si, faz besteira. Assim, às vezes, né? Besteira, assim, de roubar, não. É besteira, assim, de ficar tirando onda, tal. Fica querendo só arrumar briga com qualquer tipo de pessoa.”

“(...) Quem diz que maconha, cola faz o pessoal roubar, essas coisas, é mentira. Porque não faz, não.”

As drogas utilizadas na rua apresentam-se como um elemento que garante a sustentação nesse ambiente, mesmo se se consideram os conflitos das relações nele estabelecidas. A cola parece contribuir para a fuga da realidade e reforça o componente desmedido e irracional das relações entre eles. O uso de drogas atenua alguns aspectos difíceis, como a tristeza e a fome, porém acaba por reforçar outros: as brigas e as agressões.

Muitos adolescentes que estão nas ruas se escondem sob o disfarce da droga, já que lhe atribuem a responsabilidade diante de seus atos. *Camila*, entretanto, parece dar indícios de que as respostas para os atos dos meninos nas ruas não está na droga, uma vez que ela se

apresenta apenas como um vetor que desinibe o controle das ações. Nesse sentido, a delinquência estaria atrelada à própria história do sujeito.

A segunda característica dos grupos diz respeito aos códigos que estão em relação com o roubo. É possível observar que mesmo aqueles adolescentes que não cometem pequenos furtos parecem bastante habituados com o fato de alguns de seus companheiros praticarem esse tipo de delito. O limite imposto por eles parece ser o de não comprometer demasiadamente a imagem do grupo perante a comunidade à sua volta.

“Não podia roubar a onde tava. Se fosse pra ter que roubar, tinha que ir pra longe. (...) Ninguém roubava lá perto, não. Roubava longe. Pra não sujar a área.(...) Roubam mais pessoas que têm celular, que vê que ‘tá’ com dinheiro. Que vê que tem cara de que tem dinheiro.”

*“Pra você ver, os **meninos daí já roubaram, sim, mas não tão roubando mais**, eles preferem ficar estacionando, tomar conta de carro pra ter dinheiro, do que roubar, tomar alguma coisa. (...) Porque tem tanta coisa pra fazer. A gente tem mão boa, tem pés bons, por que não pode trabalhar, né?”*

Guardar e lavar carros são, para ela, alternativas possíveis para que os adolescentes nas ruas não precisem roubar. Quando questionada sobre o motivo que leva os adolescentes a roubar, *Camila* parece ter sinalizado o desejo de demarcar sua diferença em relação àqueles que roubam e faz uma crítica a essa ação. Foi identificado ainda que essa atitude se repetiu também na defesa do grupo de adolescentes com quem ela convive. Embora a jovem afirme que seus amigos atualmente não roubam, nos registros do instituto foi possível identificar que a vizinhança tem relatado histórias que sinalizam o contrário.

As falas de *Camila* no sentido de proteger as transgressões do grupo não pareciam proferidas com o intuito de mentir para a pesquisadora. Ao contrário, ela parecia acreditar com veemência em tudo que falava. A postura de *Camila* remete aos argumentos de Enriquez (2001) em relação à coincidência entre o *narcisismo individual* e o *narcisismo do grupo*. Para o autor, nesses casos, não há espaço para conflitos intrapsíquicos ou interpessoais, já que o grupo é portador de certezas, mesmo quando elas não correspondem, necessariamente, aos fatos manifestos.

É possível perceber uma organização do grupo para interditar situações que possam vir a colocá-lo em risco. Os integrantes do grupo costumam agir no sentido de inibir as ações daqueles que não conseguem respeitar os códigos de sobrevivência coletivos. Talvez essa seja uma das razões para *Camila* insistir no fato de que o grupo com o qual convive hoje é melhor do que os outros pelos quais ela passou. Afirma que não há tanta violência e roubo nesse grupo; contudo, essa não é a percepção da equipe que a acompanha, conforme pôde ser

observado em seus registros. A valorização do grupo parece ser uma forma de proteção dos amigos, uma tentativa de convencer que existem qualidades em seus componentes.

Os grupos na rua não abrem espaço facilmente para a entrada de outras pessoas. A aceitação, ou não, de um novo integrante, irá depender de sua capacidade de submeter-se às regras do grupo, bem como de suportar a violência das ações por eles praticadas.

“É muito ruim a pessoa ser novato na rua, porque a pessoa trata mal, xinga, obriga a fazer programa, essas coisa. Porque acha que porque é mais antigo na rua, né? Quer ser melhor. (...) Eu sempre apoio, assim, porque eu sei o que eu passei quando eu era novata. Aí, eu sempre apoio, não deixo ninguém mexer, não. Como os dois novatos. Eu não sei se a senhora chegou a conhecer os dois novatos que chegaram aqui. Porque o pessoal sempre queria mexer com eles porque eles era novato. Fátima, também, quando chegou, cortaram o cabelo dela. Cortaram porque eu tava dormindo. (...) Eles não querem, agora, que chegue novato.”

O controle da entrada de novos integrantes parece estar relacionado com a proteção do grupo. Leva tempo para que aqueles que chegam a um grupo se adaptem às regras por ele impostas. Nesse sentido, parece haver um filtro que seleciona os que podem, ou não podem, permanecer no grupo.

Comumente, aqueles sujeitos que devido à sua desorganização interna não conseguem cumprir os mínimos acordos de convivência, como não roubar no entorno e respeitar aqueles que estão no grupo há mais tempo, tendem a ser expulsos pelo grupo. Rapidamente o grupo se encarrega de se livrar daqueles que destoam do coletivo e expulsa-os de seu convívio, normalmente com o uso de violência física.

4.1.7. Os motivos de ida para a rua

Eu não sei não, dizer, não, por que eu tô aqui, não. (...) Tem umas que tá na rua porque foi ‘estrapada’ dentro de casa, foi violentada, essas coisas assim, ‘mais normal’. (...) Eu tô na rua por safadeza. (...) Nada me incomodava, não. Eu não sei não, por que eu tô na rua, não.

Camila demonstra um desconhecimento sobre suas motivações para estar na rua. Inicialmente, ela parece identificar que sua história não se assemelha muito aos padrões encontrados na rua, onde o “normal” seria sair de casa por motivos de violência doméstica. O fato de *Camila* não conseguir identificar uma razão concreta para ter buscado a rua faz com que ela desloque o problema para si, compreendendo que a vida que leva é a consequência de sua *safadeza*.

“Por safadeza, tia. (...) Num tem pra que eu tá na rua. Eu deixei de tá numa vida boa pra tá na vida da rua. (...) É safadeza, tia, porque eu não tenho precisão de tá na rua, não, tia. (...) Porque eu acho que se eu tivesse em casa, eu também tinha de tudo. Eu tô no mundão porque quero. (...) Ninguém tem precisão de tá na rua, não. A maioria tá porque quer tia. (...) Eu tiro por mim.”

Camila parece ter introjetado o *mau* como sendo uma característica sua, desconsiderando as dificuldades experimentadas por ela em sua relação com o mundo. A pesquisadora mencionou ter discordado do argumento de *Camila* de que ela estaria na rua por *safadeza*. Assim, foi feita a tentativa de provocá-la no sentido de esclarecer melhor os motivos que levavam, não só ela mas também os demais meninos para a rua. Após um período em que insistia no argumento da *safadeza*, *Camila* começa a elencar outras razões possíveis para justificar sua procura pela rua.

“Eu tenho um certo desgosto. Sei lá, num sei explicar, não, tia. (...) Eu acho que de num ter sido... de não ter podido ser criada pelo meu pai.”

“(...) Sei lá, amizade. (...) eu acho que a gente acha que as amizades da rua é melhor. Acho que é isso.”

“(...) Num sei explicar direito, mas é porque eu era muito presa. Eu acho que quando eu vi aquela liberdade, podia fazer o que eu queria. Eu tava, entre aspas, livre.”

Compreende-se que ida de *Camila* para a rua não pode ser justificada a partir de uma noção de causa e efeito. Em que um determinado aspecto, poderia, isoladamente, justificar a adoção desse espaço como campo prioritário de sua vida. Entretanto, propõe-se que as questões destacadas por ela, se analisadas em sua complementaridade, podem ser um auxílio para o entendimento da complexidade dessa questão.

O *desgosto* de não ter podido ser criada pelo pai e de sentir-se presa, aliado à sedução de liberdade obtida a partir das influências dos amigos, parecem ter sido componentes importantes na busca de *Camila* pela rua.

Todavia, parece válido salientar que os motivos de partida, embora ocupem um lugar privilegiado no processo de apropriação do universo da rua, não são necessariamente as únicas razões que justificam a permanência do sujeito nesse contexto, sendo importante a análise cuidadosa das pressões exercidas pela vida na rua.

4.1.8. O confronto entre a realidade da rua e as instituições de atendimento

Há, aproximadamente, um ano, *Camila* está em Olinda. Veio para essa cidade acompanhada por outra adolescente, também moradora de rua, para uma festa de brega que acontece semanalmente em uma favela da cidade. Nesse brega, crianças e adolescentes consomem diversos tipos de drogas e são explorados sexualmente por adultos. Lá, transitam pessoas de diversas comunidades de Olinda e Recife, dentre elas traficantes e aliciadores. Nesse local, *Camila* conheceu alguns adolescentes que eram atendidos no *Instituto Zózimo* e que a convidaram para participar de seu grupo.

“Eu vim com Valéria²³ pra Cafua. Aí, da Cafua eu vim pra cá. Vim parar aqui com uma queda de bigu. Caí aí, aqui pertinho. Só que eu não conhecia nada. Me perdi. (...) Primeiramente, eu conheci Pedro Moreno, depois eu conheci Pedro Branquinho. Aí, eles chegaram perto de mim, disseram que tinha aqui o Zózimo. Eu não vim, não, no Zózimo, não. Eles vieram pra cá, pegaram remédio pra mim, levaram, eu não tava nem andando direito.”

A experiência no *Instituto Zózimo* mostra que a maioria das crianças e adolescentes que chegam à instituição tomam conhecimento dela a partir do contato com outras crianças e adolescentes. *Camila* chegou ao serviço após ter sido acolhida pelo grupo. Se sob um determinado aspecto a aceitação no grupo facilita a relação entre os pares, de outro modo, acaba por fortalecê-los na tentativa de impor as regras e códigos da rua para o convívio na instituição.

Para os profissionais que atuam nesse tipo de serviço, uma tarefa importante é a construção de regras e acordos de convivência que possam delimitar o que é permitido ou não se fazer nesses espaços. Essas regras devem ser rígidas o suficiente para frear o movimento destrutivo dos meninos em relação ao espaço, aos companheiros e à equipe. Entretanto, precisam ser flexíveis a ponto de não barrá-los logo no início, e é possível que eles consigam adequar-se paulatinamente a elas.

É fundamental que os acordos possam ser frequentemente lembrados e revistos, ao se considerar, ao mesmo tempo, a importância de preservar a convivência coletiva e as necessidades específicas de cada caso. Parte-se da noção de que não existem modelos prontos e que a chave para trabalhar com esse tipo de meninos reside na disponibilidade para focar-se nos processos. O grupo de adolescentes, assim como a maioria dos grupos em geral, atuará no sentido de tentar “enlouquecer” o coordenador. Em outras palavras, faz-se necessário que os profissionais consigam manter-se no lugar de autoridade, mesmo com todas as investidas dos adolescentes – inerentes ao processo – para que eles sejam destituídos desse lugar.

Considera-se que a relação com as pessoas que compõem as instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco nas ruas pode se expressar como uma alternativa interessante para a construção de modelos identificatórios diferentes daqueles que se apresentam na rua. Aqui, parece relevante fazer menção ao fato de que esse tópico demanda uma análise mais aprofundada de como se constroem as relações nesses ambientes, no sentido de questionar as perdas e os ganhos advindos desse tipo de serviço.

Por enquanto, detemo-nos na análise das narrativas de *Camila* sobre esses espaços, no sentido de captar o modo como eles são percebidos pela adolescente, bem como o tipo de contradições eles proporcionam em relação ao confronto com o universo da rua.

²³ Todos os nomes dos personagens foram adulterados com a finalidade de preservar a identidade dos adolescentes.

“Eu acho que pra tentar proteger mais a gente, quem vive na rua sempre precisa. (...) Pra afastar mais eles da rua, das drogas. (...) Porque aqui a gente ‘tá’ aprendendo alguma coisa. Pra ser alguém na vida. A gente faz atividades, come, dorme, é encaminhado pra o colégio, pra o médico. (...) Eu fazia atividade aqui, aí eu pensava em fazer no colégio, também. (...) Eu acho um espaço legal, que a gente precisa. Se fosse fechar, ia ser a pior coisa pra gente. (...) Porque gente que vive na rua não tem acesso a essas coisas.”

“Oferecer um futuro melhor, né? (...) A gente estudar, sair da rua, ser alguém na vida, conseguir um emprego. Sair da rua, ter sua família, ter sua casa. Poder lembrar que a gente ERA um ‘cheira-cola’.”

Camila parece compreender os serviços de atendimento como campos de oposição à rua e, por assim dizer, como representantes da possibilidade de construção de alternativas para a vida que levam nas ruas. Contudo, em sendo caracterizado como opositor à rua, o serviço acaba por se apresentar também como uma ameaça ao próprio sujeito, haja vista que seu *Ideal de Eu* encontra-se colado imaginariamente ao *Ideal do Grupo* e, conseqüentemente, ao *Ideal da Rua*.

Assim, se sob um determinado aspecto a instituição se apresenta como alternativa identificatória, de outro modo ela se caracteriza como uma afronta à própria identidade do sujeito, haja vista que ele não consegue claramente distinguir-se da identidade do grupo.

“Eu acho que aqui é um espaço pra quem quer alguma coisa com a vida, quem quer mudar. (...) Agora, enquanto não quiser, eu acho que vocês não deviam acolher. (...) Porque eu acho que a gente só aprende apanhando da vida. Eu já apanhei tanto da vida. Agora que eu tô melhorando.”

Assim como tantas crianças e adolescentes que vivem nas ruas, *Camila* demonstra um extremo rigor em relação à ação dos demais. É possível perceber na construção dos acordos de convivência dos serviços que eles propõem regras tão rígidas para o grupo que são praticamente impossíveis de ser cumpridas por eles mesmos. A fala da adolescente em relação a permitir no espaço apenas aqueles que querem “algo com a vida”, embora seja bastante pertinente, traz consigo uma falácia, pois o “querer algo com a vida” parece não abrir espaço para a emergência dos conflitos e das contradições por eles experimentados.

Quando observado o rigor de *Camila* em cobrar a mudança e a participação dos demais, não se pode deixar de considerar que essa rigidez também diz respeito a ela mesma, haja vista que, por mais que em suas falas ela se instale como caminhando para a mudança, em suas ações se observa a manutenção do vínculo com os grupos na rua.

Ratificam-se os argumentos de Takeuti (2002) no que diz respeito ao fato de esses jovens serem levados a introjetar *significações imaginárias sociais* de que o *mal* se encontra neles, deslocando assim o fracasso da sociedade para si mesmo. Ao afirmar que “só se aprende apanhando da vida”, *Camila* reproduz o discurso social de que para eles só deve

existir punição, desconsiderando a possibilidade de aprender e crescer por outras vias que, para além da interdição, possam oferecer-lhe algo em troca.

4.1.9. A ação da polícia: o confronto com a “lei do cão”

“Uma vez eu fui arrastada por três policial, tia. Pra fazer... pra ter relação com eles.(...) Eu acho que eles não são gente, não, pra fazer isso. É uma coisa que eu não quero passar nunca mais.”

Em uma das entrevistas, *Camila* foi indagada sobre qual havia sido a pior experiência que tinha vivido na rua. Constrangida, ela responde que foi ter sido estuprada por três policiais civis.

Mais uma vez, essa triste realidade não parece dizer respeito exclusivamente à história de *Camila*, mas à, de tantas crianças e adolescentes que se encontram nas ruas. Antes de investir em uma análise mais aprofundada desse tópico, considera-se relevante fazer menção a outras histórias de adolescentes – conhecidas a partir da experiência profissional – que também foram violentados por aqueles que, por razão do ofício, que exercem, deveriam estar destinados a protegê-los.

São comuns os relatos de meninos e meninas que procuram proteção contra a violência sexual da qual foram vitimados nas ruas. Infelizmente, também são comuns as reações de indiferença e desrespeito para com essa situação.

Solicita-se a permissão para deixar um pouco a história de *Camila* em suspenso para relatar a história de outra adolescente de 13 anos, *Natália*,²⁴ que, depois de repetidos estupros na rua, procurou a equipe do *Zózimo* no intuito de denunciar a violência da qual havia sido vítima. A ação dos profissionais se deu no intuito de notificar o Conselho Tutelar e encaminhá-la para a Gerência de Proteção da Criança e do Adolescente (GPCA). Inicialmente, fica evidente a desatenção que foi dedicada à adolescente pelos atendentes. Porém, o que mais chama a atenção nessa história é a postura de uma juíza da Vara de Infância que afirma que *não há o que fazer, pois essas meninas já estão acostumadas com isso (sic)*.

De fato, são recorrentes os casos de crianças e adolescentes que são violentados sexualmente e, ainda assim, retornam ao convívio com os agressores. Entretanto, isso não implica dizer que esses sujeitos não precisam ser protegidos pela lei, oferecendo-lhes o devido acompanhamento para seus casos.

²⁴ Nome também fictício.

É possível perceber que, mesmo com todo o avanço do ponto de vista da legislação, conquistada a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, as práticas em relação às crianças e aos adolescentes em situação de rua ainda são aplicadas no sentido de puni-los, quando não, de violentá-los. Perguntou-se a *Camila* quais são as situações mais difíceis experimentadas pelos grupos na rua e ela respondeu:

“A gente ser violentada pela polícia, quando a gente acordava com a polícia dando na gente. ‘Bora, acorda bocado de puto! Porque aí não é lugar de ninguém dormir, não! Quer dormir, vai pra casa!’.”

“Tem um pessoal, assim, que chega, sabe dar conselho, tal... Mas, a polícia, sempre chega já batendo, já sempre chega batendo. Dizem que se a gente continuar ali eles matam a gente.”

A lei que se aplica na rua é, como afirma Pellegrino (1987), uma *Lei do cão*. E, por assim dizer, só se faz cumprir a partir da violação do outro. A ação dos policiais, e até mesmo da Justiça, verifica-se no sentido de humilhar, violentar e subjugar o sujeito, ao fazer com que ele se submeta à lei apenas pelo temor a ela. Ratificam-se os argumentos desse autor quando ele propõe que o temor à lei, embora seja necessário, é insuficiente para fundar a relação do ser humano com a sociedade. No entanto, observar-se o movimento contrário.

Os adolescentes na rua, por não se sentirem protegidos pela Polícia e pela Justiça, acabam por situá-las no campo oposto, como suas principais inimigas. Ressentidos por serem rotineiramente apontados, independentemente do que façam de concreto, como marginais e criminosos, esses sujeitos acabam por sucumbir às repetidas demandas para que eles fracassem no sentido de construir modos alternativos de vida.

Novamente aqui se faz menção ao texto de Pellegrino (*Op. Cit*), no sentido de propor que, para que os sujeitos possam abrir mão de seus desejos e de suas fantasias mais primitivas, é preciso, sim, que haja interdição. Todavia, é indispensável que, aliada a ela, a sociedade possa também oferecer-lhes algo em troca, proporcionando-lhes condições dignas de existência e modelos identificatórios consistentes.

4.1.10. Reprodução dos preconceitos X Conhecimento das histórias pessoais

“Eu não procuro muito saber da vida dos outros, não. Eu acho que a maioria não sabe um da história do outro. Por isso que até às vezes julgam. Principalmente pessoas que não são de rua. Julgam muito a gente, mas não sabem da história. A gente sofre muito preconceito. (...) ‘Tá’ na rua porque quer, porque é um ‘cabra safado’’. Às vezes, dá na gente. Porque são... porque tem dinheiro, tal. Aí acham que é o maioral.”

Quando a singularidade da experiência de cada sujeito é desconsiderada, instala-se uma tendência a rotulá-lo segundo esquemas previamente construídos. Considera-se que,

embora pessoas oriundas de um determinado contexto social possam apresentar características semelhantes, advindas de sua relação com o meio, sempre haverá espaço para a singularidade se expressar. O desconhecimento da história pessoal faz com que sejam apenas focalizados os fenômenos manifestos pelo sujeito e desconsidera-se que as ações costumam emergir imbuídas de sentidos.

“Porque o pessoal não vê um ‘cheira-cola’ como uma pessoa normal. Sempre tem um preconceito. Hoje mesmo, eu passei, aí, teve um homem que fez: ‘Olha a ‘cheira-cola’ estudando!’ . Eu peguei e voltei, e disse: ‘Meu filho, eu sou cheira-cola, mas eu sou gente. Igual a você. Do jeito que Deus fez você ele me fez, também’. Aí, ele ficou todo calado e ficou falando coisa comigo. ‘Oxe, óa, uma ‘cheira-cola’ dessa e ainda toda cheia de direito’. (...) As pessoas que não tão na rua, ficam com muito preconceito. Mas, não sabem o que é que a gente passa, né?”

“Que procurasse saber mais da vida de rua, antes de julgar, pra num ficar falando alguma coisa sem saber como é que a gente é. Qual é o movimento da gente na rua.”

Os grupos na rua tendem a reproduzir o discurso social de que eles não prestam e não lhes restam alternativas de vida para além da punição e da privação. Esse tipo de discurso acaba por reforçar no sujeito comportamentos destrutivos, como se ele não tivesse alternativas senão sucumbir aos imperativos sociais.

“Amigo de verdade é a mãe da gente, o pai da gente, é em quem a gente pode confiar. Em rua a gente não confia em ninguém, não. (...) Porque na rua a gente não pode contar nada, porque sempre vai ter uma hora que essa pessoa vai tá com raiva da gente e solta.”

Na rua, o sujeito, embora rodeado de companheiros de vida, sente-se só, uma vez que por mais ligados que estejam uns aos outros, eles não conseguem estabelecer relações de confiança entre si.

“‘Preu’ pegar confiança numa pessoa, essa pessoa tem que fazer por onde. (...) É pelas conversas, quando a gente vê que a pessoa tá se aprofundando mais em alguns assuntos que ninguém pode saber, aí eu vejo que a pessoa tá tendo confiança com o outro. (...) Tem que saber guardar segredo.”

“Eu acho que pra conquistar a confiança do pessoal que tá vivendo na rua, tem que ter sempre aquela pessoa que chegue pra conversar, pra dar um conselho. Pra ser colega, na hora boa, na hora ruim.”

A conquista da confiança talvez seja um possível diferencial entre as instituições de atendimento e as relações que se constroem na rua. A possibilidade de restabelecer no sujeito a capacidade de confiar em alguém permitirá que ele se exponha, apresentando-se em sua singularidade. Considera-se que é a partir da descoberta do sujeito que ele poderá diferenciar-se dos demais e assim se descolar do *Ideal do grupo*, construindo um ideal próprio que lhe possibilitará fazer aliança com outros sujeitos e, assim sendo, crescer.

4.1.11. Aspectos mais marcantes da história de *Camila*:

No intuito de realizar comparações posteriores entre a história de vida de *Camila* e a dos demais participantes, algumas sínteses se fazem necessárias. Para tanto, buscou-se articular os temas mais marcantes em sua história com algumas categorias mais amplas, quais sejam: o contexto socioeconômico; as relações com a família; a apropriação da rua como espaço prioritário de vida, e as relações com as instituições de atendimento.

No que se refere ao *contexto socioeconômico*, foi possível perceber que a pobreza não parece ter se apresentado como um fator determinante na busca de *Camila* pela rua, haja vista que a casa dos avós lhe oferecia condições dignas de moradia e de existência, bem como lhe possibilitava cuidado, acesso a alimentação de qualidade e a escola. Contudo, se por um lado não é possível afirmar que as condições socioeconômicas impulsionaram *Camila* para a rua, por outro, parecem inegáveis as influências sociais na manutenção da jovem nesse ambiente. Em sua vivência de rua, *Camila* experimentou formas de violação de direito das mais diversas ordens, dentre as quais se podem destacar o preconceito da classe média, a exploração sexual e o estupro pelos policiais.

A humilhação e a violência a que fora submetida na rua, decorrentes da negligência das demais camadas da sociedade e da ação truculenta do Estado, parece ser um fator que potencializa os conflitos que impulsionaram *Camila* para a rua. Observou-se em sua história que a ação da Justiça se apresenta exclusivamente pela via da punição, em uma aparente tentativa de submeter crianças e adolescentes em situação de rua à lei, apenas pelo temor a ela. A desproteção diante da Polícia e da Justiça parece reforçar o componente delinqüente desses indivíduos, situando a Lei como uma ameaça, como uma inimiga.

No que diz respeito às *Relações com a Família*, foi possível perceber que os avós de *Camila* apresentaram dificuldades para ampará-la nos conflitos experimentados a partir dos sentimentos de amor e ódio em relação a seus pais. Observou-se que o medo de que ela pudesse vir a sofrer a partir do conhecimento da trajetória dos pais fez com que os avós omitissem informações importantes sobre a história da jovem. Assim, a fragilidade no modo como os conflitos foram trabalhados parece ter sido um fator importante na identificação de *Camila* com o pai e tornou-se um componente importante na sua posterior ida para a rua.

Em relação ao *processo de apropriação da rua*, foi possível perceber que, para além dos conflitos experimentados em casa, outras variáveis se fizeram importantes na consolidação da rua como espaço prioritário de vida para *Camila*. Foram consideradas, dentre elas, os conflitos referentes ao período da adolescência, a partir do entendimento dessa fase da

vida como um momento em que os modelos e referências identitárias são mais uma vez colocados à prova, de modo a fazer com que o sujeito questione, de forma muitas vezes violenta e transgressora, o mundo ao seu redor.

De início, a rua parece representar para *Camila* uma forma de confronto com o ambiente familiar, uma aparente tentativa de buscar testar a realidade que a cerca. Contudo, a inserção nos grupos da rua parece ter potencializado os conflitos experimentados por ela individualmente, uma vez que os demais membros dos grupos também apresentam histórias de vida marcadas pelo sofrimento e pela dificuldade na resolução dos conflitos.

Deduziu-se que nos grupos da rua *Camila* experimentou a reedição de seus conflitos individuais, dessa vez fortalecidos pelos fenômenos psicológicos característicos dos processos grupais. Observou-se ainda que, na realidade desses grupos, *Camila* construiu uma forte identificação com os ideais da rua, apresentando, inclusive, um forte desejo de ocupar o lugar de líder do grupo, o que faz remontar à sua identificação com o pai.

A história de vida de *Camila* faz pensar que, no processo de apropriação da rua, as características pessoais advindas das trajetórias dos indivíduos são fortemente influenciadas pelo confronto com a realidade da rua, tanto no que se refere à pressão diante da sociedade quanto ao processo de socialização que advém da inserção nos grupos da rua.

No que se refere às relações estabelecidas com as *instituições de atendimento* a crianças e adolescentes em situação de rua, foi possível perceber o movimento de *Camila* no sentido de tentar reproduzir na instituição as regras e códigos da rua, o que fez refletir sobre a importância de se construírem nesses espaços alternativas de referências identitárias, de modo a possibilitar a essas crianças e adolescentes trilharem caminhos mais saudáveis, que lhes ofereçam possibilidades de vida mais organizada.

4.2. A história de vida de *Tereu*

4.2.1. Sobre a infância e o relacionamento dos pais

Tereu é um adolescente de 17 anos morador da cidade de Olinda. É o terceiro filho de sua mãe e o primogênito de seu pai. Segundo informações da mãe, os pais de *Tereu* começaram a namorar na adolescência, período em que *Antenor* tinha 16 e *Mara*²⁵ 17 anos. A história do casal é marcada por muitos conflitos e separações. Ao longo dos anos, eles se

²⁵ Nome fictício dos pais de *Tereu*.

separaram por diversas vezes, sendo apenas dois, dos sete filhos de *Mara*, os frutos dessa relação, *Tereu* e a filha caçula.

Quando o filho mais velho de *Mara*, *Carlos*, que atualmente tem 24 anos, nasceu, os pais de *Tereu* não estavam mais juntos. Nesse período, ela havia se casado com o pai de *Carlos*, morando com ele por aproximadamente dois anos. Após o término do casamento, *Mara* voltou a conviver com *Antenor*, separando-se dele em seguida. Os motivos das separações de *Mara* e *Antenor* são as recorrentes brigas e agressões físicas de ambas as partes. O segundo filho de *Mara*, que atualmente está preso, nasceu de uma outra relação, período em que ela estava separada de *Antenor*.

Quando *Tereu* nasceu, seus irmãos mais velhos tinham 7 e 3 anos. Após seu nascimento, *Antenor* e *Mara* moraram juntos por mais quatro anos, quando ela saiu de casa, deixando o filho sob os cuidados do pai. *Mara* afirma que quis levar *Tereu* consigo, mas que o marido não o deixou. Conta que ele gostava muito do filho e não permitiu que ele fosse embora com a mãe. Meses depois, ela retornou para o convívio com os dois. Seus filhos mais velhos dividiam-se entre o convívio com ela e com os respectivos pais, tendo chegado a passar um tempo morando na rua.

Os dez primeiros anos de *Tereu* foram marcados por diversas separações dos pais. Sempre que saía de casa, *Mara* deixava *Tereu* com *Antenor*. Nesse contexto, teve mais quatro filhos, dos quais apenas a mais nova é filha dele. *Tereu*, por ser o filho mais velho na casa, costumava ficar responsável pelo cuidado com os irmãos mais novos.

“Eu ficava em casa, cuidava dos meus irmão pequeno. (...) Aprendi a cozinhar com 8 anos de idade. Fazia tudo, tudo, tudo. Tudo mesmo! Só não sei roubar, nem matar, mas, o resto, meu deus do céu! (...) Sei cozinhar, sei lavar roupa, lavar prato. Eu sou um dono de casa.”

“(...) quando eu começo a arrumar uma casa, aí eu... me dá aquela angústia, e eu me lembro dos tempo que eu era menino. (...) Porque eu via que meu pai ia beber com a minha mãe, às vezes, né? Nem toda vez ela ia, mas às vezes ela ia também. Às vezes tinha uma brincadeira, no meio da rua, ela saía, ia olhar, ele saía e eu tinha que ficar em casa.”

Dentre as queixas apresentadas por *Tereu*, ‘não poder sair para brincar’ foi uma das mais recorrentes. Lamentou-se muito por não ter autorização dos pais para brincar com outros meninos, ressentindo-se das coisas que não pôde fazer quando criança.

Tereu demonstrou dificuldades em lembrar-se de sua infância, estando suas memórias mais relacionadas com os conflitos vividos em casa. Conta que costumava apanhar muito de seu pai, que era extremamente rígido quanto a questões sobre educação. Afirma que, sempre que os pais brigavam, terminava por ser agredido por *Antenor* também.

“(...) A relação dos meus pais? Não era muito boa, não. E, só quem se dava mal, nessa era eu, viu?”

“Às vezes meu pai chegava embriagado (...) minha mãe chegou a morar lá com a gente. Ele chegava e batia nela, dizendo que tinha macho lá e eu apanhava de novo, né?! Sem eu ter nada a ver.”

“(...) Tudo que acontecia, eu era culpado. Tudo, tudo. Qualquer coisa que acontecesse. (...) Qualquer coisa, pô! Se meu pai botasse uma coisa no lugar, aí ele chegasse bêbado, tirasse daquele lugar, no outro dia quando ele fosse procurar, que não tivesse lá, ele dizia era que tinha pego, aí eu apanhava. É, eu levava culpa de tudo.”

A violência de *Antenor* parece ter-se acentuado à medida que o filho crescia e começava a questioná-lo. Nas falas de *Tereu* é possível perceber que o pai não suportava ser contrariado. *Mara* conta que ele não admitia que ninguém se intrometesse na educação do filho, nem ela própria. *Antenor* chegou a acorrentar *Tereu* à cama, para que ele não saísse de casa. Algumas vezes, quando saía para trabalhar e não podia levar o filho consigo, deixava-o preso dentro de casa e não permitia que ninguém ali entrasse, nem mesmo para alimentá-lo.

Tereu faz muitas reclamações sobre o modo como os pais se relacionam. Entretanto, sua narrativa leva a crer que existe, em certa medida, uma banalização da violência doméstica.

“Minha mãe, já começou a deixar meu pai ir lá em casa. (...) Aí, meu pai chegou ‘bebo’, lá. Minha mãe também tava ‘beba’, aí começaram a discutir. (...) Ele tá alterando a voz pra minha mãe. Bateu nela, beleza, ela apanhou. Discordo com ele e concordo. Discordo, porque ele não devia ter batido nela. Concordo, porque ela chamou ele de safado; e nenhum homem quer ser chamado de safado. (...) é bem empregado ela apanhar, porque... eu num gosto, não; mas as vezes é pra ela aprender, porque ela namorou com ele 26 anos, 27, aliás, e ainda quer tá... quer tá nessa de tá apanhando.”

A defesa da agressão do pai sinaliza como é difícil para ele construir alternativas para os problemas sem que essas precisem ser expressas pela via da brutalidade. O próprio *Tereu* acaba por repetir a agressividade vivenciada em casa nas suas relações com outras pessoas. Foi possível observar que parte desse relacionamento que construiu ao longo da vida era marcada por atuações²⁶ em que ele tendia a se expressar com comportamento de risco, seja para ele, seja para que o cercam.

No período que antecedeu a saída de *Tereu* para a rua, ele menciona a uma situação que foi interpretada como um pedido indireto para ser ajudado pelo outro.

“(...) chegou um certo dia que, ele me deu uma pisa e eu cheguei pra minha mãe e falei: ‘ó, quando eu completar 10 anos, eu vou fugir’. Aí, ela não acreditava e, eu peguei e fiz o que? Eu fui na cacimba... eu tinha 9 anos... fui na cacimba de dona Maria... (...) cheguei pra ela e disse assim, ‘Dona Maria, eu vou pular dentro dessa cacimba’. Aí, ela pediu pra eu não fazer isso. Aí eu disse, ‘Tá certo!’. Aí, eu não fiz. Aí uma vez, eu saí de casa, ainda tinha 9 anos, saí de casa, disse a minha mãe que ia buscar um brinquedo, que brinquedo foi esse, que... mais nunca eu voltei pra casa.”

²⁶ O termo *atuação* utilizado aqui no sentido psicanalítico, como repetição de experiências antigas a partir de ações, sem se dar conta de que essas se encontram intimamente relacionadas com sua história.

“(...) Bem, eu queria morrer, né? Só assim, eu não dava mais prejuízo a ninguém, também não tinha prejuízo, não apanhava mais, né?”

O simples pedido de ‘D. Maria’, para que a criança não se jogasse pareceu ter mais ressonância em *Tereu* que o descrédito de sua mãe, que também demonstrava não saber o que fazer diante da situação. Nos trechos acima, tomou-se tanto a saída para a rua como a ameaça de se jogar na cacimba como pedidos de ajuda, expressos em atuações. Entretanto, a mãe não conseguiu atentar que a ameaça de fugir quisesse simplesmente dizer que o filho queria deixar de ser espancado.

Na segunda fala, embora ele se tenha referido ao seu desejo de morrer para não prejudicar a mais ninguém, é possível inferir que implicitamente ele gostaria de encontrar alguém que dissesse: *“Não! Você não precisa morrer para que seus problemas sejam resolvidos.”*

Com pouco mais de nove anos de idade, *Tereu* fugiu de casa pela primeira vez, tendo retornado do convívio familiar apenas quatro anos depois.

4.2.2. Sobre a identificação com o pai

Antes de iniciar a trajetória de *Tereu* na rua, parece importante discutir com maior profundidade um aspecto compreendido como de grande relevância para ele, principalmente no que diz respeito às relações construídas ao longo de sua vida, qual seja: a identificação com seu pai, *Antenor*.

Retomando Freud ([1921] - 1976), situa-se a Identificação como uma das primeiras expressões no estabelecimento do laço emocional com as pessoas, e ela pode surgir juntamente com qualquer percepção de uma característica em comum com outro sujeito. Assim, quanto mais importante for essa ligação comum, maiores serão as possibilidades de que ela se repita na construção de novos laços afetivos ao longo da vida.

Tereu parece apresentar uma forte identificação com o seu pai, associando a ele muitas de suas características pessoais, sejam elas “positivas”, sejam “negativas”. Para ele, a busca pela rua está atrelada à violência e aos maus-tratos do pai.

“(...) às vezes não ia pra escola, matava aula... eu sabia que quando eu chegasse em casa eu ia apanhar, então eu já tinha já medo de voltar pra casa, né? Aí, eu ficava com aquela certeza de que eu ia apanhar, eu ficava com aquele medo e eu ficava: ‘será que eu volto, ou não volto pra casa?’ Aí, ficava: ‘eu acho que eu volto.’ (...) Mas, por eu ter apanhado, eu... acho bom e acho ruim, né? Porque uma coisa ele me ensinou... apesar de que me exemplou de baixo de pau. Que é uma coisa que não se deve fazer, né? Mas, ele me exemplou bem, me exemplou do que ver, deixar lá no lugar. Se não é meu deixa lá, né? Mas, por outra parte, eu achei ruim, porque eu não tive acesso a ir pra nenhum jogos, vídeo-game, que eu adoro vídeo-game. Empinar papagaio, hoje em dia eu não sei porque não tive oportunidade de aprender, né? Quando eu jogava bola de gude, eu apanhava. Ele quase que faz eu comer uma bola de gude, uma vez, tudinho... Mas, fora

isso... é, a educação que ele me deu, foi ótima. (...) Ótima, né?! Me ensinou tudo de bom. Me ensinou como chegar num canto, ser bem chegado. Saber chegar e saber sair. (...) fazer amizade, ter educação, saber respeitar os mais velhos. Abaixar a cabeça quando tiver errado. É uma coisa que eu sei fazer. Agora, seu eu tiver certo, eu passo por cima de qualquer um. É, se eu tiver certo, eu não baixo a cabeça, não. E, outra coisa também que ele me ensinou, é nunca acusar, defender. Se não tem prova, defenda, né? E, se não fez, morra na ponta da faca dizendo que não fez. Agora, se fez, seja homem de se assumir.”

Os ensinamentos do pai parecem ter repercutido nele de modo a fazê-lo atentar para a importância de interditar o desejo de roubar. Os registros de *Tereu* no *Instituto Zózimo*²⁷ sinalizam que ele, mesmo com todos os rompantes de fúria e violência, demarcava sua discordância da ação daqueles adolescentes que roubavam materiais da instituição. Na terceira entrevista, *Tereu* fez uma crítica a um colega que roubou objetos de uma instituição de que ambos participam. Nesse contexto, ele faz uma distinção interessante, ora amparada na lei, ora em suas próprias impressões, entre o que compreende ser roubo e vandalismo.

“(...) Eu mesmo, eu tenho vontade de pegar o que de lá? Eu? Eu tenho vontade de pegar nada, nada! ‘Mas nem se tu tiver com raiva?!’ Nem se eu tiver com raiva! Eu quebro! Se eu tiver com raiva, eu quebro! Levar, não! Eu quebro! Estouro no chão! E, não quero nem saber. Depois que tiver estourado, ‘fudeu’, ‘meu véi’²⁸! Num vai consertar. (...) Num levei, mas também num deixei pra ninguém. (...) levar é roubo; quebrar é vandalismo. Tem muita diferença no artigo. (...) o vândalo, pelo menos, onde o cara chegar, o cara é considerado. ‘Ah, não, esse bicho aí, é vândalo mais num rouba, não, o que é dos outro, não’. E o ladrão, não. Todo mundo já fica assustado. ‘Óa, será que esse bicho vai roubar, aí?’ (...) Na hora da raiva. O cara procura alguém pra descontar. Aí, não tem ninguém, o cara desconta no que tiver na frente. (...) porque o cara tem que se acalmar. (...) se acalma batendo em alguém, ou quebrando alguma coisa, sei lá. (...) o artigo é muito diferente. (...) o artigo do vândalo é um... sei lá! Um ataque emocional que o cara tem, que o cara fica muito nervoso. Aí, num consegue se controlar e termina fazendo besteira.”

A lei passada pelo pai de *Tereu* ensina que não se pode roubar, nem desrespeitar o outro. Entretanto, a violência e a agressão física não parecem ser percebidas como formas de violação do outro. *Tereu* acredita ter um gênio ruim e quando questionado sobre a razão disso afirma: “Porque é ruim, pô! (...) Ah, porque eu não sei responder. Porque acho que... sei lá... eu puxei ao meu pai, pô!”. Assim, ao acreditar ter herdado o “gênio ruim” do pai, o adolescente repete algumas ações de violência, o que demonstra sua dificuldade em discriminar até que ponto essa agressividade é sua mesmo ou de seu pai.

Ao analisar superficialmente a postura do pai, poder-se-ia concluir que nessa relação não existe amor, nem tampouco preocupação com o bem-estar do filho. Todavia, o próprio *Tereu* dá indícios de que as atitudes do pai também sinalizavam uma preocupação com seu

²⁷ Nome criado para mencionar a instituição em que os informantes são atendidos.

²⁸ Expressão comumente usada pelos jovens para dar ênfase a uma fala.

futuro, com os estudos, pois temia que ele pudesse envolver-se com marginais e seguir um caminho de criminalidade.

“Bem, rapaz... eu acho que do jeito que a criminalidade vai hoje em dia, né? Jovens usando droga, né? Eu acho que ele... queria que... eu não usasse. E o modo de... ele... sei lá! Assim, tentar me segurar fosse... assim, eu acho que pra ele seria dessa maneira, assim, né? Pra me segurar. Eu não sei, eu acho que ele pensava que, assim, se eu andasse na rua, fosse capaz de usar droga, me juntar com gente que não presta, essas coisa. Eu acho que ele fazia... fazia isso pro meu bem, né? Agora, de um jeito ‘mei’ revoltante pra mim, né? Porque eu queria ter aquela oportunidade de tá ali, num dia de domingo, dia de sábado, brincando com os meninos, poder ir ‘pruma’ praia, que nem todo mundo vai. Hoje em dia, eu num tenho mais gosto nenhum de ir pra praia porque eu tenho o que, tenho 17 anos, na hora que eu quiser ir eu tô livre, posso ir, posso voltar, então, eu não tenho mais aquela vontade, aquele gosto, aquela animação de... porque o melhor gosto de que se tem de ir pra praia é quando se tem 9 anos, 10, aí junta uma turminha, vai todo mundo, e, eu não tenho mais esse gosto de ir. Eu vou por ir, mesmo, porque... sei lá, da vontade, mas gosto de ir, mesmo, animado, tenho mais, não.”

Entende-se que o pai de *Tereu*, na tentativa de privá-lo do contato com possíveis más influências, sinaliza sua preocupação com o filho. Entretanto, esse cuidado parece vir à tona mesclado com o desejo de não ter sua autoridade questionada. Desse modo, o rigor e a agressão contra o filho, antes de demonstrarem desamor, parecem sinalizar um desejo de que *Tereu* pudesse vir a ser igual a ele. Partindo da hipótese de Bowlby (1997) de que a solidez das relações interpessoais se constrói mediante a resolução continuada dos conflitos de amor e ódio em relação às figuras de referência, acredita-se que o pai de *Tereu* não tenha sido bem sucedido em sua própria capacidade de regulação desses conflitos.

Sem dúvida, o controle do pai não surtiu efeito em relação a reter o filho em sua casa, mas, em contrapartida, o impulsionou para a rua. *Tereu* parece ressentir-se da infância de que não pôde usufruir por causa do pai. Suas queixas se direcionam ao que poderia ter feito quando criança, mas não fez porque o pai não o permitiu. A postura do pai de *Tereu* – aparentemente incompreensível aos olhos de quem, com razão, condena a violência contra crianças – leva a crer que, muito mais do que ausência de amor, existia aí não só a dificuldade de controlar as próprias emoções, mas também um desconhecimento da importância da brincadeira e da convivência com outras crianças para o desenvolvimento psicossocial do filho.

“Era um tempo bom e, ao mesmo tempo, ruim. Bom que ele me dava toda educação que eu precisava, mas ele não me dava a liberdade de conhecer as brincadeiras que existem no mundo, rodar pião, empinar papagaio, essas coisa. Jogar bola de gude, eu não tinha esse acesso. E, como minha mãe não tava perto de mim, eu morava o que, com ele só, né? Aí ele saía, e eu tinha que ficar em casa preso, ou senão, às vezes, ele me levava pra onde ia. Quando ele não podia me levar, eu tinha que ficar em casa. Esperando a hora dele chegar, ficava lá no terraço de casa.”

Considerar a maneira como as relações são construídas na família parece ser um aspecto importante para quem estuda crianças e adolescentes, uma vez que permite compreender o modo como o sujeito significa os acontecimentos marcantes de sua vida. No caso de *Tereu*, a falta de atenção para seu incômodo diante da violência paterna, aliada aos sentidos construídos por ele sobre as ações positivas do pai, acabaria pondo em risco as possibilidades de reconstrução do sujeito diante de uma situação traumática.

Quando chegou ao *Instituto Zózimo*, *Tereu* não conseguia identificar coisas boas em seu pai e o apresentava apenas como o responsável por sua fuga de casa. Todavia, era possível identificar que ele tendia a provocar situações de confronto como *Antenor*, pois costumava ficar perambulando pelos arredores de sua casa. Atualmente, *Tereu* e o pai convivem quando esse vai dormir na casa de sua mãe. A convivência permanece marcada por conflitos; entretanto, esses não implicam a impossibilidade de coabitação um do outro.

“(...) A gente tá falando, na moral. Mas, também, se ele quiser tirar onda, eu tiro onda também, que eu num sô cotó, eu num sou mudo, que diga. Ele fica soltando gracinha pro cara e eu fico soltando gracinha pra ele, ‘oxen’.(...) quando tá bebendo, ele chega lá em casa, cheio de frescura. E quer falar merda, e eu num tô mais, pra... tá ligado, né? Pra escutar abobrinha e eu tiro logo onda. De vez em quando eu digo, ‘Coroa, seguinte é esse, a casa aqui agora é da coroa, o senhor manda na sua ela manda no dela. É! O tempo de prisioneiro, agora acabou, tá ligado?’ (...) Mas, raiva dele eu num tenho, não, pô! (...) ele sabe que eu num tenho raiva dele, agora é porque ele é muito ignorante. Me ‘exemplou’ de um jeito que... pô... eu num queria esse jeito, não! Eu queria ser um menino liberal, assim, que ele me desse essa autoridade de poder empinar papagaio, rodar um pão, essas coisa, pô! Até hoje, ele se admira porque eu sou um cara que sei mexer em computador, ele se admira por causa disso.”

Mesmo ao continuar referenciado ao pai, *Tereu* demonstra ter um projeto de vida diferenciado do dele. A *admiração* de *Antenor* diante das conquistas do filho sinaliza uma satisfação com seus avanços; contudo, esse prazer parece ameaçá-lo, na medida em que as mudanças de *Tereu* parecem ter sido influenciadas por modelos identificatórios diferentes dos construídos com ele.

“(...) já tô treinando porque eu quero amostrar a meu pai que eu sou muito diferente que ele. Porque ele diz ‘X’, mas é debaixo de pau, eu concordo com ‘X’, só num concordo com a pancadaria, certo? Com a pancadaria eu discordo. Mas, o ‘X’ é ‘X’, concordo.”

A busca pela rua por parte de *Tereu* parece estar marcada pela fuga da violência doméstica, mas igualmente pela busca de novos modelos identificatórios, uma vez que aquele vivenciado em casa, embora estivesse perpassado por uma ética que ensinava a não julgar, não roubar e a respeitar o outro, o submetia a uma lei extremamente violenta. Mesmo com todas as dificuldades vivenciadas em sua história, *Tereu* parece tentar construir alternativas para os modos de relacionamento experimentados em sua casa.

O confronto com uma realidade diferente da sua parece ter fortalecido *Tereu*, inclusive para suportar os conflitos vivenciados na volta para casa. Todavia, a discussão será feita de forma mais aprofundada ou cuidadosa quando houver mais elementos de sua trajetória de vida.

4.2.3. A trajetória na rua

Quando *Tereu* saiu de casa, passou a dormir em uma praça no sítio histórico da cidade de Olinda. Nesse local, conviveu com um grupo de moradores de rua, cujos integrantes eram adultos, crianças e adolescentes. Segundo ele, costumava encontrar-se com o grupo mais freqüentemente no período da noite, passando o dia a perambular pela rua. Nos primeiros quinze dias em que estava na rua, *Tereu* conheceu um turista alemão que estava passando as férias no Brasil.

“Eu conheci um gringo que ele me convidou pra ir pra Alemanha com ele. Aí, eu falei que não podia. Porque meu pai ou minha mãe não iam deixar. Aí, ele falou que pedia a ela autorização pra ela assinar lá no juiz e ele me levar. Aí fiquei uns tempo na casa dele. (...) Eu fiquei na faixa de uns dois meses. (...) Fiquei com ele um bom tempo, mas só que ele teve que voltar pra Alemanha.”

“(...) quando eu fui, quando eu tava na praia, aí meu pai apareceu lá. Aí, falou assim, ‘volta pra casa!’. Aí, eu disse, ‘tá certo, eu vou’. Eu disse a ele que eu ia, né? Só que eu não fui porque eu fiquei com medo de apanhar. Aí, por eu ficar com medo de apanhar, eu fiquei na casa desse Alemão. (...) Depois eu tomei coragem pra ir procurar minha mãe, lá. (...) Levei o Alemão lá. Aí, o Alemão fez uma feira pra ela, comprou o gás dela que tava faltando e pediu autorização. Aí, ela falou que, por ela, ela assinava, só que não sabia dele. Aí, eu fui perguntar a ele e ele disse que não dava autorização. Aí, eu disse, ‘tá uma massa!’, já que ele não dá autorização, ela quer dar, não pode só um, né? Vou fazer o que? Eu vou-me embora. Aí, voltei pra cá, pra casa do Alemão.”

A convivência com esse alemão parece ter sido proveitosa para *Tereu*, que narra com muito prazer as situações que viveram juntos. Chama a atenção o movimento do pai que não permite a ida do filho para outro país. A ação de *Antenor* é ambígua, pois não deixa claro se não autorizar a partida do filho significaria um desejo de prejudicá-lo, ou de apenas não deixá-lo ir embora. *Antenor* parece fazer um investimento ao trazer o filho de volta, na medida em que vai à rua em busca dele e pede para que ele retorne para casa. Entretanto, uma vez que não levou o filho consigo quando o encontrou na rua, sinaliza um ressentimento por ele ter saído de casa.

A postura da mãe também chama a atenção para o que parece ser um traço marcante no modo como ela se posiciona diante do filho. Também não fica claro se o movimento de autorizá-lo a ir morar com outra pessoa demonstraria um cuidado ou um desejo de ver-se livre do filho. As ações de *Mara* em relação a *Antenor* costumam ser de responsabilizá-lo por tudo

que acontece com Tereu ou com ela, porém, em algumas situações, é possível observar que ela se mostra ser conivente com o que se passa, ao deixar para ele o poder de decisão.

Por vezes, embora fosse percebida muita mágoa, foi identificada a dificuldade em *Tereu* em externalizar as críticas que possui em relação aos pais. Quando questionado sobre o modo como percebe a mãe, afirma:

“Nada a declarar. (...) Porque afinal de tudo, ela é minha mãe, não é? Querendo ou não, ela é minha mãe. Então, eu não quero. (...) eu num quero, num me sinto bem. (...) como eu vejo ela? É normal que nem a mãe de todo mundo. Só que ela, meu deus do céu, oxe! Quer tá botando o cara pra trás, por que procurou ter o cara?! ‘Mas menino!’ É ela num ir pra cama com meu pai e num me ter. Eu pedi pra vim, foi?”

Tereu parece questionar o investimento que os pais fizeram nele e, a partir disso, prefere construir relações com outras pessoas. Entretanto, é possível perceber que, os conflitos experimentados em casa são reavivados nas relações que se seguem, já que há uma aparente preferência por relacionamentos passageiros.

(...) Fui pro centro da cidade. (...) Aí, depois, eu fui conhecendo o mercado São José, ficava dormindo por lá, pelo mercado São José. Aí, depois de um tempo, me deu na telha de andar. Aí, eu fui e andei. Fiquei andando lá pela cidade, mesmo. (...) eu andava a cidade toda.

Após a partida do *alemão*, *Tereu* retorna para o grupo na rua, passa aproximadamente, duas semanas lá, e parte, em seguida, para o centro do Recife. Do período em que lá esteve, diz ter ficado a perambular pela rua. Diz, outrossim, que conheceu alguns meninos com quem fez uso de cola pela primeira vez. Contudo, seus relatos dão a impressão de que passava a maior parte do tempo sozinho. Em suas andanças, *Tereu* entrou na mala de um caminhão que acabou por levá-lo para Porto de Galinhas.

“Tava no meio da rua parada. Aí, me deu na telha deu entrar, dentro. Só, que quando eu entrei dentro, eu não sabia nem de quem era, né? E, também, tava me arriscando, mas eu não tava nem aí, mesmo. Se fosse de um matador, se fosse de um policial, fosse de um bandido, eu num tava bem aí. Eu sei que por eu ficar deitado, me deu um frio, eu tava com aquela lona bem quentinha, nera? Aí, eu fiquei lá e acabei dormindo. (...) Aí, o que é que aconteceu, ele pegou uma pista, a carreta tava correndo a uns 120. Porque tava veloz, tava batendo um frio ‘arretado’. E eu me lembro que eu vi uma placa: ‘Bem vindo a Porto de Galinhas’. (...) E aí, foi quando ele tava botando gasolina no carro que eu me levantei, desesperado, assustado. Aí, ele perguntou o que eu tava fazendo lá. E eu disse, ‘não, eu tava dormindo’. Aí, ele fez, aí, ele fez, ‘onde foi que tu entrasse no meu carro, que eu não vi?’ Aí, eu fiz, ‘Não, o carro tava parado e eu entrei’. (...) Aí, ele inda perguntou se eu tava com fome, eu disse que tava. Me deu dois reais, ali no posto mesmo, eu comprei uma Coca-Cola.”

Tereu narra com riqueza de detalhes sua ida para Porto de Galinhas. É possível perceber uma grande sedução de sua parte ao contar essa “aventura”. O encanto pela situação parece ter feito com que ele negligenciasse alguns dos riscos que ela oferecia, principalmente o de ter sido agredido pelo dono do carro.

Nos cinco meses em que ficou em Porto de Galinhas, *Tereu* conviveu com diversas pessoas, dentre elas um adolescente que vendia quadros para turistas. O contato com esse adolescente permitiu que ele trabalhasse, informalmente, para um grupo de pessoas que alugavam bugres, convidando turistas para passear pelas praias. Nesse tempo, costumava dormir nos arredores das pousadas, onde também fazia as refeições.

“Tinha uma barraca lá, chamada ‘Barraca do Marapa’. Ele era matuto, a gente se entendeu e aí, quando eu precisava de algum rango chegava lá, tirava um fiado. Às vezes, quando eu não tinha condições de pagar, ele deixava pra lá.”

Dentre as experiências que teve nessa época, destaca como a melhor ter conhecido uma turista italiana e seu filho. Na ocasião, ambos tinham a mesma idade. *Tereu* conviveu com eles por algumas semanas, e chegou a dormir com eles na pousada onde estavam hospedados.

Aproximadamente um mês após eles terem ido embora, retornou para Olinda. No percurso de volta, passou ainda algumas semanas na cidade de Nossa Senhora do Ó. Conta que ali parou atraído por um parque de diversões.

“Aí, tinha um parque bem legal que a turma tinha montado lá. Aí, eu fiquei no parque lá morando lá. A turma pagava ingresso pra mim. Eu fazia, ‘OPA! Minha fichinha, papai! O melhor brinquedo que eu gostava lá era a balsa. Que era bem alto. Eu ficava bem na pontinha. E, cadê, deixa eu me lembrar aqui.”

Quando estava nesse parque, *Tereu* foi abordado por uma viatura policial que o encaminhou para o Conselho Tutelar do Recife. A ação dos conselheiros foi de levá-lo para casa, prometendo-lhe que não seria mais espancado pelo pai. Após tê-lo deixado em casa, os conselheiros foram embora, sem, contudo acompanhar sua adaptação a casa. Como já era de se esperar, *Tereu* passou ali apenas alguns dias, tendo voltado para a rua em seguida. Nesse contexto, voltou a conviver com os moradores da praça. Pouco tempo depois, seguiu para a cidade de Vitória, na companhia de outro adolescente também morador de rua.

Foi possível perceber que *Tereu* tinha lembranças muito positivas do período em que esteve nessa cidade. Conta que lá passou alguns meses, tendo sido ajudado por muitas pessoas, dentre as quais se refere à dona de um bar, ao dono de ferro velho e à dona de uma loja. Afirma que todos eles investiram para que ele pudesse deixar a vida na rua. Lamenta por não ter podido aproveitar as oportunidades que lhes foram oferecidas. Retornou de Vitória na companhia o adolescente com quem tinha viajado.

“‘Sertanejo’ me chamou, né? E, apesar de tudo, eu tinha ido com ele. Num sabia como voltar ainda. Não tinha nem noção. Aí, eu peguei e resolvi voltar com ele. Mas, resolvi voltar, pra ter um pouco do conhecimento os ônibus e um pouco da experiência, né?”

Embora *Tereu* dissesse gostar muito de Vitória, preferiu acompanhar o colega. Os dois foram abordados por policiais por estarem cheirando cola, e foram, novamente, levados ao Conselho Tutelar do Recife.

“A gente ficou lá no Conselho Tutelar do Recife. Aí, o conselheiro tutelar disse, ‘Você de novo?!’. Aí, eu disse, ‘Sou eu mesmo, fugi de casa de novo’. Aí, o policial perguntou mesmo assim pro conselheiro, ‘Você já conhece ele?’. Aí, o conselheiro fez, ‘Ah, esse daí já é da casa, já. Já passou por aqui, já.’”

Tereu mostrou-se muito orgulhoso por ter sido reconhecido pelo conselheiro. É interessante que a satisfação por ser percebido como *sendo de casa* parece fazer oposição aos incômodos de *ser da rua*. A expressão *de casa* traz consigo uma idéia de familiaridade, de pertencimento. Em contrapartida, a expressão *da rua* sinaliza a idéia oposta, estar fora, parecendo fazer menção àquilo que não é de ninguém.

*“Aí, a gente ficou lá, depois eu tive que voltar pra casa de novo. (...) Minha mãe ficou alegre porque eu tinha voltado. Mas só que eu não fiquei lá, não. **Eu voltei pra rua de novo** (ênfase). Quando eu cheguei lá, ‘ranguiei’²⁹, dei um oi pra todo mundo, falei com minha mãe e já voltei pra rua, que eu já tinha me habituado a rua, mesmo.”*

Após ter saído de casa, *Tereu* retornou ao grupo da praça, período em que chegou pela primeira vez ao *Instituto Zózimo*. Antes de dar continuidade à trajetória de *Tereu* até o momento de seu retorno para casa, é importante fazer algumas reflexões suscitadas pelos relatos dele no que se refere às relações estabelecidas na rua.

4.2.4. Sobre a vida na rua

“A rua é uma coisa bem grande, sem fim. Assim, é a rua. Quanto mais você anda, mas nunca tem fim. Você pode chegar num beco sem saída, voltar, mas sempre é uma rua, né? Porque nunca tem fim.”

Essa fala de *Tereu* remete, imediatamente, a uma citação de Ferreira (2001) que propõe a rua como sendo um “vazio sem borda” (*Op. cit.*, p. 35), um lugar, essencialmente, de perdas, no qual o sujeito vivencia um vazio de história. Se, por um lado, os caminhos a seguir na rua não têm fim, também são múltiplas as possibilidades de violação de direito, de assujeitamento.

Sempre que interrogado sobre os perigos e violências na rua, *Tereu* preferia não se aprofundar do detalhamento de suas vivências, o que demonstrava ser esse um assunto muito difícil de ser abordado por ele. O adolescente apenas afirmava que nada parecia importar, diante do que de mais importante já havia perdido, o convívio com aqueles que amava.

²⁹ Comeu.

“(...) Oxe, de noite, de noite, ‘meu véi’! De noite... De noite tem muita coisa de ruim, meu véi. O que eu não sei explicar, eu sei que de noite...”

“(...) É perigosa, mas... eu já tinha saído de casa, tinha mais com que me preocupar de que? Com nada, aí, eu não tava nem mais aperreado. O que desse pra mim, eu tava rindo, e o que não desse, eu tava chorando.(...) Ali, naquele momento, nada tava bem vindo pra mim, a não ser tá em casa. Eu só queria tá em casa. Eu só pensava ali, de tá em casa e mais nada.”

“(...) nesse tempo, eu nem prestava muita atenção nas data, essas coisa. Tipo, eu não me preocupava com nada, num tinha casa, num tinha filho, num tinha mulher, eu ia me preocupar com o que? Tava na rua, mesmo. O que desse pra rir, dava pra chorar.”

É interessante que *Tereu* fala com muita precisão das datas em que esteve em casa, porém, não consegue situar no tempo suas vivências na rua. A dificuldade em definir dias, semanas, meses e até mesmo anos é uma característica que chama a atenção, não só nele mas em diversos meninos que chegam às instituições de atendimento. No momento da triagem na instituição, as crianças e adolescentes são questionados sobre o dia em que estão. Um dado curioso é que a grande maioria sequer consegue acertar o ano corrente.

Uma possível justificativa para esse aspecto pode estar relacionada com o fato de não haver necessidade de contar os dias, assim como no caso das crianças que estão em casa e nas escolas. Um tempo sem história relaciona-se com a impotência de não poder mudar, o que faz acomodar o sujeito nessa posição. A passagem dos dias, quando se está na rua, não parece trazer consigo possibilidades de mudança, uma vez que se apresenta como uma reedição, quase que “*sem fim*”, dos conflitos experimentados em suas histórias.

“No começo, sempre nasce as flores, né? Depois, meu deus do céu, vem os espinhos. Só isso a declarar, num me lembro mais de nada. (...) É sério, eu num me lembro, não. Sem brincadeira, pô. Senão eu falava, mesmo. (...) Mas, eu num tô me lembrando, não. Eu não consigo, não. (...) Não, porque... se a pessoa for encher a cabeça só de coisas boas, ele só vai passar coisas boas. E se for encher de ruins, só ruins. Então, eu não guardo nenhuma das lembranças, nem coisas boas, nem ruins. (...) Porque, ‘pá’ me lembrar das boas, eu tenho que saber as ruins que eu passei, ‘preu’ me lembrar das ruins, eu tenho que saber as boas que eu tô vivendo, né? Então, eu num gosto de guardar nenhuma.”

As lembranças dos momentos ruins mostram ser elas tão sofridas que é melhor esquecer, junto com elas, também as coisas boas que foram vividas. As memórias da vivência de rua são fragmentadas, assim como são fragmentadas também as histórias desses meninos. É preferível não pensar sobre o que se vive, uma vez que as atrocidades a que essas crianças e adolescentes são submetidos são da ordem do “indizível”. Atordoados com a dificuldade de significar a vida, eles seguem agindo sem medir as conseqüências dos seus atos, nem para si, nem para aqueles que estão à sua volta.

“Quem tá na rua é pra matar ou pra morrer mesmo. Né não, é? Vai perder, ou vai ganhar o que? (...) Rapai, se eu for preso, pra mim não faz nenhuma diferença. (...) Eu vou me preocupar com o que? Num tenho mulher! Num tenho filho! Num tenho casa.

Num tenho emprego. Pronto! Só o que eu tenho é a vida. Tô preservando como eu posso, mas eu sei que vou morrer, mesmo.”

“(...) um dia o cara vai ter que morrer, mesmo. O cara tem que aproveitar a vida. Fazer o que realmente ele tem vontade de fazer, enquanto ele tá vivo. Pra quando morrer, dizer, poxa morri sem fazer o que eu queria fazer. (...) eu, quando quero fazer um negócio, eu faço. Porque vontade dá e passa. E, se passar, não presta mais, porque ela não volta.”

A ausência de perspectivas de um futuro melhor, atrelada à noção de que não há muito o que perder, é um aspecto que compromete o investimento feito na vida. Os meninos na rua tendem a viver “aprisionados” ao presente, uma vez que o temor de não alcançar um futuro é grande. O fantasma da morte iminente assombra suas vidas, o que acentua os conflitos vividos por eles nas relações com aqueles que amam, e inibe sua capacidade de conter os próprios impulsos.

Takeuti (2002) salienta que a expressão arrogante e assustadora desses sujeitos se apresenta como mecanismos de defesa face a um sentimento de si bastante negativo. A violência e o ódio passam a ser banalizados, e passam a ser considerados princípios norteadores de suas relações com as pessoas e com a sociedade. Para a autora, há nos adolescentes que assumem a identidade delinqüente o sentimento de constituir-se como um sujeito da ação frente a um ambiente de agressividade, riscos e conflitos.

Tereu foi questionado sobre o fato de que, mesmo ao afirmar, diversas vezes, que seria capaz de matar alguém, ele nunca havia feito nada semelhante a isso. Inicialmente, mantendo-se numa postura indiferente, ele inicia a resposta com a afirmação de que não matou por falta de oportunidade; em seguida, reflete sobre a importância da vida humana e sobre as coisas que são ditas em momentos de raiva.

*“(...) Olhe, num matei, porque, primeiro, num tive tempo. Falando sério. Segundo, porque num é assim, chegar e matar todo mundo, né? Como se fosse um barata que a gente pega e pisa de pé e mata logo. Tá pensando que é fácil? **A gente fala isso na hora da raiva, ‘Não, vou lhe matar! Num sei o que’.** Mas, raiva é uma coisa que dá e passa. E a pessoa faz, não, porra, eu apanhei, mas, tá limpeza, deixa pra lá.”*

É possível perceber que *Tereu*, assim como tantos meninos que estão na rua, costuma agir impulsivamente, mesmo quando isso pode implicar a agressão de um companheiro de grupo. A experiência profissional com esses adolescentes sinaliza que as relações nos grupos são marcadas por brigas e xingamentos. Algumas vezes, os meninos se machucam uns aos outros com pedras e objetos perfurantes e ameaçam tirar a vida do colega. Embora as brigas sejam graves, o que pode, inclusive, acarretar na morte de integrantes do grupo, na maioria das vezes os desdobramentos são que os indivíduos passam alguns dias sem se falar, voltando às boas logo em seguida.

A auto-estima e o cuidado com o corpo parecem ser deixados em segundo plano em nome da manutenção da convivência no grupo. *Tereu* desculpa as agressões por ele sofridas e parece saber que em outra ocasião poderia ele mesmo estar no lugar do agressor. A facilidade com que ele *deixa pra lá* a violência da qual foi vítima parece ter relação com o fato de ela retornar, seja dirigida a si mesmo, seja a outra pessoa.

As situações de conflito apresentam-se como uma reedição dos tantos outros conflitos mal resolvidos ao longo de suas vidas. Assim, as brigas, tão recorrentes nas falas de *Tereu* sobre a rua, demonstram não estar apenas relacionadas com os problemas que se apresentam à sua frente, mas com aqueles que não puderam ser devidamente elaborados no passado.

“(...) Foi porque eu num queria ficar apanhando. Qualquer coisa que eu errasse eu ia apanhar, eu disse, ‘Oxente, pronto! É melhor eu ficar na rua. Porque quem bater em mim, eu me defendo do jeito que eu quero’. (...) É meu pai e minha mãe, né? Fazer o que? (...) Aí, na rua, não. Na rua, o primeiro que desse em mim, eu pudesse jogar uma pedra, ou revidar. Eu, poderia também devolver, né? Praquela pessoa ver como é que machuca bater no outro. Né bom bater? Porque quem bate esquece, mas quem apanha se lembra. (...) Na rua é lei do cão. O mais brabo vive, né? Mas, sempre aparece um mas brabo do que o brabo. Então, tem que cada um ser por si, mesmo.”

Na rua, as leis se adaptam aos interesses e às necessidades dos grupos. Existe uma tendência a resolver os problemas da forma que lhes parece mais conveniente no momento, não havendo espaço para a interdição da violência. A fala de *Tereu* remete aos argumentos de Pelegrino (1987) em relação à importância de que, para que uma lei se faça cumprir, exista a necessidade de que o sujeito, além de experimentar a interdição, possa também receber algo em contrapartida. A consistência das relações humanas se funda no respeito e no cuidado com o outro. A lei da rua – uma *lei do cão* – impõe-se apenas pela submissão ao mais forte, que se sustenta, perversamente, até que outro mais poderoso surja e lhe tome o lugar.

4.2.5. Algumas questões a respeito dos grupos na rua

“Eu num vivo a vida de todo mundo, eu vivo só a minha. (...) Não, eu num sei nada, porque, assim, a pessoa só conta a vida da pessoa se sentir vontade, se sentir seguro. É, eu acho assim, que é uma coisa muito pessoal e num é bom perguntar. Por isso que eu num pergunto nada a ninguém. (...) num sabia de nada, porque eu tava na rua era pra rir e pra chorar, também, né? Ele podia ser o maior matador da face da terra, eu num tava nem aí, num tinha o que perder, mesmo. Já tinha saído de casa.”

A fala de *Tereu* sinaliza um aspecto importante sobre os grupos na rua, o desconhecimento das histórias individuais por parte de seus componentes. A experiência profissional demonstra que, assim como *Tereu*, muitas das crianças e adolescentes que estão na rua não sabem muitas informações sobre a vida de seus companheiros de grupo.

Winnicott (2002) compreende que atitudes anti-sociais são muitas vezes, expressões dos conflitos experimentados pelas crianças em suas primeiras relações. A má elaboração desses conflitos poderá acarretar a reprodução deles nas relações com o mundo, já que o confronto com os sentimentos de agressividade e destruição é uma possibilidade de reorganização subjetiva perante as privações por elas vivenciadas.

Nesse sentido, percebe-se que o desconhecimento das histórias pessoais pode levar os sujeitos a se deterem apenas nos fenômenos expressos por eles no momento. Negligenciar que, por trás de uma ação transgressora, reside uma pessoa que sofre psiquicamente devido a uma história repleta de violência e violação de direito, pode acarretar que o olhar lançado diga respeito não ao sujeito mas ao sintoma que ele apresenta.

Quando *Tereu* afirma não saber nada das histórias alheias, ele apresenta como justificativa o fato de os fenômenos que surgem apresentam na rua serem insignificantes diante das perdas já sofridas, diante da separação daqueles a quem amava. A sensação de não ter mais o que perder compromete a capacidade crítica do sujeito, dificulta-lhe a percepção do mundo ao seu redor e, por conseguinte, a sua autonomia perante a ele, o que faz com que a rua se apresente como um caminho aparentemente sem volta.

“Eu fui porque eu apanhava do meu pai, e aí, eu terminei fugindo de casa. E fui e pronto e acabou-se. E, os outros que tá na rua, eu sei lá! Às vezes porque é safadeza, mesmo. (...) Porque, às vezes, o cara gosta de ir pra um brega, a mãe num quer, às vezes é pro próprio bem. Só que o adolescente, assim, entende como se fosse um castigo, assim. ‘Ah, minha mãe num deixa eu ir pro brega, então eu vou fazer o que dentro de casa?’ O menino na rua mais possibilidade de ir pra brega, de ir pra baile, de ficar com quem quiser, sair a hora que quer, dormir a hora que quer. Então eu vou pra rua, e pronto e acabou-se, eu vou mesmo. Aí, eu acho assim, aí, isso é safadeza.”

A fala de *Tereu* em relação aos demais companheiros de rua mostra que, além de um desconhecimento da história dos sujeitos, existe, ainda, um entendimento de que muitos meninos que estão na rua fizeram essa *escolha* por safadeza. O que *Tereu* apresenta como sendo safadeza parecem ser conflitos que dizem respeito não só aos adolescentes que vivem nas ruas mas à juventude como um todo, marcados pelo desejo de conviver com os amigos e de fazer tudo aquilo que se quer.

Em sua narrativa, *Tereu* trata de um aspecto importante da vida na rua, que é a fantasia de tudo poder. Os adolescentes têm dificuldade de aceitar limites, por ser a adolescência um período de confrontar as regras, de colocar a lei em xeque. Nesse contexto, a busca pelos pares surge para fortalecer os interesses pessoais.

O discurso dos adultos sobre os adolescentes parece ser reproduzido por eles mesmos. Ao afirmar que o desejo de ir a festas, de participar de grupos de jovens, de viver novas

experiências é coisa de gente *safada*, *Tereu* desconsidera que tais vivências são fundamentais para a construção do sujeito adulto. O ambiente em que ele vive parece reforçar esse tipo de noção, uma vez que a aliança com os grupos, tão importantes na adolescência, também pode servir para consolidar as dificuldades por eles experimentadas, o que reforça a natureza impulsiva e desmedida de suas ações.

“Mas, só que aí, eu já tinha sentido o prazer da rua, já num conseguia mais ficar dentro de casa, eu peguei e sai de novo da casa da minha mãe.”

“tem gente que tá na rua, cheirando cola, mas que num rouba, né? Agora, por conhecer outras pessoas, que também seja usuário de droga, aí começa a praticar pequenos furtos. E aí, quando se acostuma, acabou-se. Num quer parar mais.”

Mesmo diante de todas as adversidades, os sujeitos não conseguem cumprir algumas exigências sociais, como no caso de *Tereu* não roubar, o que mostra uma tentativa de manter viva a possibilidade de serem reconhecidos e valorizados socialmente, de se reorganizarem. No entanto, conforme argumenta Freud ([1976] – 1921), no grupo, o senso crítico perde força enquanto o sentimento de onipotência é reforçado. Assim, a lei da sociedade é substituída pela lei do grupo que é regida pela satisfação imediata do que se deseja.

A fantasia de tudo poder acaba por envolver o sujeito no ideal da delinqüência; esse, por sua vez, apresenta-se como uma referência simbólica da identificação do sujeito com o grupo. Assim, as leis construídas pela sociedade parecem não fazer sentido, uma vez que, além de não protegê-los contras as violências das quais são vítimas – exclusão, espancamentos, estupro, etc. –, chegam a eles apenas para punição, reforçando, por assim dizer, seu lugar de marginal.

“Eu uma vez, quando eu tava dormindo lá em Rio Doce, chegou um mói de cara e começou a dá-lhe em mim e eu tava dormindo no chão. E, aí, eu tava com vontade de me levantar, mas eu sabia a desvantagem que eu ia ter, né? Porque eu num ia poder com todos, eu ia terminar apanhando e, se fosse o caso de chegar alguma polícia pra me ajudar, não, pelo contrário, eles iam logo dizer o que, que eu tava roubando. E, aí, o policial, a primeira coisa que ia fazer era acreditar. Aí, eu além de apanhar, ia acontecer o que comigo? Eu ia ser preso, sem fazer nada, ainda é pouco, né?”

4.2.6. Preconceito e Violência

Muito se avançou na compreensão do universo das crianças e adolescentes que vivem na rua, entretanto, a sociedade brasileira insiste na manutenção de modelos e práticas coercitivas e excludentes no trato desses sujeitos.

“Aí o policial pegou eu, aí fez: ‘tu mora onde?’ Aí, eu fiz, ‘eu moro lá em Olinda, fugi de casa’. Aí, ele fez, ‘tu num tem medo de ir pra FEBEM, não?’ ‘Eu não! Eu num roubei, num matei, num sou usuário de droga, num fiz nada. Se quiser me levar, num tô nem aí.’ (...) No pensar dele é assim, né? Que todo menino que tá na rua, pra ele é o

que? Ou é bandido, ou é marginal, ou é usuário de drogas. E, aí, ele me levou pra uma delegacia.”

“Eu sei que ‘as pessoa’ que mora na rua, é tudo vista como malandro. (...) Mas, uma coisa eu posso garantir, algumas, não são.”

Quando *Tereu* foi abordado por esse policial, estava há, aproximadamente, seis meses fora de casa, e não havia, ainda, maiores envolvimento dele com o universo da rua. A atenção para a singularidade de cada história contribui para as possibilidades de retorno à convivência familiar e comunitária. A conduta do policial, ao contrário, desconsidera que uma criança que, conforme propõe Lucchini (2003), vivenciou menos etapas na rua tem mais chances de romper sua relação com esse ambiente. A postura do policial corrobora a noção difundida socialmente de que todas as crianças que estão na rua são marginais e, como tal, devem ser privadas do convívio social.

“Mas, só que tem um problema, né? Como tem um ditado: ‘onde faz um, paga todos’. Então, todos não são igual a ninguém. Cada um leva uma vida diferente. A pessoa faz: ‘Não, mas peguei um ‘cheira-cola’ roubando ali, aí, tô vendo outro aqui, esse aqui também pode roubar’. Não. Pode ser um ‘cheira-cola’ diferente. Que num roube. Curta só a cola dele. Tem tantos por aí que é assim.”

“Ah, porque são tudo racista. (...) Julgar a pessoa pela aparência, ao menos, sem conhecer. (...) quando eu passo perto de alguém, que alguém segura a bolsa. Dá vontade de eu chegar lá e... ‘ah, você tá pensando que eu sou ladrão? Então eu vou levar lá mesmo’. E pronto e acabou-se, e levar. (...) Oxe, isso é direto, ‘meu véi’. Agora, bom é quando o cara passa, assim, todo desorganizado, aí, a turma faz: ‘pô, lá vai um ladrão, ali, ó, vou segurar minha bolsa, é pá’. Aí, tem uma pessoa que tá bem arrumado do lado dela e, num sabe ela, ou ele, que é o pior assaltante e termina sendo roubado. Aí, julga pela aparência sem saber, ó! Então, é por isso que eu digo, não julgue, pá num ser julgado”.

“Em todo canto, tem traficante, tem ladrão, tem matador, tem bandido, tem polícia, estuprador, tem tudo. Em todo canto tem isso. Por mais que a pessoa vá morar no país mais rico do mundo, mais tem a mesma coisa.”

Tereu verbaliza o incômodo de ser, corriqueiramente, confundido com um marginal, ao fazer uma crítica pertinente à noção de que a criminalidade se encontra apenas instalada nos segmentos excluídos da sociedade. O preconceito e a discriminação são fatores que acabam por acentuar o desejo de transgredir, de burlar a regra, pois não abrem espaço para que o sujeito se apresente de um modo diferente.

Por um lado, se os componentes relativos aos conflitos familiares são aspectos relevantes no envolvimento com a delinquência, não menos importantes são os determinantes sociais que restringem, significativamente, as possibilidades de escolha, ao exigirem do sujeito um esforço, para além do normal, de mudança.

Conforme já foi amplamente discutido, a adolescência caracteriza-se como um período de transição, no qual o sujeito, por não se reconhecer em sua forma atual, busca incessantemente novos modelos identificatórios. A carência desses modelos, que possibilitam

ao sujeito construir alternativas de vida mais saudáveis, acaba por inibir suas possibilidades de fazer diferente.

4.2.7. O movimento de saída da rua

Tereu, após quatro anos de vida na rua, pôde, enfim, retornar ao seu convívio familiar. Para tanto, um longo percurso foi percorrido, no qual se destacam alguns elementos que devem ser analisados, dentre os quais os modelos identificatórios encontrados na rua, a aceitação por um grupo de adolescentes de uma comunidade e o atendimento em instituições para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

4.2.8. A busca por novos modelos identificatórios

“Ah, eu andava a cidade toda. Todo canto. Ali, a Conde da Boa Vista, a Ponte de Ferro, ficava passeando de noite. Parecendo mais um vaga-lume. Por que um vaga-lume? Porque o bom é andar de noite, no silêncio da noite. Pra quem sabe andar e pra quem gosta, né? O silêncio da noite se torna uma música pros ouvidos, né?”

Por diversas vezes, percebeu-se, da parte de *Tereu*, um grande fascínio em relação ao período em que esteve nas ruas. Ele narrava suas histórias como se tivesse contando as aventuras de um personagem. Sua postura mudava apenas quando era questionado sobre os perigos e as dificuldades da rua, e depois dava sempre um jeito de mudar de assunto.

Um aspecto marcante nas entrevistas de *Tereu* diz respeito ao investimento que fez ao narrar com detalhes os encontros com pessoas que pareciam sinalizar-lhe perspectivas de crescimento pessoal. As narrativas de *Tereu* são marcadas por múltiplos encontros com personagens, dentre os quais se destacam alguns que merecem uma análise.

*“(...) eu conheci um gringo que ele me convidou pra ir pra Alemanha com ele. (...) fiquei uns tempo na casa dele. (...) Aí, eu tava na praia, ele me ensinou a nadar, que eu não sabia. Eu achei bem legal, porque ele me soltou no fundo. Me deixou lá. E, aí, eu aprendi assim, foi massa. (...) **Porque ele tava perto de mim e poderia me pegar a qualquer momento. Só que se, aí, ele me desse manha, eu não ia aprender a nadar de jeito nenhum, né? Hoje em dia, eu sou conhecido mais como peixe, né?** (...) Fiquei com ele um bom tempo, mas só que ele teve que voltar pra Alemanha. Eu chorei muito, ele me levou até o aeroporto. Eu me lembro, fui até no aeroporto, cheguei lá, chorei muito. Ele foi-se embora.”*

*“Já cheguei também a dormir na pousada da Italiana. Olha só que confiança, né? Eu conhecia ela há pouco tempo. Mas, eu achei massa. (...) **Eu acho que, quando ela me deu um voto de confiança, eu dei o meu voto também a ela. Mas, primeiro eu tava confiando em mim, né? Que se eu tivesse errado eu ia me ferrar. Então, primeiro, eu tava confiante em mim e depois nela, né?**”*

*“(...) lá em Vitória era mais legal, porque eu conheci uma senhora que ela vendia, ela tinha uma lojinha. (...) Achei interessante uns cartãozinho que ela tinha. De, assim, mensagem de amor; ‘essas coisa’ de aniversário. Aí, eu resolvi vender também. Aí, eu comprava a ela, num precinho barato. E revendia a turma do colégio, lá em Vitória, na praça. E aí, **eu fiquei conhecido lá, como o vendedor do cartãozinho. Era tão legal.**”*

Todo mundo já me conhecia. E, cada segunda-feira, todo mundo me comprava um; a 50 centavos. Era bem legal.”

“Aí, a situação já foi ficando melhor pra mim, porque em Vitória, eu fiz amizade com uma moça, que ela tem um barzinho. (...) Eu ia na casa dela levar a feira, a mãe dela gostou muito de mim, me dava as coisa. (...) Disse que queria ver eu crescer. Eu disse a ela: ‘a senhora vai ver! Se deus quiser! Se aquele lá de cima quiser, a senhora vai ver’. Ela disse que não era pra eu ir cheirar cola, tudinho. Aí, eu disse, ‘tá certo’. Aí, depois, lá em Vitória, que ela falou isso, eu pensei assim: ‘poxa, ela quer me ajudar, eu vou mostrar a ela que eu vou mudar na vida’. (...) Aí, ela pegou e me deu um carro de mão pra eu carregar feira lá em Vitória. Ficar trabalhando pra mim. Aí, ela disse assim, ‘eu não quero nada seu, eu quero só que você suba na vida. Eu vou lhe dar esse carro de mão, você carregando seus troçozinho, ajunta seu dinheiro, quando você terminar, você pega e me dá o carro de mão pra eu guardar e no outro dia você pega de volta’.”

Inicialmente, é importante atentar para o fato de que, por mais isentas que possam parecer, as ações daqueles que costumam ajudar as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade estão comumente relacionadas com o desejo de reparação de uma *culpa social*. As ações voluntárias, embora possam ajudar o sujeito, dificilmente costumam estar articuladas a propostas de implementação de políticas destinadas a acompanhá-lo em suas necessidades a longo prazo.

Essa ressalva parece relevante, uma vez que a experiência dá a perceber que “boas ações” desse tipo habitualmente estão atravessadas por sentimentos de piedade que, na maioria das vezes, tendem a desconsiderar o desejo do sujeito, seus projetos de vida, e que lhe exigem, em troca, uma resposta considerada adequada pelo “benfeitor”. Mesmo tendo demonstrado gratidão em relação às ajudas oferecidas por essas pessoas, *Tereu* não parecia ter interesse em trabalhar, nem carregando frete, nem em um ferro velho. De todo modo, ações voluntárias parecem preferíveis à indiferença, uma vez que lançam um olhar, mesmo distorcido, para as pessoas que necessitam de atenção especial.

Tereu demonstra sentir-se valorizado com o cuidado com que foi tratado pelos adultos na rua, dedicando-lhes muito tempo de suas entrevistas. Foi possível perceber em suas narrativas que, no período em que estava na rua, tendeu a privilegiar as relações com pessoas que, em certa medida, faziam nele um investimento para que pudesse *crescer*. Nessas relações, ele aborda a confiança em si e no outro, tema que comumente é negligenciado nas vivências nos grupos da rua.

“Bem, porque eu acho que ela viu que eu tenho o perfil pra me dar confiança, né? Porque, sei lá... (...) Primeiro eu dou um voto de confiança a ela. (...) Porque, como tem aquele ditado, pra dá confiança, a pessoa tem que receber confiança. Primeiro, eu tô confiando em mim. Tô certo da minha confiança, pra depois dá pra aquela

peessoa, né? Porque, se aquela pessoa num aceitar a confiança que eu dei, vacilar³⁰, o que é que vai acontecer? Primeiro eu confiei em mim, eu tava seguro em mim, eu sabia que eu podia fazer aquilo. Então... é assim que eu entendo.”

“(...) Porque, se eu for confiar numa pessoa, primeiro eu vou ‘tá’ confiante em mim. Porque, se eu tiver enganado comigo mesmo, eu posso ta pior do que aquela pessoa. Então, eu acho que eu vou confiar primeiro em mim, né? Depois dá o voto de confiança praquela pessoa.”

As relações na rua costumam sinalizar uma preponderância de sentimentos de descrédito e desrespeito pelo outro e por si mesmo. Quando *Tereu* privilegia as relações que construiu com esses adultos, sinaliza sua identificação com modelos diferentes daqueles experimentados nos grupos da rua. Na narrativa a seguir, ele toca em um aspecto que parece fundamental para a mudança: confiar em sua capacidade de fazer diferente e, conseqüentemente, de acreditar no outro.

“(...) Eu fiquei triste, né? Porque eu tinha conquistado tudo dela, conquistado a confiança dela, tudinho. Ela me dava as roupa, as coisa. Aí ela, depois de ter me visto cheirando cola, num quis mais dá mais.”

“(...) Depois, aí eu fui no ferro-velho lá, que tinha lá, um rapaz bem legal. Aí, ele tava assim, com um gibi lá, aí eu pedi ele pra mim. Aí, por ele ver que eu me interessei muito por gibi, ele pegou e botou o meu apelido de ‘Gibi’. (...) ele queria me ensinar o que ele já sabe pra que eu pudesse abrir um negócio de consertar carro pra mim. Só que... aí, eu me desinteressei, né? Eu me ajuntei com Paulistano de novo. E a gente voltou pra cá. E, eu abandonei tudo que eu tinha conquistado lá.”

A atenção para o fato de que uma escolha, como argumenta Winnicott (2002), só poderá ter realmente consistência se puder ser incessantemente testada pelo sujeito, parece ser indispensável por parte daqueles que se dispõem a cuidar de crianças e adolescentes em situação de rua. Essa é a principal razão pela qual se consideram insuficientes, mesmo que importantes, as “boas ações” de estranhos. Para que as mudanças se processem é preciso que o sujeito almeje, de fato, modificar-se. O tempo para que as transformações se processem tende a ser longo, mas é importante que o sujeito possa contar com pessoas fortes e disponíveis para lidar com as suas dificuldades.

A tristeza de *Tereu* em não ter correspondido às expectativas daqueles que o ajudaram indica um desejo de reparação. Contudo, é importante que as exigências daquelas pessoas que se apresentam como modelos identificatórios ao sujeito não estejam relacionadas, necessariamente, ao desejo de conseguir algo em troca, mas que possam estar dirigidas para os interesses e necessidades do adolescente. Do contrário, acabará por se instalar uma relação de dependência, na qual o sujeito será movido apenas pelo desejo de agradar o outro, preterindo a si mesmo.

³⁰ Vacilar é uma expressão bastante utilizada pelos jovens para se referirem aos erros cometidos. Os meninos na rua demonstram pouca tolerância com os erros dos demais. Comumente eles repetem a expressão “cobrar vacilo” para se referir às exigências de que os erros sejam reparados, sempre pela via da punição.

Para tratar essa questão, os argumentos de Calligaris (2004) em relação às características importantes para um psicoterapeuta se fazem úteis. No caso, aqui, tomadas como características indispensáveis para todos aqueles que se propõem estabelecer uma relação de ajuda a alguém, que, por uma dada razão, se encontra, momentaneamente fragilizado para fazer algo sozinho. Esse autor faz uma crítica interessante àqueles que se dispõem a construir uma relação de ajuda, mas esperam algo em troca do lado de quem é ajudado.

Os sujeitos fragilizados tendem a idealizar aqueles a quem são atribuídas competências para ajudá-los a mudar. A confiança estabelecida nessa relação é fundamental para que o sujeito possa investir na mudança. Entretanto, a relação de ajuda só terá valor na medida em que puder fortalecer no sujeito a autonomia, para que, em determinado momento da vida, o sujeito não mais precise ser ajudado e possa caminhar com autonomia.

4.2.9. A relação com uma instituição de atendimento

A experiência profissional da pesquisadora sugere que as instituições e os profissionais que acompanham crianças e adolescentes em situação de rua tendem a ser um alvo privilegiado para nelas “descontar” as agressões dos quais eles foram vítimas. Em uma situação em que narra o conflito com um profissional que o assistia, *Tereu* parece nominar com clareza esse tipo de situação.

“(...) Quando eu cheirava cola, eu queria perturbar lá dentro. (...) Eu ficava ‘arretado’ e, aí, tinha que descontar minha raiva em alguém, e pá!”

Mesmo com toda a agressividade que destinava às pessoas que compunham o serviço, ele lembra ter sido bem tratado e destaca a paciência e o carinho como características marcantes das pessoas que compunham o espaço.

“(...) Cheguei lá, fui bem recebido. (...) Por quem? Por muita gente. Pelo pessoal da casa, pelos educadores, a coordenação. (...) Foi legal, que eu fiz amizade. Conheci gente nova. Conheci doutora Laura, que gosta de mim.”

“(...) Acho massa. (...) Eu sei que é massa, porque, porque, porque... porque... como é? É legal a pessoa ser tratada com carinho. Com calma.”

“O máximo. (...) Porque tem que ter muita, muita paciência. Tem que ser também que nem uma criança, porque num pode se estressar, porque, se for um cara que nem eu, meu irmão, dava um monte de cascudo na galera, aí.”

Winnicott (2002) fala sobre a importância de o profissional suportar a tensão emocional envolvida no cuidado de crianças, especialmente daquelas cujos próprios lares não conseguiram suportar tal tensão. Nesse sentido, a função das instituições é proporcionar

estabilidade para essas crianças, mesmo que elas apresentem dificuldades em sustentá-la por si mesmas, de modo que possam construir relações de confiança.

“(...) eu baguncei muito, né? Baguncei muito. Teve algumas coisas que eu quebrei. (...) Deixa ver o que eu quebrei. Quebrei a bateadeira de Diana, deixa ver o que eu quebrei mais... Quebrei o basculante. Já agredi João, cheguei até a dar um murro nos ‘ov...’ nos ‘cunhão’ dele. (risos) Deixa eu ver, mais... Mas, o que eu mais gostei ali foi de todo mundo ter me recebido com carinho. De braços abertos.”

Assim como tantos outros adolescentes em situação de rua, *Tereu* chegou ao serviço de atendimento especializado para esse público a convite de um companheiro de rua. Quando chegou ao *Instituto Zózimo*, era muito agressivo e demonstrava dificuldade para cumprir as regras e os acordos propostos. Havia, na ocasião, dois perfis de crianças e adolescentes em situação de risco na rua: aquelas que retornavam à noite para suas casas – chamadas pela equipe do serviço de *meninos de comunidade* – e aquelas que, por terem rompido os vínculos familiares, dormiam diariamente nas ruas – os chamados *meninos de rua*.

Tereu se inseria no grupo dos *meninos de rua* e, por essa razão, não era bem recebido pelo grupo dos *meninos de comunidade*. Meses se passaram até que, com o tempo, o adolescente começou a construir uma relação com os meninos que retornavam para casa, deixou de ser excluído por esse grupo e afastou-se paulatinamente daqueles meninos que participavam dos grupos na rua. Quando questionado a respeito do que se lembra do período em que esteve nessa instituição, o adolescente afirma:

“‘Oxem’, das amizade que eu fiz lá. Com a turma da Ilha do Maruim, ‘e pá’. A turma da Ponte Preta, ‘coisa e tal’. A galera, lá. A turma do Marezão, né? Bilôli, Macaco, Taiata (...) Me receberam, legal, tudinho.”

“Eu me lembro que, quando eu tava na rua, eu conheci Bilôli. (...) Aí, eu fui lá pro ‘Marezão’. De primeiro eu fiquei lá, no Marezão. Depois eu fui dormir na casa da namorada de Bilôli. E fiquei morando lá um bom tempo lá, por causa de Bilôli. (...) Foi bom porque, assim, sei lá, eu não sei não porque a mãe da menina confiou em mim, tudinho. (...) eu sei lá, ela teve muita confiança e eu tive nela, também.”

“(...) Oxe, foi bom, tudo de bom. Porque eu morava lá na casa dela. Ela cuidava de mim, como se fosse minha mãe. Mesmo sem me conhecer, né? Que eu tava na rua, mesmo. Eu podia ser um matador, um estuprador, um ladrão, qualquer coisa. Mas, ela botou eu assim mesmo, na casa dela. É, foi bom. Me botou na escola, né? Eu só num ia, mas ela me botou na escola.”

O contato com um grupo de adolescentes permitiu que *Tereu* retornasse a um convívio comunitário. A pertença a esse grupo possibilitou que ele fosse aceito pela comunidade e posteriormente foi acolhido em um lar. Segundo informações disponibilizadas nos registros do *Instituto Zózimo*, nesse período, inúmeras tentativas de reaproximação da família, em especial da mãe, haviam sido feitas, porém, sem que se obtivesse sucesso. A equipe que acompanhava o adolescente optou, então, por investir no fortalecimento da relação que vinha

sendo construída por ele nessa comunidade, sem, contudo, abrir mão do investimento que vinha sendo feito na família de origem.

Os registros sobre *Tereu* informam que ele foi inserido em um núcleo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), uma vez que, na comunidade em que estava, seu trabalho consistia em ajudar uma senhora a vender panos de pratos.

“Oxe, era legal. Bem legal. (...) Tinha jogos. Tinha capoeira. Tinha um bocado de coisa lá que a gente fazia. Tinha a galera lá de Aguazinha que eu fui conhecendo, pegando amizade.”

Cada vez mais, *Tereu* foi se distanciando do universo da rua, à medida que consolidava sua relação com outros grupos, com novos ambientes. A possibilidade de retorno para uma casa, mesmo que não fosse a de seus pais, fortalecia no adolescente a construção de novas referências.

A inserção de *Tereu* no PETI demandava o retorno à escola. Nesse contexto, a equipe do serviço aproximou-se de seu irmão mais velho, *Carlos*, que junto a seu companheiro³¹, aceitaram acolhê-lo. Esse retorno foi gradativo. Inicialmente, ele passava alguns dias, mas voltava para a comunidade que o acolhera anteriormente. Com o tempo, a relação com o irmão, e principalmente, com o cunhado, foi fortalecida, o que fez com que *Tereu* não mais precisasse voltar para o “Marevão”.

4.2.10. A volta para casa

Há mais de ano e meio *Tereu* retomou à convivência familiar, após ter passado um período de quatro anos na rua. Atualmente, reside com a mãe e os quatro irmãos mais novos. Junto à residência deles moram o irmão mais velho e o cunhado. Ambas as casas são palafitas, com aproximadamente dez metros quadrados, construídas em um mesmo terreno, cortado por um canal, à beira de um rio. O ambiente é insalubre. Nos períodos de chuva, o rio transborda, trazendo lixo para dentro da casa.

Foram recorrentes as falas de *Tereu* sobre o desejo de sair de casa. Contudo, embora tenha se queixado algumas vezes da precariedade das condições da moradia, percebeu-se que ele focalizava mais as dificuldades de relacionamento entre os familiares.

“(...) Oxe, é o que?! Estresse, ‘meu véi’! Estresse até umas hora. (...) Oxe, minha mãe se estressa comigo, eu vou me aperrear, é? (...) ela tem os problema dela e num tem ninguém pra descontar, desconta em mim. Eu já disse a ela que o tempo de descontar a raiva em mim já acabou, ‘meu véi’!”

³¹ *Carlos* é homossexual e há quase dez anos convive maritalmente com outro homem. A relação dos dois é bastante estável. Esse companheiro tem uma participação importante não só na saída de *Tereu* da rua mas também do próprio *Carlos*, que, quando era adolescente, chegou a passar um período na rua.

Tereu parece estar constantemente a se lamentar a respeito do modo como foi tratado pelos pais. Essas queixas extrapolam o universo familiar e são seguidas pelo questionamento de todos aqueles que fazem parte de sua vida. Demonstra temor em relação ao futuro, pois passa a impressão de que está permanentemente a duvidar de sua capacidade de crescimento, uma vez que se foca apenas as oportunidades que acredita ter perdido.

*“Se assim, quando o cara fosse nascer, o cara escolhesse se queria vim, ou não, o cara escolhia logo. O cara pensasse e o cara dizia, não num quero, não vim não, num quero viver, não, num quero nem existir. É melhor assim, se o cara pudesse escolher. (...) Quer dizer, se eu soubesse que fosse pra ser assim. Oxe! **Se eu pudesse ao menos ver o meu futuro mais pra frente como iria ser. Eu desistia de viver logo agora**”.*

“(...) eu tenho sorte, quem disse que eu não tenho sorte? Eu tenho sorte, ‘rapai’. Minha estrela é na testa, só tá faltando o brilho. (...) Eu tenho sorte de muitas coisa, só num sei aproveitar. (...) eu queria saber aproveitar essas coisa ao meu favor. (...) ‘Meu véi’, o arrependimento das coisa, só vem quando a pessoa perde. Quando tem a pessoa num se arrepende de nada, não. A pessoa diz logo: ‘ah, e eu quero saber! Se acontecer assim, faz assim, se acontecer assado, faz assado.’ Mas, quando perde, ô! Num instante quer voltar atrás”.

Quando *Tereu* afirma que, caso soubesse como seria seu futuro, desistiria dele, demonstra um grande descrédito em sua capacidade de reconstruir a vida. A história de *Tereu* – perpassada não só por conflitos advindos da condição de miséria e da fragilidade das relações afetivas, mas também pela atualização desses conflitos no modo como ele é percebido e tratado pela sociedade em que vive – parece colocar em xeque a sua perspectiva de crescimento.

O reconhecimento das perdas já experimentadas pelo sujeito pode contribuir para sua transformação. Para tanto, faz-se necessário que esse esteja a serviço da mudança e não da consolidação do lugar que se ocupa. Por um lado, se sentir culpa é estruturante para que o indivíduo possa ter o desejo de se redimir, de se recompor; por outro, essa culpa pode aprisioná-lo a um sentimento de incompetência para aproveitar as oportunidades que se apresentam ao longo de sua história, o que faz com que ele se sinta prisioneiro da situação de exclusão em que vive.

Segundo Garcia-Roza (1993), quando o indivíduo não consegue identificar seus conflitos psíquicos, acaba por reproduzi-los em ações. Nesse sentido, as crianças e os adolescentes em situação de rua, devido à sua fragilidade psíquica, dificilmente conseguirão pedir ajuda mediante a explicitação de seus problemas. Ao contrário, esse pedido de ajuda, certamente, virá por meio de uma atuação, da passagem para o ato de um conflito psíquico.

Em muitos dos casos, as dificuldades são tamanhas que o sujeito não conseguirá transpô-las sem a ajuda de um terceiro. Winnicott (2002) afirma que cuidar de crianças em situação de privação exige que lhes seja proporcionada estabilidade, de modo que elas possam

conhecer, testar e, aos poucos, construir confiança. Essa estabilidade deverá existir mesmo que as crianças não consigam criá-la ou mantê-la.

Para esse autor, as crianças que saem de casa deixam um vazio com a sua ausência, porém, com o tempo, essa lacuna vai sendo preenchida. Assim, parece importante atentar para o fato de que, quando os filhos voltam para a casa, não irão necessariamente encaixar-se nos mesmos buracos que provocaram com sua saída, uma vez que tanto a família quanto a criança tornam capazes de arranjar um sem o outro. Nesse sentido, o retorno da criança implica que eles terão que partir da estaca zero para voltar a conviver.

Quando os conflitos com a mãe e o pai – que atualmente não mora com eles mas costuma visitá-los com frequência – se acirram, *Tereu* divide-se entre sua casa e a casa do irmão. É possível perceber que o cunhado se apresenta como uma referência muito importante para ele, fortalecendo-o em suas escolhas de vida.

“Quando num tem comer lá em casa, quem dá é meu cunhado. Mas, ele dá, num é pensando em mim, que tenho 17 anos, nem pensando na minha mãe, não. Que eu e minha mãe sabe se virar. É pensando nos pequenos que tá dentro de casa. Porque uma coisa eu digo, viu? O coração do ‘Meu Nêgo’, vixe, Maria! É um coração muito mole, porque o que ela já fez. (...) É por isso que eu digo, pode perguntar a ele. Qualquer coisa que eu faço, eu digo a ele. Eu posso fazer a pior coisa, a coisa mais ruim do mundo, mas eu vou contar a ele.”

“(...) O que é que ele tem? Primeiro, é compreensivo. Segundo, conversa comigo. Se eu tiver errado ele diz. Se eu tiver certo, ele diz. Se for o caso dele me dar uma bronca, ele dá. Já a minha mãe, não. Já a minha mãe, o que ela diz é o que? ‘eu quero ver você no inferno, num sei o que’. Isso aí, eu acho assim, eu acho... pô, vê! A mãe do cara dizendo isso, então eu vou contar o que pra ela? Se me acontecer alguma coisa de bom, eu num conto. Se me acontecer de ruim, pior ainda. Porque, num dia que eu cheguei do colégio, que eu tinha levado um murro no olho, da Rocan³², ela fez o que? ‘Bem empregado! Era pra você ter levado um tiro’. Aí, com qual direito eu tenho de contar o que acontecer comigo a ela? Eu num conto, não, ‘meu véi’! Eu conto, nada!”

É compreensível que a volta para casa traga consigo o retorno dos conflitos com os pais, os quais, se não puderem ser devidamente trabalhados, poderão impulsionar novamente o adolescente para a rua. *Tereu* parece ter encontrado na relação com o irmão e o cunhado o suporte para conseguir sustentar se em casa, mesmo com todas as dificuldades experimentadas na relação com os pais. A aliança que *Tereu* construiu com Carlos e seu companheiro remete à concepção de família proposta por Szymanski (2003), a qual privilegia a qualidade das inter-relações entre os sujeitos em detrimento da estrutura familiar. Nessa perspectiva, tende-se a considerar que a ligação afetiva pode ser estabelecida com diferentes pessoas, o que possibilita variados arranjos familiares.

³² Polícia que faz rondas nos bairros de periferia.

Atentar para a singularidade do modo como os afetos são vividos na vida de *Tereu* permite compreender as formas particulares de comunicação entre ele e aqueles a quem ama e, conseqüentemente, pode auxiliá-lo nas estratégias desenvolvidas para manter-se longe dos problemas da rua.

4.2.11. O percurso pelas instituições de atendimento

No tempo em que *Tereu* está em casa, além de continuar sendo monitorado pelo *Instituto Zózimo*, foi encaminhado para algumas instituições destinadas a assistir adolescentes e jovens, não necessariamente em situação de risco social na rua. Ao longo das entrevistas, *Tereu* foi mapeando o percurso por ele desenvolvido em relação a algumas dessas instituições.

“(...) aí eu saí de lá, passei pra uma nova fase e entrei no Agente Jovem. (...) O Agente Jovem é legal. Tem a educadora Nara, que é legal.”

“(...) O que é ser Agente Jovem? É ter respeito, dar respeito. Saber respeitar o próximo. Ter opinião, receber opinião e dar opinião. (...) Porque, eu dou respeito e quero ter respeito. (...) E, eu sou cidadão.”

“(...) Sei lá, é como se o cara tivesse assim, numa sala de aula, e, fosse passando, de sala em sala. Subindo cada vez mais, pra primeira etapa, e coisa e tal.”

(...) Parei de cheirar cola. (ênfase) (...) Voltei pra casa. (ênfase) (...) Eu fui pro Agente Jovem. (ênfase) Agora estou no curso de comunicação. (ênfase) Lá é legal, pô. A gente faz amizades lá, com a turma de bairro diferente, Santo Amaro e Coque. De lá, o único Peixinhos que tem sou eu e Tadeu”

As experiências vividas por *Tereu* em espaços onde pôde conviver com outros jovens, além daqueles com os quais estava habituado na rua, parece ter fortalecido sua convivência familiar e comunitária. A rotina em locais onde pôde experimentar outras referências, parece diluir os conflitos vivenciados em casa, uma vez que, além de apresentar outros modelos identificatórios, envolve-o em outras temáticas de vida.

A possibilidade de confronto com o novo, seja ele expresso a partir do contato com um educador social, seja com um adolescente de outra comunidade, exige que o sujeito modifique os seus esquemas de modo a construir diferentes arranjos para conseguir relacionar-se com o mundo ao seu redor.

Para melhor analisar essa questão, é interessante mencionar o conceito de Esquema Referencial Operativo (ECRO) proposto por Pichon-Rivière (2000b). Para esse autor, todo confronto em um grupo está baseado na pré-existência, em cada um dos participantes, de um esquema referencial (conjunto de experiências, conhecimentos e afetos com os quais os sujeitos pensam e agem) que ganha unidade a partir da convivência coletiva. Essa unidade

promove o ECRO, sustentado pela construção de um denominador comum entre os esquemas prévios dos integrantes do grupo.

Entende-se que o sujeito se constitui por meio do confronto com o outro, e é a partir da alteridade que o *eu* se delimita. Com base nesse pressuposto é que se compreende a importância de conviver com pessoas que possibilitem questionar os modelos já construídos, de modo a elaborarem outros que permitam uma maior plasticidade diante das adversidades da vida.

Tereu compara o modo como foi tratado nas instituições de que participou com aquele vivido nas relações com seus familiares, principalmente no que diz respeito à relação com seus pais. Quando questionado sobre o fato de ter sido tratado com calma pela família, o adolescente responde:

“‘Hahaha’(irônico). Se eu num tivesse a minha calma pra me tratar, meu filho. Eu entro na festa dos maluco. Porque lá em casa, todo mundo é estressado. E, eu, me estresso também. (...) Falou comigo com estresse, eu dou a resposta com estresse e assim em diante.”

Embora as relações com a família pareçam reforçar alguns conflitos que desencadearam a ida do sujeito para a rua, desconsiderar a importância desses familiares em sua vida poderá trazer prejuízos para ele, uma vez que ocupam um lugar relevante em sua história. Não parece possível construir um futuro sem considerar o percurso vivido no passado e no presente. A atenção à história de cada um permite a precaução quanto aos caminhos a serem seguidos.

“Meu projeto de vida é aprender o que tão me ensinando, porque é super legal mexer com vídeo, rádio, impresso. Ser um jovem comunicador. Manter bom diálogo com as pessoas e, fora isso, meu projeto de vida é trabalhar, fazer uma família e dar esse orgulho pro meu pai e pra minha mãe. Que eu quero que eles estejam vivos pra eu poder dar um neto, ou uma neta, ou os dois, nesse caso, ou mais que isso, né? A eles. E mostrar a eles que já que eles me tratavam com um exemplo bom, num digo que foi ruim, porque hoje em dia, eu sei ser honesto por causa do meu pai, ele me ensinou. Não da forma que eu queria, né? Mas, ele me ensinou muito bem. E, eu queria dar esse orgulho a ele, dele ver um neto, ou uma neta, ou os dois, nesse caso, como eu mesmo disse, né? E, amostrar a ele que, do jeito que ele me exemplou, quer dizer, me ensinou, eu vou ensinar o meus filho. Agora, não do jeito que ele me exemplou, de baixo de pau, mas sim, no castigo, assim, se ela errou, não tem direito a TV; a internet; a um jogo, se ela for com algumas amigas; a uma festa, se ocorrer uma festa; essas coisa eu corto. E, não bater, porque se pau desse jeito, num existia ladrão no mundo, né? Porque o que mais acontece, aí, com ladrão é pau! Então, uma coisa sem teoria esse negócio de tá batendo em menininho, hoje em dia. Porque, quem foi menino, já sabe, né? Eu garanto que, sei lá, quem nunca errou, é santo. E santo não existe. (...) Todo mundo erra. Agora, errar é humano, permanecer no erro, é que não vale.”

Quando *Tereu* chegou ao Instituto Zózimo, compreendia o pai como sendo o algoz de sua vida, e a mãe como uma vítima indefesa dele. Para a surpresa da pesquisadora, tempos depois de o adolescente ter sido atendido diretamente por esse serviço, apresenta outra versão

para sua história. Dessa vez, aparentemente tenta discriminar o que cada um pôde fazer de bom e de ruim em sua educação.

Para abordar essa questão, serão usados os argumentos de Rassial (1999), uma vez que ele propõe que o melhor serviço a ser prestado a um jovem delinqüente é permitir-lhe revalorizar o pai e o grupo familiar, de modo a não ratificar uma suposta culpabilidade dos pais. Para esse autor, as dificuldades diante desses adolescentes consistem em remeter o “discurso do pai” ao seu lugar, o que evita que se torne ou cúmplice histórico, ou um novo pai.

Atualmente, sabe-se que os pais de *Tereu* permanecem sem condições de criar sozinhos os filhos, e que isso não se apresenta como uma ameaça ao desenvolvimento deles. Todavia, para além das intervenções que foram destinadas a essa família pelas instituições que assistem *Tereu*, o próprio adolescente parece investir a fim de encontrar alternativas para as dificuldades por ele experimentadas.

Um dado que chama a atenção na história de *Tereu* é que, mesmo a considerar todas as dificuldades e movimentos destrutivos expressos ao longo de sua vida, ele parece ter buscado aliar-se a referências identificatórias que sinalizassem perspectivas de investir em caminhos mais saudáveis. Percebe-se que, se isso foi possível, é porque, de algum modo, ele pôde aliar-se aos investimentos positivos que nele foram feitos, inclusive pelo pai. Contudo, os conflitos experimentados em seu lar influenciaram também fortemente as posturas agressivas por ele apresentadas.

A história de *Tereu* leva a crer que é possível o sujeito construir para si alternativas de vida, mesmo se se consideram todos os imperativos sociais para que ele fracasse, em seu caso – miséria, condições subumanas de existência, violência doméstica, alcoolismo, preconceito e exclusão social, dentre tantas outras possíveis de ser elencadas.

Parece relevante destacar que se considera o sucesso do adolescente em vencer tantas *batalhas* em sua vida, mesmo que a sua guerra contra a exclusão e a miséria não esteja acabada. *Tereu*, que há mais de um ano e meio conseguiu romper com a vida na rua, hoje participa assiduamente de dois programas sociais. Contudo, ainda permanece em conflito com os espaços que o assistem, testando freqüentemente até onde eles irão sustentá-lo.

Tereu parece estar permanentemente tentando provocar uma reação no outro, de modo a investigar em que medida os limites que esse outro apresenta dizem respeito ao cuidado com o seu bem estar ou, ao contrário, estão relacionados com a vontade de não mais tê-lo por perto. Algumas falas de *Tereu* demonstram seu desejo de mudança, atrelado, entretanto, ao temor de não consegui-la. Merecem destaque:

“E aí, quando eu fiz aquela escolha, eu sei lá... Algo me dizia que eu tava indo no caminho bom.”

“(...) agora a minha vontade maior é de continuar a crescer, então quando eu vou fazer uma besteira, eu penso na minha vontade maior que é de crescer, que é pra poder chegar ao meu objetivo, né? (...) É ter minha família, ter minha casa, meus filhos, ‘bá-bá-bá’, ‘coisa e tal’ e etc.”

“Se eu fosse adivinho, eu ia adivinhar meu futuro mais pra frente. Pra saber como ia ser. E aí, se fosse bom, eu viveria, se não fosse, eu desistia logo agora. (...) quem sabe o futuro do cara pode ser melhor. Já tá dizendo, futuro. Pode começar ‘ruim’, pode ser pior; pode começar bom, pode ser ‘rim’ no final; ou pode começar ‘rim’ e terminar ‘rim’; pode começar bom, terminar bom; e assim por diante.”

A saída da rua é percebida, aqui, apenas como um primeiro passo para mudança de vida. É que as dificuldades que se apresentam são tamanhas, que exigem uma luta constante para não ceder e seguir pelo caminho mais fácil, o de envolver-se com o crime e a marginalidade.

No final das entrevistas, *Tereu* foi questionado sobre o que ele poderia dizer para ajudar outro adolescente que estivesse vivenciando um conflito semelhante ao seu. A resposta do adolescente foi a seguinte:

*“Bem, eu ia dizer que... assim, pra quem tivesse dentro de casa, por mais difícil que fosse, ficasse dentro de casa, mesmo. Num saísse de jeito nenhum. Por mais que tivesse acontecendo alguma coisa de ruim, segurasse a barra, porque, **se dentro de casa tá ruim, na rua, fera, num vai mudar nada. Só vai piorar mais a situação. Vai piorar muito mais do que isso.** Se a rua é ruim, ‘parea’ aliás, se dentro de casa é ruim, a rua é pior, pô! Na rua é que num tem futuro, mesmo! (...) Pra quem num sabe, a primeira coisa que vai fazer é usar droga, se envolver com quem num presta. E aí, quando pensar que não, o futuro dessa pessoa vai ser o que? Ou tá no presídio ou tá dentro dum caixão. (...) **Num tem de jeito nenhum. A num ser que essa pessoa encontre um bom caminho, que nem eu encontrei. E, aí, vá seguindo em frente e possa ser alguém na vida, mais pra frente, né? Possa atingir vários objetivos.** ‘Essas coisa’. Como eu hoje em dia, tô conseguindo. Passei em várias seleções, hoje em dia tô o que? Tô num curso de filmagem. Tô sendo o que? Tô sendo jovem... Bem, como é que eu posso dizer? Um jovem comunicador. Nesse caso, né? É, isso aí.”*

A trajetória de vida de *Tereu* parece demonstrar que a ambivalência em relação à sua família foi aguçada pelo confronto com uma sociedade que, além de produzir esses modos de relacionamento, não oferece alternativas de vida para que o sujeito possa contorná-los.

As crianças e adolescentes que vivem nas ruas têm seus conflitos psíquicos individuais reforçados pelos processos de estigmatização e de marginalização impostos pela atual realidade social. Takeuti (2002) acredita que há nesse processo social uma reativação e uma acentuação dos conflitos originários, já que as fragilidades individuais são acentuadas pela submissão do adolescente às experiências de humilhação e violência.

Compreende-se que as relações construídas nos grupos da rua potencializam esses conflitos, na medida em que nesses grupos os indivíduos constroem uma aliança imaginária pela via da dor e do sofrimento, colando-se ao *Ideal do grupo*. Nesses grupos, há uma forte

tendência a agravar os conflitos de identificação que, por sua vez, acabam por imprimir *feridas narcísicas* de difícil reparação.

Acredita-se que as alternativas construídas por *Tereu* estão relacionadas com o fato de ele ter podido aliar-se a modelos identificatórios diferentes daqueles experimentados em casa. A identificação de *Tereu* com as pessoas que o ajudaram na rua, com os profissionais que compunham as instituições e, principalmente, com outros adolescentes que não tinham vinculação com a realidade da rua, permitiu-lhe romper com a rua como campo prioritário de sua existência.

4.2.12. Aspectos mais marcantes da história de *Tereu*:

Assim como na história de vida da primeira participante, buscou-se sintetizar as análises da trajetória de *Tereu* nas quatro categorias mais gerais: contexto socioeconômico, família, rua e instituição.

Na história de vida de *Tereu*, como na de tantas outras crianças e adolescentes que vivem na rua, a miséria e a violência doméstica foram fatores relevantes na partida para a rua, o que faz refletir sobre a indissociabilidade existente entre as esferas socioeconômica e familiar. Todavia, seu caso faz questionar a posição reducionista do determinismo absoluto dos processos sociais, uma vez que sinaliza a possibilidade da emergência do sujeito, mesmo se se consideram as adversidades do contexto socioeconômico. Observou-se que *Tereu*, apesar das condições de extrema pobreza, tem conseguido permanecer em casa, rompendo com a dinâmica da vida na rua.

A violência do pai aliada à negligência da mãe contribuíram para que *Tereu* buscasse a rua como alternativa para a solução de seus problemas. No que se refere ao *ambiente familiar*, analisou-se na história do adolescente uma forte identificação com a figura do pai, que parece ter influenciado no modo ambivalente como ele se posiciona perante a vida. A identificação com o pai parece ter servido tanto para explicar o modo agressivo como ele trata as pessoas e os espaços à sua volta, quanto para justificar sua tendência a buscar referências identificatórias que teriam contribuído para sua saída da rua.

Nas lembranças referentes ao *percurso junto à rua*, foi possível perceber que sobressaíram as figuras que, de algum modo, tentavam influenciar positivamente a sua trajetória. Embora tenha convivido com alguns grupos de adolescentes na rua, *Tereu* fez um percurso mais solitário e construiu estratégias de sobrevivência a partir da aliança com pessoas que se dispuseram a ajudá-lo.

Dentre as referências identificatórias encontradas por *Tereu*, é possível destacar o convívio com um grupo de adolescentes de uma comunidade que o acolheu e lhe permitiu poder deixar a rua. A possibilidade de conviver com outras pessoas de sua faixa etária, diferentes daquelas encontradas nos grupos da rua, parece ter fortalecido *Tereu* no processo de retorno a uma convivência familiar e comunitária. Outro fator que contribuiu para esse convívio foi o acolhimento do cunhado. A convivência com o irmão e o cunhado foi um marco importante no convívio com os demais integrantes da família.

O contato com as *instituições de atendimento*, por sua vez, foi um fator que fortaleceu *Tereu* na construção de novas referências identificatórias e, por assim dizer, na escolha de caminhos de vida mais. Suportar os investimentos agressivos do adolescente, bem como tentar fortalecer suas relações com outros espaços para além da rua, parece ter sido uma ação importante da instituição, que contribuiu para o redirecionamento que ele vem fazendo na vida.

4.3. A história de vida de Valter

4.3.1. O contexto familiar

Valter é um adolescente de 17 anos, nascido na cidade do Recife, que há mais de dez anos apresenta vivência de rua. É o quarto filho de uma prole de seis, sendo o primeiro filho homem. Apenas a filha mais velha da mãe de *Valter* não é fruto da relação de seus pais, que se separaram quando ele tinha 8 anos.

A mãe dele, *Zenira*, contou em entrevista que costumava apanhar com frequência do ex-marido, *Expedito*. Afirma que, além de estar envolvido com roubos e drogas, ele era muito violento, não só com ela mas com todos aqueles que o cercavam. Dentre as situações de conflito experimentadas enquanto estavam juntos, destaca um episódio em que ele, ao se ter envolvido em uma briga, ficou cego de um dos olhos.

Zenira conta que *Valter* foi muito esperado, pois o casal desejava ter um filho homem. Segundo ela, quando *Valter* foi crescendo, “*passou a ser o espelho do pai*” (*sic*). Faz menção à semelhança física entre os dois, “*você olha para Valter e é a mesma coisa de estar vendo o pai*” (*sic*).

Quando os pais se separaram, *Valter* foi morar com *Expedito*. A mãe conta que ele insistiu em levar o filho consigo. Acredita que tenha feito isso para magoá-la, pois, segundo ela, *Valter* era o filho mais querido. Como os pais não conseguiram chegar a um acordo em

relação a quem ficaria com o menino, transferiram a responsabilidade da decisão para *Valter*, e deixaram que ele próprio escolhesse com quem ficaria.

“Eu lembro de muitas confusões da minha mãe e do meu pai. Ele dava umas tapa em mim, ‘rocheda’³³. Tinha muita cachaça e eles acabou se separando. Eu escolhi ficar com meu pai quando eu era pequeno, mas depois eu vi que tava muita pressão e voltei pra casa da minha mãe e fiquei com ela, não queria mais voltar, não. (...) Voltei com uns 12 pra 13 anos.”

É possível que a escolha de *Valter* de morar com o pai esteja relacionada à sua identificação com ele, ao fato de ser reconhecido por todos como seu *espelho*. Segundo o adolescente, no período em que esteve morando com *Expedito*, ficou cada vez mais evidente o envolvimento do pai com roubos e com drogas. Além disso, o pai não costumava intervir em sua rotina, deixando-o ficar o dia inteiro na rua.

“Meu pai não dizia nada quando eu ia para a rua. Às vezes ele reclamava, dava lapada porque eu chegava tarde, tava drogado. Só por isso.”

As falas de *Valter* sobre o pai levam a crer que ele não se posicionava diante dos caminhos que o filho vinha seguindo. *Expedito*, além de se apresentar como uma referência para o envolvimento com as drogas e com a marginalidade, não fazia um movimento para tentar barrar a inserção do filho no universo da rua. *Valter* não faz menção alguma a um possível interdito do pai frente à relação que vinha sendo construída com meninos que estavam envolvidos com roubo e com a vida na rua.

Aproximadamente quatro anos após *Valter* ter ido morar com o pai, *Zenira* foi abordada pelo Conselho Tutelar, que levava o menino de volta para a casa, sob a justificativa de que ele estava há muito tempo na rua. Nesse período, *Zenira* trabalhava o dia inteiro em um restaurante, motivo pelo qual ela justifica não ter podido dedicar a devida atenção ao filho. Desse modo, mesmo quando *Valter* voltou a morar com a mãe, costumava passar os dias na rua, retornando a casa apenas para dormir.

Valter demonstra um carinho diferenciado em relação à mãe, referindo-se a ela como uma pessoa “*muito bondosa*” (sic). Em relação à sua história pessoal, *Zenira* conta que, quando criança, foi expulsa de casa por seus pais, que na ocasião não aceitaram o fato de ela ter iniciado sua vida sexual. Relata que sua primeira relação sexual foi com um adulto, aos 10 anos de idade. Não faz reflexões no sentido de ter existido ali uma relação de abuso por parte do adulto, na medida em que entende que, por ela ter consentido, não poderia ser caracterizado abuso.

³³ Forte.

A razão pela qual se faz menção à história de vida da mãe diz respeito ao entendimento de que é a partir das referências familiares que o sujeito se constitui socialmente, e cada família, como propõe Sarti (2004), é construída mediante a sua própria história, com base nos elementos acessíveis no contexto em que ela surge.

O modo como as relações se constroem na família encontra-se embasado nas experiências prévias dos responsáveis pelas famílias e na cultura em que cresceram. Nesse sentido, o fato de *Zenira* não ter podido, ela própria, experimentar em sua vida acolhimento por parte de seus pais, certamente repercutiu no modo como ela se posicionou perante os filhos.

Zenira afirma que queria proporcionar aos filhos uma vida diferente da sua, oferecendo-lhes amor e melhores condições financeiras. O fato de ela não estar presente em casa, deixa patente sua necessidade de trabalhar para sustentar os filhos. *Zenira* diz que “*vivia para trabalhar*” e que “*não tinha tempo para os filhos*” (*sic*). Passava o dia inteiro – algumas vezes mesmo a noite – no restaurante em que trabalhava. Conta que costumava sair de casa às quatro horas da manhã, só retornando às onze da noite. Ela não faz queixas em quanto ao vínculo empregatício construído nesse trabalho. Atribui ao esforço que foi feito a conquista de sua casa e a melhoria das condições de vida.

É possível perceber que, tanto do lado paterno como do lado materno, *Valter* não tinha a quem recorrer no sentido de interditar as relações construídas com outras crianças e adolescentes, já bastante envolvidos com a dinâmica da rua. Os motivos que levavam os pais a não intervirem na vida do filho eram diferentes. Do lado paterno, havia o próprio envolvimento com a ilegalidade; do lado materno, a indisponibilidade para cuidar dos filhos. Entretanto, sejam quais fossem as razões para não estarem junto do filho, o fato é que a ausência dos pais acabou por fortalecer a relação de *Valter* com esses grupos, consolidando a rua como o espaço prioritário para seu desenvolvimento.

4.3.2. A ida para a rua

Valter relata que já nos primeiros meses em que fora morar com seu pai passou a freqüentar a rua. Afirma que começou a sair de casa na companhia de alguns primos paternos que apresentavam vivência de rua. Desde o princípio de sua vida na rua, *Valter* diz ter-se envolvido com drogas e com roubos, já tendo sido, inclusive, internado na FUNDAC devido a uma tentativa de arrombamento de uma loja do Mc Donald's.

“Quando fui pra rua, pedia esmola, cheirava cola, roubava. (...) Roubava já com 8 anos. Comecei a roubar com os ‘pirraia’³⁴ me chamando. (...) Os ‘pirraia’ mais velho, quando a gente tava na rua, eles roubava. Aí, eu fui também, porque os meninos roubava. (...) No meu primeiro roubo, eu peguei a mulher no carro, no sinal, mandei ela passar o dinheiro dela todo. Ela viu que eu tava com o vidro na mão, impaciente já, eu e os ‘pirraia’.”

É possível perceber um forte envolvimento dele com os grupos na rua. Em suas narrativas, deduz-se que desde muito novo ele já incorporava os códigos desses grupos, e se envolvia em muitas situações de transgressão e violência. Na medida em que o vínculo com a rua se intensificou, *Valter* deixou de dormir em casa, retornando a ela apenas para visitar a mãe e os irmãos.

Valter acredita que as motivações, não só as suas mas também de outros adolescentes, para ir para a rua estão relacionadas com a influência de amigos e com o uso de drogas. É possível perceber que não existe associação alguma dele à sua história pessoal. Em suas narrativas, pôde-se perceber que as motivações para estar na rua costumam relacionar-se a elementos externos a ele, como, por exemplo, as drogas.

“Esses meninos que tem casa e tão na rua, eu acho que é as droga, tá ligado? É a influência das drogas que faz a pessoa ir pra rua. (...) Tá na rua por causa das drogas, por causa da cola. (...) Se a pessoa conseguir esquecer um pouquinho das drogas eu acho que essas pessoas que num conhece as drogas, nem pra rua vai.”

As falas de *Valter* costumam direcionar-se para uma noção de causa e efeito, estando ele na rua ora por causa da droga, ora pela ausência de abrigos, ora por dívidas com traficantes. Costuma deixar transparecer a crença de que, uma vez resolvidas essas questões, ele voltará rapidamente para casa. Entretanto, seu envolvimento com esse espaço parece estar relacionado com a vinculação que construiu, não só com a droga mas com a vida na rua, de modo geral.

Percebe-se, da parte do adolescente, que o universo da rua o seduz. *Valter* apresenta um grande envolvimento com as drogas, sendo usuário de maconha, cola e crack. Todavia, para além da relação com a droga, é possível observar uma dependência com as relações com os próprios amigos da rua.

O fortalecimento do vínculo de *Valter* com a rua está aparentemente ligado com as relações grupais por ele estabelecidas. Conforme já foi discutido em casos anteriores, a experiência profissional demonstra que, nesses grupos, as transgressões ganham um espaço privilegiado no modo como as crianças e adolescentes se relacionam com o mundo. A convivência com os grupos de meninos na rua parece tê-lo envolvido nesse universo, dificultando seu rompimento com ele. Ao se considerar o longo período em que *Valter* está na

³⁴ Expressão usada para referir-se a crianças e adolescentes.

rua, é relevante mencionar as questões mais específicas do relacionamento entre ele e os meninos na rua.

4.3.3. As relações na rua

“O que tem, tem que dividir na rua. Se num dividir a gente leva pro ‘vacilo’³⁵, né ‘véi’?! Porque um tem que ser amigo do outro, tá ligado? Não pode tá vacilando com o outro, não ‘véi’. (...) Vacilando, indo na cabeça dos outro, fazendo coisa que não deve. Se vacilar tem que cobrar. (...) Quem convive na rua sabe. Vacilou o cara mete ‘barrotada’³⁶, por aí vai.”

Valter dedica muito tempo de suas entrevistas a falar sobre as regras da rua. Segundo ele, os adolescentes que convivem nos grupos da rua exigem um rígido comportamento-padrão entre si, e são severamente punidos aqueles que burlam os códigos por eles mesmos estabelecidos. Na relação entre eles, percebem-se muitos conflitos, haja vista que, ao mesmo tempo em que são exigentes quanto ao compartilhamento dos bens e a “*não fazer coisas erradas*”, demonstram constantes tentativas de driblar as regras, em um movimento de aparentemente desejar ser punido por essa ação.

“(...) Mas, na ‘pá’³⁷, da gente, a gente sabe como cobrar os ‘vacilos’. Não precisa dar barrotada toda hora, não. Dá umas tapas e o cara já se ligou no sistema. Que muita violência não tá prestando, não, no mundo, não.”

Outro aspecto também interessante sobre os relacionamentos na rua, apontado por Valter, diz respeito às sanções impostas. É possível perceber que ele não parece encontrar alternativa para lidar com os erros cometidos, sem que isso se expresse pela via da agressão física. Na narrativa acima, parece querer demonstrar o quão compreensíveis são as regras estabelecidas por eles, apontando as agressões entre si como formas de proteção diante da violência da qual são vítimas.

Para abordar a questão das relações dos grupos na rua, serão retomados os argumentos de Freud ([1921] - 1976) no que dizem respeito à importância dos laços afetivos para a constituição do grupo. Nessa perspectiva, a falta de liberdade do indivíduo pode ser caracterizada como o principal fenômeno grupal, haja vista que a proximidade com outros indivíduos no grupo aguça a submissão do sujeito às emoções e reduz sua capacidade crítica, uma vez que os sentimentos experimentados nesse ambiente costumam ser exagerados e mesmo extremados.

³⁵ Vacilar implica em descumprir as regras das ruas, de modo que ‘Cobrar Vacilo’, quer dizer punir àqueles que violaram os códigos de convivência entre eles.

³⁶ Paulada.

³⁷ Turma.

A intensidade com que as emoções são vividas nos grupos dos meninos na rua faz com que a capacidade reflexiva perca força, pois não há espaço para a interdição da agressividade. A tolerância para a frustração é reduzida, o que faz com que pequenas desavenças acarretem conflitos recorrentes. As brigas costumam ser intensas, negligenciando-se o cuidado e o respeito pelo companheiro.

“Na rua ninguém quer perder pra ninguém. Um quer ser melhor do que o outro, aí começa a confusão. Na rua, os amigos que brigam, sabe que brigou na hora da ‘lombra’³⁸ da cola. Sabe que brigou por besteira, depois, com 4 a 5 dias, começa a se falar de novo, num consegue ficar muito tempo sem se falar.”

Nos grupos com que *Valter* conviveu na rua são comuns os companheiros que espancam uns aos outros, muitas vezes fazendo uso de objetos cortantes, como facas, cacos de vidro, pedaços de madeira e pedras. Nas falas dele, é possível perceber uma forte rivalidade entre os membros, uma competição para demarcar seu lugar e seu pertencimento ao grupo. A facilidade com que os meninos brigam parece ser a mesma com que fazem as pazes, deixando de lado o incômodo com a violência a que foram submetidos em nome da permanência no grupo.

Winnicott (2005) reflete sobre esse aspecto e afirma que os grupos de adolescentes são, em grande parte, ajuntados de indivíduos isolados que procuram formar um agregado por meio da identidade da afinidade a um determinado padrão de vida. Para ele, a aliança dos adolescentes se dá quando são atacados enquanto grupo, pois essa é uma organização paranóide de reação ao ataque. Assim, cessada a perseguição, o grupo retornaria à posição de um agregado de indivíduos isolados.

Rassial (1999) defende que o adolescente busca no grupo de “irmãos”, um estatuto social que a sociedade não lhe confere e a função da turma seria a de legitimar e incentivar as experiências transgressivas. Em situações nas quais o adolescente se encontra em um contexto que propicia um desenvolvimento sem maiores riscos para sua integridade física e psíquica, tais transgressões são essenciais para que ele possa simbolizar a Lei, introjetando as restrições por ela impostas. Todavia, em casos como o de *Valter*, em que a lei dos grupos se apresenta como substituto das regras sociais, as experiências transgressivas podem apresentar grandes ameaças ao sujeito, uma vez que não parece existir contraponto para ela.

“Às vezes tem amizade que é coisa boa, tá ligado? São da igreja, e tal, são tudo coisa boa. Mas, às vezes tem outras amizades que num presta. São aquelas que tão na rua, que tão usando droga, tão na influência de droga. Chama você pra beber, e pá! Começa a fumar maconha. Aí o cara começa e diz, eita, aquela droga é boa, e começa. Eu acho que é a influência das pessoa da rua, né?”

³⁸ Viagem da droga.

É interessante observar que as *amizades que não prestam* são justamente aquelas com quem *Valter* constrói aliança. Embora ele avalie que o melhor para si seria conviver com outros grupos de amigos, parece não conseguir distanciar-se daqueles que correspondem mais ao tipo de vida que leva. Os grupos considerados por ele como sendo bons dão a impressão de estar distantes de seus interesses pessoais. *Valter* demonstra construir uma dicotomia entre o que é compreendido como sendo bom e como sendo ruim, e suas práticas de vida são direcionadas para aquilo que afirma ser errado.

Os 10 anos de vida na rua talvez sejam a principal justificativa para consolidar o elo de *Valter* com esse ambiente. Com o passar do tempo, os códigos da rua ganharam cada vez mais espaço no modo como ele se relaciona com o mundo, pois uma deterioração maior de sua singularidade, o que dificulta que ele consiga descolar-se dos padrões de relacionamento vivenciados nos grupos da rua.

Conforme já foi discutido anteriormente, Freud ([1921] - 1976) postula que o “desaparecimento” das características individuais nas relações de grupo se dá a partir da substituição, por parte do indivíduo, de seu *Ideal do Eu* pelo *Ideal do Grupo*. No caso de *Valter*, observa-se que ele, talvez por carecer de modelos identificatórios em função do distanciamento dos pais, encontrou no *Ideal da rua* uma referência muito forte.

O contato com os grupos de meninos na rua, obtido da experiência profissional, faz pensar que esses grupos funcionam preponderantemente no registro do imaginário. A aliança formada a partir da fragilidade psíquica de cada um constrói um fenômeno de difícil ruptura. Nesses grupos os sujeitos se ligam imaginariamente, e é difícil romper a relação entre eles. É possível perceber um fortalecimento dos incômodos que não são percebidos pela via reflexiva, mas pela via da atuação. As experiências subjetivas são reeditadas em função dos fenômenos característicos dos grupos, de modo que o elo formado entre os pares parece reforçar os sintomas individuais, sendo mais difícil discriminar as questões particulares de cada um.

A vinculação ao grupo parece consolidar e agravar as dificuldades enfrentadas por *Valter* que, embora faça muitas queixas dos companheiros de grupo, demonstra dificuldades em se desligar deles.

Valter teve passagem por diversos grupos de crianças e adolescentes. Em suas narrativas, foi possível perceber que a rua tinha um espaço privilegiado em relação a casa, tanto no que se refere à trajetória por ele desenvolvida na rua, quanto pelo próprio investimento que foi feito em relação a falar desse ambiente. O adolescente, embora não tenha

conseguido fornecer muito detalhamento quanto a seu percurso na rua, mencionou ter convivido com grupos de diferentes espaços.

“Sobre os grupos de quando eu ficava na rua, já passei por muito canto, tipo, no Cabo, nos Coelhos, Treze de Maio, Campo Grande, Água Fria. Agora eu to aqui em Olinda, né?”

Nas entrevistas, fica difícil situar os acontecimentos no tempo, uma vez que *Valter*, comumente, mistura fatos que aconteceram no início de sua vida na rua com episódios recentes. Não foi possível identificar com clareza em que momento da sua história ele conviveu com os grupos referidos acima. Se, sob um determinado aspecto, a dificuldade de se situar no tempo parece relacionada com a própria noção de *atemporalidade*³⁹ do inconsciente, por outro lado, parece ter relação muito forte com a fragmentação das histórias de vida na rua.

Entretanto, como já foi citado em histórias anteriores, a dificuldade de situar-se no tempo pode estar relacionada com a acomodação do sujeito diante da impotência de não conseguir mudar o rumo de sua vida. A passagem dos dias, quando se está na rua, não parece trazer consigo muitas possibilidades de mudança, uma vez que tende a reeditar os conflitos experimentados em suas histórias. As relações construídas na rua têm uma aparência bastante estereotipada, pois há uma constante repetição das situações de violência.

“Eu num sei nada das histórias dos meus amigos, que eles num me conta. Eu conto só a alguns que eu tenho confiança.”

O desconhecimento das histórias individuais parece ser um aspecto que reforça a agressividade das relações entre os pares. Na medida em que o sujeito não compartilha sua história, nem tampouco conhece a dos demais, tende a focar-se nas ações expressas por eles e desconsidera que elas costumam estar repletas de significados.

Para Winnicott (*apud* Salem, 2007), a capacidade de ser espontâneo somente pode surgir de uma experiência inicial de confiabilidade. Os sujeitos que apresentam dificuldades na construção de laços de confiança na interação com o ambiente certamente encontrarão dificuldades no processo de amadurecimento psicológico. A dificuldade de encontrar alguém em quem se possa confiar parece ser um fator que contribui para fragmentar a vida de *Valter*, pois as relações por ele construídas na rua comumente se apresentam a ele como ameaça, o que reforça, assim, os problemas de sua vida.

³⁹ Freud propõe que o funcionamento inconsciente não se enquadra em uma métrica linear, na medida em que não é regido pelo tempo cronológico dos acontecimentos. Desse modo, fatos que ocorreram no passado podem ser tão relevantes quanto os experimentados no presente, ou como aqueles que se desejam alcançar em projetos futuros.

A experiência profissional leva a pensar que a fragmentação das histórias das crianças e adolescentes, advinda da fragilidade dos vínculos construídos com aqueles que os cercam, é um aspecto que dificulta a possibilidade de reconstrução de suas vidas. Na rua, os meninos são movidos por necessidades de sobrevivência cotidiana, sendo difícil abrir mão do que se necessita, imediatamente, em prol de um projeto de futuro. O presente é por eles vivido com uma intensidade destruidora, pois demonstram dificuldades em medir as conseqüências de seus atos diante das violações a que são submetidos.

4.3.4. A homogeneização no grupo e a dificuldade de mudar

Na rua, *Valter* transitou por diversos locais. Costumava passar meses em cada um deles, e normalmente deixava de freqüentá-los quando os conflitos ameaçavam sua vida. Conta que tinha o hábito de ficar na rua acompanhado de alguém e dificilmente estava só. Fez muitas ressalvas aos companheiros da rua. Referia-se a eles de uma maneira generalista e despersonalizada, já que demonstrava dificuldade em lembrar-se daqueles que de fato considerava seus amigos. Dentre seus companheiros de rua, apenas um foi mencionado como digno de confiança.

“Confiei em Rogério, que era um ‘pirraia’ chegado, morreu na minha frente, né? (...) Roubaram uma mulher lá na frente, um tal de ‘Sertanejo’, a mulher tava grávida e começou a botar sangue. Aí, o marido da mulher chegou de moto lá, perguntando quem roubou. Aí desceu da moto, sacou o ferro⁴⁰ e ‘Bêi! Bêi! Bêi!’, atirou, depois saiu correndo. (...) Ele caiu sem vida, já. Na minha frente, né, véi? Se ele num tivesse lá quem ia ter morrido era eu, né? Graças a Deus, que eu num queria que o meu colega tivesse morto, mas se num tivesse sido ele, era eu, que tava ali.”

Por diversas vezes, *Valter* faz menção à morte de seu amigo. Esse episódio aconteceu quando ambos tinham aproximadamente 16 anos. Chama a atenção o fato de ele se referir a ter estabelecido uma relação de confiança apenas com uma pessoa que já está morta. Também merece destaque sua ambivalência em relação a essa perda, pois, ao mesmo tempo em que lamenta essa morte, agradece por não ter ele próprio morrido. Não fica claro se a compreensão de que poderia ter morrido está relacionada com o envolvimento no o assalto, ou com a própria vulnerabilidade da vida na rua.

Aparentemente, Rogério passou a ser mais valorizado após a morte. *Valter* dá a impressão de ter construído uma imagem idealizada do companheiro, colocando-o em um lugar de destaque em seu bem-querer. A idealização do amigo parece estar relacionada com a

⁴⁰ Revólver.

identificação de *Valter* com ele, uma vez que ambos compartilhavam o mesmo estilo de vida, além de Rogério ter sido submetido a um fim que, por vezes, *Valter* teme que seja o seu.

A fala de *Valter* leva a refletir sobre o valor que é dado à vida dos meninos que estão na rua. A morte do adolescente aponta para a facilidade com que esses sujeitos são descartados. O assassinato de um indivíduo que não estava diretamente envolvido com o assalto leva a pensar que todos os meninos que participam dos grupos na rua são considerados iguais. Rotulados como marginais e “cheira-cola”, não existe discernimento por parte daqueles que se encontram fora do universo da rua de que cada um dos componentes daqueles grupos apresenta uma história de vida diferente.

Além da estigmatização imposta pela sociedade, existe ainda uma aparente homogeneização das atitudes e comportamentos nos grupos. A identificação com o *Ideal do Grupo* parece reforçar os comportamentos transgressivos e delinquentes de seus integrantes, o que faz com que no grupo não haja espaço para o surgimento de comportamentos diferentes.

Por um lado, se a ação da sociedade acaba por promover esse tipo de relações, por outro, a homogeneização dos comportamentos no grupo, acaba por consolidá-los nesse lugar, sendo difícil identificar as diferenças entre seus integrantes. O reforço do grupo ao modo como é percebido pela sociedade demonstra que não é possível pensar a relação dos sujeitos de modo dissociado do contexto social.

Para Pichon-Rivière (2000a), cada indivíduo carrega consigo a sociedade dentro de si, de modo que seus pensamentos e suas idéias seriam, na realidade, representações particulares e individualizadas do modo como captam o mundo ao seu redor, de acordo com sua história pessoal e com o modo como o meio atua sobre ele. Esse autor propõe que uma sociedade cindida é, inevitavelmente, constituída por indivíduos também cindidos, por pessoas que apresentam muitas dificuldades de sair da estereotipia de seus papéis, o que demonstra fragilidade diante da possibilidade de mudar.

A dificuldade de identificar os sujeitos entre os pares, além de aprisioná-los no *Ideal do grupo*, traz consigo um ganho secundário de proteção e pertencimento. Nos grupos, eles se protegem, e fica difícil identificar quem são os autores da ação.

“Mas, se ele num tivesse morto, eu tenho certeza que eu não tava devendo essa dívida, não. Eu tava lá embaixo com ele, com meus colegas de rua, cheirando cola. Mas, depois que ele morreu, eu num quis mais ir pro Arruda, eu num quis mais ir pra canto nenhum”.

É interessante que a fala de *Valter* em relação ao amigo demonstra a dificuldade que tem assumir a autoria de seus atos, expressa na crença de que, caso ele estivesse vivo, não

teria feito dívidas. É comum observar em seu discurso que a responsabilidade pelo que ele faz costuma ser sempre delegada a um terceiro.

Assim, ao amigo é delegado o poder de salvá-lo, da mesma maneira que, em diversas ocasiões, fora atribuído a Deus o poder de mantê-lo vivo. Embora tenham sido recorrentes as falas de *Valter* em relação a mudar de vida, suas ações e posicionamentos perante o grupo e a rua, observadas no cotidiano da instituição, sinalizam o contrário.

Pichon-Rivière (2000b) acredita que a mudança pode produzir-se em todos os campos, mas tem sua estrutura prioritariamente organizada no social, uma vez que é ele que cria as condições necessárias para isso. Para o autor, as situações de crise são mais frequentes do que as situações de mudança, e costumam, inclusive, precedê-las e prepará-las. As crises desencadeiam nos indivíduos estados de ansiedade diante de uma possível conquista. Toda mudança implica danos e gera insegurança diante da perda do sentimento de pertença a um grupo social estabilizado, mesmo que esse não faça, necessariamente, bem ao sujeito. Outro medo característico do processo de mudança é o do ataque, pois quando o sujeito abandona seu estereótipo anterior expõe-se a uma situação de vulnerabilidade, tendo em vista que não se encontra suficientemente instrumentado para se defender dos perigos que acredita estarem incluídos na nova vida.

No caso de *Valter*, como de tantas crianças e adolescentes que vivem na rua, as manifestações características dos processos de mudança parecem ser agravadas tanto por sua fragilidade psíquica quanto pela precariedade das condições que favorecem as mudanças. Outro fator que parece bastante incisivo nessa questão diz respeito ao movimento da sociedade para que esses sujeitos fracassem ou deixem de existir. Se as fragilidades referentes à vulnerabilidade do sujeito diante do medo do ataque se expressam em todas as situações de mudança, parecem acrescidas de intensidade no caso de sujeitos que, de modo geral, são alvo do ódio e do desprezo social.

4.3.5. O retorno para a comunidade de origem e o convívio com o tráfico de drogas

Aos 16 anos, após a morte de seu amigo Rogério, por se sentir demasiadamente ameaçado pela vida na rua, *Valter* fez a opção por voltar a morar com a mãe, o padrasto, a irmã e o irmão. Nos 6 anos em que viveu na rua, costumava voltar para casa apenas para dormir, passando às vezes meses sem dar notícias à família.

No período em que esteve em casa, participou de um projeto destinado ao atendimento de adolescentes e jovens em situação de risco social na rua cujo objetivo era qualificá-los,

inserindo-os no mercado de trabalho. Não forneceu muitas informações sobre a relação com esse espaço e limitou-se a dizer que frequentou o projeto por um período de seis meses.

Concomitantemente ao retorno para casa e à participação no referido projeto, *Valter* foi se envolvendo com traficantes da comunidade em que vivia. Conta que, na ocasião, tanto seu irmão de 15 anos quanto sua irmã de 19 anos consumiam e traficavam drogas. Cerca de seis meses depois de ter retornado a casa, *Valter* voltou a morar nas ruas, dessa vez ameaçado de morte por estar devendo mais de 600 reais aos traficantes com quem trabalhava.

A mãe de *Valter* conta que depois de ele ter saído de casa, seu irmão mais novo fez uma dívida de 200 reais com os mesmos traficantes a quem ele devia. Diz ela que conseguiu pagar a dívida do filho mais novo, que permaneceu em casa, com medo de que ele pudesse ser morto. Contudo, pouco tempo aos traficantes.

“Eu sempre pensei coisas boas para meus filhos, mas não é como a gente pensa. Não sei por que esses meninos deram pras drogas, a gente, como pobre, não deixa faltar nada. (...) Quando os meninos eram pequenos eu trabalhava muito, eu vivia pra trabalhar.”

De fato *Zenira* parece ter razão quando afirma que não foi, necessariamente, por falta de condições financeiras que seus filhos se envolveram com as drogas. Mesmo se se considera a situação de pobreza em que vivem, a mãe de *Valter* parece ter conseguido sustentar financeiramente os filhos. Na história da família, não se identificou a influência da mãe no sentido de estimular os filhos a saírem de casa para trabalhar e contribuir para as despesas do lar. Entretanto, percebe-se que *Zenira* não pôde acompanhar o desenvolvimento dos filhos, haja vista que passava o dia inteiro fora de casa.

Se analisada isoladamente, a ausência da mãe não pode ser caracterizada como justificativa consistente para explicar o envolvimento dos filhos com as drogas, uma vez que, nos dias atuais, diversas mães precisam passar o dia inteiro no trabalho para dar conta do sustento da casa. Entretanto, esse aspecto, somado à negligência e à violência do pai, bem como ao convívio com outros adolescentes usuários de drogas na comunidade em que vivem, parece formar um conjunto de fatores que colocaram *Valter* e seus irmãos em risco.

Conforme foi discutido no referencial teórico desse trabalho, Rassial (1999) entende a delinqüência e a toxicomania como sendo riscos que não devem ser remetidos apenas a um mal-estar individual, mas também a um mal-estar na cultura, os quais necessitam ser considerados como especificidades da adolescência.

Compreende-se a adolescência como um período em que os primeiros processos de identificação são atualizados, de modo que o mundo exterior e a lei são novamente questionados. Kehl (2004) propõe que nessa fase as ligações horizontais ganham espaço em

detrimento das ligações verticais, uma vez que o adolescente se mobiliza para construir novos sentidos para sua vida, questionando e consolidando os preexistentes.

Os filhos de *Zenira* parecem carecer de referências identificatórias que lhes possibilitassem ter força suficiente para não sucumbir aos apelos dos grupos de adolescentes com que conviviam. A ausência de adultos presentes para supervisionar e interditar as transgressões deles leva a crer que foi consolidada a relação com os pares. Embora *Zenira* demonstre preocupação e cuidado com os filhos, sendo reconhecida por eles como uma *mãe zelosa*, ela conseguiu fornecer-lhes os limites necessários para que eles não cedessem aos convites dos pares.

Para Rassial, a socialização do sujeito só será possível mediante a submissão do desejo ao interdito, de modo que, ao recalcar o desejo desmedido, o adolescente ganharia em troca o direito ao gozo de ser um adulto. Kehl compreende que o perigo dos grupos de adolescentes reside na dificuldade, imposta pela sociedade, de demarcar com clareza limites para a satisfação do desejo. A ausência de interdição pode fazer com que os testes de liberdade, característicos desse momento, amparados pela cumplicidade dos amigos, possam legitimar os atos de delinqüência.

Freud ([1921] - 1976) compreende que no grupo, regredido ao *Narcisismo Primário*, o sujeito tende a reafirmar seus *sintomas* a partir dos sintomas coletivos, e a criar em seu próprio mundo de imaginação imagens distorcidas das instituições sociais, suscetíveis à dominação pelas fantasias.

O vínculo social é construído a partir do relacionamento do indivíduo com outros membros da sociedade. O processo de identificação caracteriza-se pelo trabalho de integrar todas as identificações estruturantes na constituição do sujeito. Para De Gaulejac (*apud* Takeuti, 2002), o *Ideal do Eu* não está somente submetido às leis do funcionamento do aparelho psíquico, sendo influenciado pelo contexto social em que ele se desenvolve. Assim, para que vínculo social se construa, é necessário que a sociedade ofereça ao sujeito um *Ideal de Eu* que lhe permita a identificação com alvos coletivos.

O contexto social em que os filhos de *Zenira* cresceram é fortemente marcado pela violência e ausência de participação do poder público. A comunidade em que moram, como tantas outras na periferia, é reconhecida como um ambiente perigoso, em que a lei que se faz cumprir muitas vezes é a lei do tráfico e da marginalidade. Essa realidade tende a reforçar a identificação dos adolescentes com o ideal da delinqüência, uma vez que os traficantes se apresentam como sujeitos que têm mais acesso aos bens de consumo e prestígio diante da comunidade.

Valter faz uma interessante comparação entre a realidade vivenciada nas favelas e a realidade das ruas, aparentemente apontando o segundo contexto como “alternativa” para fugir das pressões e perigos experimentados no primeiro campo.

4.3.6. Favela X Rua.

“É diferente, porque você tem que ser muito, ‘entre aspas’, cabeça, porque a gente tem que lidar com vários tipos de gente, traficante, matador, psicopata, essas coisas. Já na rua, não, na rua, a gente não convive com traficante. (...) Tem que ter cabeça pra poder conviver com isso, com esse tipo de povo em favela, porque, senão, você vai ó... bailar. Eles matam a gente. Tem que segurar a onda. Às vezes, a polícia chega e você tem que fingir que não conhece ninguém. Mesmo conhecendo, tem que dizer que não conhece ninguém.”

“Na rua não mata, pode cobrar vacilo. Mas, em boca de fumo, boca de pedra, se você ‘cabuetá’⁴¹, você morre. É muito diferente. (...) Você pode ver que nunca, quase nunca, acontece morte na rua. A pessoa que assiste o jornal pode ver que nunca, quase nunca, acontece morte na rua. Acontece mais em favela. Na favela tem mais coisas violentas do que a rua. A rua tem sim, mas não é tanto igual à favela.”

“Na favela é mais violento. Na rua tem uma certa violência, mas, não se compara com favela, não.”

As narrativas de *Valter* parecem tocar em um aspecto importante que diz respeito à vulnerabilidade das pessoas que moram nas periferias. Nos bairros e comunidades mais pobres das cidades, observa-se que a intervenção do Estado é muito precária, o que faz com que a lei que vigore seja a lei da marginalidade.

Nascer e crescer em uma favela exige do sujeito um esforço aparentemente maior para não sucumbir às pressões sociais para enveredar pelo caminho do crime. O *ethos* da delinquência, como bem aponta Kehl (2004), não se encontra circunscrito às camadas mais pobres da sociedade, haja vista que a impunidade circula em diferentes esferas sociais, inclusive nas classes mais abastadas. Todavia, a impunidade nas favelas apresenta-se em sua forma mais crua e violenta, já que submete os cidadãos a situações de miséria, humilhação e risco iminente de morte.

A ação de um Estado que, além de não proteger, violenta, faz com que o sujeito, quando não está envolvido com o crime, tenha de se calar diante dele ou, do contrário, estará fadado à represália daqueles que comandam as comunidades em que vivem.

A dura realidade das pessoas que vivem nas periferias parece não atingir os sujeitos com melhores condições socioeconômicas, exceto quando há uma ameaça de confronto entre seus mundos. Ao seu modo, *Valter* parece questionar o grau de periculosidade dos sujeitos que vivem na rua.

⁴¹ Delatar.

“Eu acho assim, que os traficantes jamais iam ficar na rua, utilizando e vendendo droga, né? Que o traficante pra poder vender a droga dele, precisa de um esconderijo, um canto que ele se sinta seguro. Jamais um traficante vai ficar na rua: ‘Opa, quem quer maconha, quem quer maconha, quem quer droga?!’ Como se fosse uma coisa normal, vendendo um confeito, um picolé, uma pipoca. Não, ele ia ficar, sei lá! Ia ficar escondido. Então, o povo da rua num é traficante.”

Embora pareça um pouco precipitada a conclusão de que na rua não existem traficantes, a experiência profissional leva a concordar com *Valter* sobre o fato de os riscos na rua serem diferentes daqueles experimentados nas favelas. A natureza exposta da vida na rua dá indícios de que a periculosidade desse tipo de organização parece estar mais relacionada com aqueles que partilham dessa realidade com os que propriamente aos que estão fora dela.

Na rua, a brutalidades das ações é destinada aos próprios moradores dela, como no exemplo do amigo de *Valter*, o qual foi brutalmente assassinado por suspeita de envolvimento com o assalto. O contato com essa realidade leva a crer que o fato de os grupos de adolescentes na rua comumente permanecerem nos mesmos espaços, faz com que eles próprios tendam a interditar as ações dos companheiros quando essas colocam em risco a sobrevivência do grupo, banindo-os da convivência coletiva.

“Tem uns que roubam. (...) Eu roubo de vez em quando. (...) Quando os ‘pirraia’ roubam, aqui, eu vou lá e roubo. Mas, os outro da rua, não. O cara acaba se ferrando, sendo preso.”

Nas favelas, a dificuldade de aceitação das regras e dos limites por parte dessas crianças e adolescentes os torna facilmente vulneráveis à morte. Segundo *Valter*, os traficantes não abrem espaço para erros, sendo esses comumente cobrados com a própria vida. Nas ruas, os meninos costumam *cobrar vacilo*, ou seja, agredir aqueles que violam os códigos e regras dos grupos, porém em casos raros esses *vacilos* são cobrados com a vida, haja vista que isso põe em risco a existência do grupo.

Mesmo que dentro dos grupos as regras sociais pareçam não se aplicar, na relação com as demais pessoas existe, minimamente, um controle, expresso pela via do temor à represália que sua ação pode causar. As narrativas de *Valter* levam a crer que nos próprios grupos circula a crença de que suas vidas têm menos valor do que as das demais pessoas da sociedade. Assim, o ódio advindo da desvalorização social parece ser expresso, muito mais do que pela via da agressão física aos transeuntes, por ações e comportamentos que causam repúdio e pavor por parte deles, como, por exemplo, a expressão de uma sexualidade escancarada, o uso de drogas à luz do dia e a depredação do patrimônio público.

Foi questionado a *Valter* como ele percebe ser a relação com traficantes e o mesmo respondeu:

“Por uma parte é bom, por outra é ruim, né? Porque, aí, a pessoa sendo usuário de droga, pode pegar amizade com um ‘boqueiro’. Vai achar que porque pegou amizade tá seguro. Não, pelo contrário, tá mais prejudicado, ainda. Porque vai tá querendo comprar droga fiado. E aí, quando... quando pensar que não, teve a pior porcaria do mundo, tá devendo aquele ‘boqueiro’. E, aquele ‘boqueiro’ vai querer a grana de todo jeito, vai ser até capaz de matar a pessoa. Porque nenhum ‘boqueiro’ quer perder, não. Se ele num receber em dinheiro, ou em objeto, ou coisa de valor, recebe com a vida da pessoa. O ‘boqueiro’ tá nem aí, pra que se aquela pessoa vai roubar, ou vai trabalhar pra ter o dinheiro, ele tá aí pra querer receber a grana. De qualquer jeito.”

“Eu tô na rua por causa das minhas dívidas. Se eu num tivesse essa dívida agora, hoje em dia, eu tava bem na rua, pô! Se eu num tivesse com essa dívida agora, eu acho que ia ser difícil eu conhecer aqui Olinda.”

O medo de ser assassinado em função da dívida com os traficantes de drogas fez com que *Valter* fugisse da comunidade em que vivia para ir morar em outra cidade, retornando então à vida na rua. É válido salientar que, em sua volta para casa, ele não conseguiu mudar os padrões de vida que vinha levando na rua, tendo, inclusive, aumentado os riscos à sua integridade física, uma vez que se envolveu com pessoas que, além do comportamento destrutivo que se faz presente na rua, dispunham de uma organização que lhes dava o poder de ditar as leis àqueles que os cercam, já que decidem, inclusive, sobre o seu direito, ou não, à vida.

A experiência profissional faz pensar que existem diferenças marcantes entre as crianças e adolescentes que vivem na rua e aquelas que estão envolvidas com o tráfico. Embora em ambos os casos pareça haver uma forte aliança o com *Ideal da delinqüência*, nos adolescentes envolvidos com o tráfico existe ainda uma valorização do poder que detêm em relação aos demais. Os *meninos do tráfico* parecem ocupar um lugar de pertença social, uma vez que têm acesso aos bens de consumo, às armas, sendo valorizados pelos demais adolescentes em seu entorno.

4.3.7. A chegada à Instituição

Há um ano, quando *Valter* acabara de completar 17 anos, chegou pela primeira vez ao *Instituto Zózimo*. Na ocasião, estava acompanhado de um grupo de adolescentes que eram atendidos pelo serviço. Chegando à instituição, *Valter* mentiu sobre sua idade. Afirmava ter 14 anos, com receio de não poder ser atendido pelo projeto.

Ferreira (2001) chama a atenção para a adulteração do nome, bem como das demais referências do sujeito, como nome dos pais, idade e endereço, que são mecanismos de proteção usados para sua sobrevivência na rua. A experiência profissional demonstra que, além de *Valter*, uma série de meninos que chegam às instituições faz uso desse artifício para

se inserir nesses espaços. O medo de não ser aceito, ora por não ter perfil, ora pelo que viveu em sua história parece ser um fator que contribui para tal atitude.

Sua postura na instituição sempre esteve marcada pela transgressão. A agressividade expressada por *Valter* parecia, dentre outras coisas, dizer respeito ao receio de ser posto para fora daquele espaço. Nos registros do *Instituto Zózimo*, foi possível identificar que no momento de sua chegada, a equipe se questionou se ele deveria ou não ser atendido no espaço, uma vez que já era assistido por outro programa. Entretanto, a equipe do outro projeto foi contatada e informou que ele não mais poderia ser acompanhado naquele espaço, haja vista que sua presença colocava sua vida e a dos demais companheiros em risco. Desse modo, foi feita a opção por acolhê-lo no instituto.

Não é possível dizer ao certo se o movimento de desligá-lo do serviço diz respeito à ameaça real ou à dificuldade de conviver com ele, dada a sua postura agressiva frente à equipe. *Valter* costuma afrontar as figuras de autoridade, e aparenta tentar fazer valer a sua força diante do grupo também na relação com os profissionais.

Desde sua chegada, apresenta-se como um líder frente aos demais companheiros. Acredita-se que o papel que *Valter* ocupa em relação ao grupo está intimamente relacionado com sua larga experiência de rua. Para Samba (2007), as crianças e adolescentes que vivem nos grupos da rua valorizam a coragem, a destreza e a habilidade de tomar conta de si próprio e dos demais por parte das lideranças. Somada a essas questões, Ferreira (2001) aponta como característica importante para os líderes o conhecimento da lei da rua, adquirido com o tempo e com a imposição pela força, de modo a ditar sua lei de forma onipotente e caprichosa.

“Onde eu cheguei, era ‘chegado’⁴², porque sempre tinha uns que queria brigar comigo, mas sempre tinha uns que me conhecia, né? Que via que eu era um cara brincalhão, que arrumava dinheiro e pá. Muitos meninos gosta de mim, posso chegar em todo canto, porque se eu fosse um cara pilantra, o povo já tinha botado eu pra lavar, mas eu sou um cara chegado, ajudo as pessoas.”

Valter costuma esforçar-se para estar no centro das atenções, tanto da equipe quanto dos colegas. A forma de fazer voltar os olhares para si costuma ser expressa pela via da brincadeira e do humor, mas também é possível identificar um movimento de agressividade e destruição quando ele não consegue atingir os seus objetivos.

Para Baremblytt (1982), o líder é um papel que emerge nos diversos tipos de grupo. Para ele, os papéis são construídos a partir da representação que cada integrante tem dos

⁴² Considerado pelo grupo.

outros membros. Propõe que alguns tipos de lideranças, as autocráticas,⁴³ como no caso de *Valter*, favorecem o estereótipo de dependência, ao atuarem a serviço da manutenção do sintoma do grupo e da resistência a mudança. O papel de *Valter* como líder nos grupos da rua parece fortalecer seu vínculo com esse ambiente.

Nos primeiros meses em que estive no instituto, solicitava constantemente ser encaminhado para um abrigo, haja vista que essa instituição apenas oferece atendimento diurno, alegando não mais suportar as dificuldades de viver na rua. Por três vezes, *Valter* foi encaminhado para um abrigo, tendo evadido de lá em todas elas. Num dos encaminhamentos, chegou a passar duas semanas no abrigo, mas não suportou, tendo voltado para o convívio com o grupo e com a equipe do instituto.

“Já fui pra vários abrigos, tava deixando as drogas, mas no abrigo, ‘pô’, eu não consigo viver, né?”

“Eu voltei pra rua porque o abrigo lá num tinha ninguém conhecido, tá ligado? Os ‘pirrâia’ de lá é todo malicioso, e se eu fosse fazer malícia eu ia me prejudicar. Porque, eu vou dizer uma coisa, se eu for fazer malícia num é de tapa, não. Eu sou um cara que ‘só bate a real’⁴⁴. Eu preferi sair de lá e vim pra cá.”

A perda do convívio com os amigos parece ser um aspecto que dificulta a *Valter* suportar passar muito tempo longe da rua. O sentimento de pertença ao grupo faz com que ele se sinta mais forte, dando vazão para suas ações transgressivas e delinquentes. A ameaça a outros jovens com os quais ele não mantém boa relação – ou simplesmente não conhece – parece estar relacionada com os argumentos de Pichon-Rivière (2000b) em relação aos temores referentes aos processos de mudança.

Ao ameaçar matar os meninos que já estavam no abrigo, *Valter* quer, talvez, demonstrar uma organização paranóide de medo ao ataque, haja vista que, quando deixa o grupo a que pertencia, acaba por se expor a uma situação de vulnerabilidade, uma vez que não sabe ainda como se defender diante dos perigos incluídos na relação com o novo grupo.

Os recorrentes retornos à rua parecem manter uma relação com o sentimento de pertença a esse espaço, principalmente ao grupo. As questões que dizem respeito ao modo como é acolhido nos abrigos são importantes no sentido de combater a relação de dependência que ele constrói com a rua. Todavia, parece relevante fazer menção ao movimento psicoafetivo do próprio *Valter*, no sentido de compreender quais os principais entraves que dificultam sua adesão às oportunidades que lhe são dadas.

⁴³ São os tipos de líderes que costumam reger o grupo em função de seus interesses particulares, sem consideração com as necessidades dos demais integrantes. Sua característica mais marcante é a incapacidade de discriminação entre papel e pessoa, confundindo-se a si mesmo com o grupo.

⁴⁴ “Só diz a verdade”.

Segundo informações obtidas nos registros do *Instituto Zózimo*, em uma das vezes que *Valter*, após insistentes pedidos para ser abrigado, foi encaminhado para um abrigo, foi possível perceber seu medo e sua irritação diante da possibilidade de chegar à instituição à noite. *Valter* afirmava de teria que chegar ao espaço no horário da manhã, pois daria tempo de ele fazer amizades, de modo a construir alianças e minimizar a possibilidade de ser agredido enquanto dormisse.

O medo de *Valter* dos demais adolescentes nos abrigos, embora tenha um componente emocional muito forte, relaciona-se com a ameaça real de se confrontar com outros sujeitos que apresentam mecanismos de defesa semelhantes aos seus. O temor diante do outro potencializa a agressividade desses adolescentes, o que faz com que eles se mantenham por muito tempo em uma posição paranóide de medo ao ataque.

Conforme já foi discutido no referencial teórico, a busca de auto-afirmação é um componente imprescindível no processo de desenvolvimento da identidade do adolescente. Para Takeuti (2002), a impotência diante da desorganização social faz com que os adolescentes se tornem tão violentos quanto aqueles que os intimidam. Para essa autora, o uso da violência apresenta-se como um princípio norteador das relações do adolescente com o mundo, uma vez que o aloca no lugar de sujeito da ação perante um ambiente repleto de agressividade, riscos e confrontos.

A ameaça diante do outro parece comprometer os investimentos de *Valter* em mudar, ao fazer com que ele, a partir da aliança com o ideal da delinquência, assumia uma postura agressiva e destrutiva em relação às pessoas à sua volta. As vinculações por ele construídas na rua demonstram estar pautadas em relações de dependência, o que implica que o grupo se alie como forma de sobrevivência na rua. Não é possível identificar uma relação de confiança e respeito entre os integrantes do grupo; ao contrário, percebe-se que ele compreende os companheiros como marginais que influenciam negativamente os demais membros do grupo.

“Porque colega hoje em dia ninguém tem não. É colega que leva a pessoa para o caminho da perdição. Mas eu, graças a deus, tenho a minha mente que deus está me ajudando e tá me saindo de todos eles que querem me levar para o caminho da perdição.”

As falas de *Valter* se direcionam no sentido de que ele está rompendo com os grupos da rua; entretanto, o contato com ele no *Instituto Zózimo* demonstra o movimento contrário. Embora ele se refira a estar se afastando daqueles que considera más influências, é possível perceber que ele se encontra bastante ligado a essas relações. Em suas entrevistas, pôde-se observar que ele demonstrava querer convencer não só a pesquisadora mas também a si

mesmo de que vinha conseguindo fazer um percurso diferente daquele desenvolvido por seus amigos.

4.3.8. À espera de um milagre

“Já aconteceu várias coisas ruins de quando eu tava na rua, mas eu não gosto de dizer, não, o que aconteceu, não.”

“Graças a Deus a minha vida está boa, para o que era antes, nas ruas, nas drogas, me sentindo mal por causa de cola, de maconha. Mas eu vou deixar, estou me equilibrando, graças a deus.”

As idealizações produzidas pelas crianças e adolescentes em situação de rua parecem servir para tamponar suas faltas, em uma aparente tentativa de compensá-las. Para Tfouni e Moraes (2003), algo da ordem do desejo irrompe nesses sujeitos e faz com que eles criem soluções maravilhosas, que se sobrepõem a uma ausência, necessidade ou demanda.

Ao longo das entrevistas, *Valter* faz menção à crença de que Deus está sempre ao seu lado, monitora-lhe os passos e oferece-lhe possibilidades de um futuro diferente. Embora não tenha ligação com nenhuma igreja, recebe influência da religiosidade de sua mãe, que é evangélica. Deus parece ocupar um lugar em sua vida de referência sobre o que é certo, uma referência que se distancia das ações que pratica na vida, o que gera uma dicotomia entre o que imagina ser certo e o que de fato faz.

A ausência de perspectivas de vida parece consolidar a ligação de *Valter* com a rua, ao fazer com que as alternativas apontadas por ele para sair desse espaço estejam sempre associadas a uma solução “mágica”, a uma ajuda divina. Para analisar mais detalhadamente a questão da função da divindade na vida psíquica de *Valter*, faz-se uso dos argumentos de Freud ([1927] - 1976) sobre a necessidade da religiosidade por parte do homem. Segundo esse autor, a religião vincula-se ao estado infantil de desamparo e nostalgia diante do pai,⁴⁵ já que a ilusão religiosa é uma suplência ao abandono, à sensação de insignificância e de impotência do homem diante do universo. Desse modo, o sentimento de desamparo na infância desperta a necessidade de proteção, expressa por meio do amor e da necessidade de ser cuidado.

O reconhecimento de que esse desamparo perdura através da vida faz com que o sujeito recorra à existência de um pai, dessa vez, porém, um pai mais poderoso. Assim, a crença em um Deus justo e benevolente seria, para Freud, uma das mais fortes sublimações, na qual o homem, diante da impossibilidade de imaginar um mundo sem pais, falsificaria a imagem do universo por sentir-se desprotegido diante dele.

⁴⁵ Aqui compreendido nos termos da função paterna.

O anseio pela proteção de um *Deus-Pai* teria como função exorcizar os temores da natureza, amenizar as dores humanas frente ao medo da morte e compensar as privações e sofrimentos impostos pelo mundo. Nesse sentido, a onipotência divina serviria para aliviar o temor diante dos perigos da vida, e a crença na *vida após a morte* teria o papel de assegurar que seus desejos se realizarão.

“Eu tive muito sofrimento, não agüento mais sofrimento, não, ‘né véi’? Tenho muitas coisas pra contar, já levei porrada, já levei tiro. Mas, graças a Deus, nenhum desse aí me matou, estou aqui vivo.”

“Num sei que hora, num sei que dia, pode chegar os caras pra me matar. Mas, graças a Deus, Deus tá me ajudando.”

O medo de *Valter* em relação à iminência da morte baseia-se tanto nos riscos oferecidos pelo padrão de vida que leva na rua quanto no fato de ter sido ameaçado por traficantes da comunidade em que vivia com a mãe, devido a dívidas de droga. Entretanto, a ameaça de morte não fez com que ele redirecionasse sua trajetória de vida, mas, ao contrário, retornasse à convivência dos grupos na rua.

A história de *Valter*, tão fortemente marcada por conflitos e situações de violência, compromete o investimento que ele faz nas pessoas e na vida. É possível perceber que ele acredita ser Deus quem o mantém vivo na rua. A dificuldade de confiar em sua própria capacidade de mudança faz com que ele necessite recorrer à crença de que apenas uma intervenção “divina” poderá salvá-lo.

“Falta umas duas semanas para eu completar ano, que Deus me acompanhe daqui pra lá, que eu siga em frente que eu possa ter uma vida melhor e que eu possa voltar pra casa me afastar da rua um pouquinho, né? Trabalhar...”

Valter acredita a Deus sua possibilidade de crescimento. O Deus ao qual ele se refere parece ser um Deus compreensivo e condizente com sua condição de vida. O desamparo diante de uma vida na qual as relações se caracterizam pela via da agressão e da violência parece consolidar a relação dele com a rua. Sua onipotência frente aos perigos desse ambiente estaria ainda ligada a esse Deus, uma vez que demonstra a crença de que nada irá lhe ocorrer-lhe, enquanto Deus o proteger. Em suas narrativas, é possível perceber muitas falas referentes ao desejo de mudar de vida; todavia, suas ações parecem direcionar-se para a manutenção da situação em que vive.

Por vezes, deixou transparecer que aguardava um apoio para tirá-lo dessa situação. As justificativas utilizadas, tanto para permanecer quanto na rua para sair dela, dir-se-iam estar fixadas fora dele e associadas a um terceiro, de modo a isentá-lo da responsabilidade de

mudar, continuando a agir como se não fosse necessário fazer nenhum investimento nessa direção.

Castoriadis (2000) propõe a autonomia como a ruptura do sujeito com a alienação ao discurso do outro e considera que a *tomada de consciência* imprime uma postura ativa diante da vida. O confronto de *Valter* com uma miséria social e simbólica parece ter comprometido sua relação com o mundo. A escassez de sentidos para justificar a realidade em que vive acaba por restringir suas possibilidades de construção de uma subjetividade autônoma.

Percebe-se no funcionamento psíquico de *Valter* uma preponderância do registro imaginário, relacionada com a fragilidade de seus modelos identificatórios. Na relação com os pais, o suporte a esses modelos parece ter sido fragilizado, já que não é assegurada uma ordem simbólica consistente em seu contexto familiar. A mãe de *Valter* não conseguiu estabelecer limites, mesmo ao demonstrar amá-lo. O pai, por sua vez, só apresentava o limite da força bruta, pois, devido a seu envolvimento com a ilegalidade, não tinha força de autoridade de modo a contribuir para frear os impulsos delinquentes do filho.

A falta de *Castração Simbólica* compromete a capacidade do sujeito de aceitar a interdição. Takeuti (2002) compreende que a inconsistência no nível da constituição do *Ideal do Eu* prejudica a sustentação de projetos de vida, o que leva o sujeito a viver no *aqui e agora*. Para a autora, a identificação com o *ethos* da delinquência diz respeito às dificuldades para internalizar os limites do indivíduo social. Nesse sentido, o esvaziamento da *autoridade* acaba por influenciar no enfraquecimento dos processos identificatórios, e por comprometer o suporte dos interditos sociais.

Para a Psicanálise, a introjeção do interdito enquanto Lei permite a ultrapassagem do *imaginário* para o *simbólico*. Assim, a fragilidade dos processos identificatórios, da construção do *Ideal do Eu*, faz com que o sujeito seja regido preponderantemente pelo registro imaginário, o que fortalece sua identificação com o *Ideal do Grupo*. Nos grupos nos quais o sujeito constrói alianças, por sua vez, é possível observar também uma prevalência de funcionamento inconsciente, em que os integrantes costumam ser regidos pelo registro do afeto e das emoções.

As *soluções mágicas* experimentadas por *Valter* parecem ter relação com um *aprisionamento* na instância imaginária, originário do sentimento de desamparo proporcionado por essa vinculação. Nos grupos, os conflitos referentes aos modelos identificatórios encontrados em sua relação com os pais acabaram sendo reforçados, e se apresentaram de maneira mais agressiva e destrutiva do que nas primeiras relações.

Ao considerar, como diria Freud ([1921] - 1976), a tendência dos grupos para funcionarem prioritariamente no registro dos afetos e das emoções, o vínculo construído nas relações grupais parece ter consolidado a preponderância do funcionamento de *Valter* no registro imaginário, uma vez que, além de envolvê-lo no *Ideal do Grupo*, proporciona a reedição dos conflitos existentes em sua história.

A *solução mágica*, encontrada na ajuda celestial, surge, então, para dar conta da dificuldade dele em lidar com o desamparo diante das dificuldades apresentadas pela vida. A crença em um Deus onipotente surge para tamponar a dificuldade de se mover diante das imposições do meio.

“Protegido, protegido na rua ninguém fica não, né ‘véi’? Mas, onde eu tiver na rua, eu to protegido porque eu to com meu Deus. Ele não pode resolver todas, mas livrar da morte eu garanto que ele vai. Sabe porquê? Porque ele sabe, lá em cima ele sabe que eu sou um menino bom.”

As falas de *Valter* em relação a Deus levam a crer que ele o compreende como uma espécie de um *alter ego perfeito*. Nos termos de Calligaris (1999), um Deus que está sempre disponível para o sujeito, prestes a dar-lhe conselhos que, de fato, ele próprio deseja dar a si mesmo. Um Deus relacionado com a sua própria imagem de justiça, que conhece e simpatiza com suas fraquezas, e que pode indicar-lhe o caminho a seguir; mas, por ser o próprio sujeito, aprecia, sobretudo, quando ele se afasta desse caminho.

Suas narrativas dão a entender que a ajuda divina sinaliza a fantasia de que, imaginariamente, ele pode tudo. Assim, posiciona-se como se estivesse, permanentemente, à espera de um milagre. Por essa razão, encontra dificuldade de investir em *caminhar com as próprias pernas*. Diante da ausência de perspectivas de romper com uma rotina tão marcada por privações e violações das ordens mais diversas, imposta pela realidade da vida na rua, ele parece buscar na fantasia a possibilidade de poder fazer tudo o que quer, inclusive ser salvo por um Deus benevolente, que o tempo inteiro está velando por ele, protegendo-o.

4.3.9. Sobre a dificuldade de estabelecer relações de confiança

“Onde eu chego, eu tenho confiança, os outro deixar celular comigo, deixa dinheiro, manda eu levar dinheiro. (...) Não é todas pessoas que quer dar confiança a ninguém, não. Porque tem muita gente no mundo a pessoa não deve confiar. Mas, como é que a pessoa vai saber se a pessoa é boa se num dá confiança?”

“Então se a pessoa mostrar que é boa pra essa pessoa, não totalmente muito boa, mas, se mostrar que é legal com ele, e pá! A pessoa pode ser o pior marginal, a pior prostituta, maconheiro, traficante; ele pode ter abusado com menina, pode ter roubado na área, mas a confiança dele é a mesma. (...) Dando confiança a ele, se Deus tocou no coração dele, eu acho que ele já volta pra uma nova vida, tá ligado?”

“Assim, porque eu já roubei na área, aí os outro num quer dar confiança a mim. Vai ter que chegar alguém pra me dar confiança. Precisa ter essa pessoa que dá confiança ao cara, tá ligado? E é assim que se dá confiança a uma pessoa, porque se você deu confiança a mim, os outros que não queriam me dar confiança, tá vendo que minha confiança com você tá valendo, que eu to sendo um cara ‘rochedo’ na confiança, num to fazendo mais nada disso, aqueles tudinho que num queriam dar confiança a mim, vai poder dar confiança a mim, pô!”

“Confiança a pessoa tem que dar, mas não é em todos que a pessoa tem que confiar, não. Vou dizer a verdade, eu num confio nem no prato que eu como, que pode ter veneno; nem na camisa que eu visto, que pode ter bicho; nem no sapato que eu calço, que as vezes pode ter um prego, alguma coisa pra me furar. Num confio nem no meu bolso, pra botar dinheiro, que pode tá furado.”

Nas narrativas acima, é possível perceber em *Valter* o conflito entre desejar que as pessoas tenham confiança nele e ter dificuldade para confiar nos outros e em si próprio. Embora *Valter* dissesse que nos locais aonde chegava conseguia conquistar a confiança das pessoas, percebe-se a sua ambivalência em acreditar nessa premissa. O tempo inteiro ele repete que é preciso que haja alguém que consiga confiar nele, mesmo que, aparentemente, ele próprio não consiga fazê-lo.

A confiança é a base dos relacionamentos afetivos, sendo um fator de relevância para o sucesso ou o insucesso deles. Para Valentim & Kruehl (2007), a confiança permeia a vida das pessoas em diversos momentos e relações, e afeta tanto suas trajetórias quanto a daqueles com os quais interagem. A capacidade de confiar é importante para as relações sociais, uma vez que nem sempre existem alternativas para uma pessoa que não seja confiável. Para esses autores, na vida coletiva, a confiança nas pessoas e nas instituições se faz necessária, igualmente, para a manutenção da ordem, pois poderá contribuir para a maneira como o sujeito é percebido por si e pelos demais.

Valter parece desejar que surja alguém em quem não só ele possa confiar, mas que também seja capaz de confiar nele, mesmo ao considerar sua trajetória de vida e os delitos cometidos por ele. Mais uma vez, recorre à ajuda divina, mas diz ser difícil acreditar na possibilidade de construir a confiança, uma vez que ele próprio não consegue confiar em nada, nem em ninguém.

4.3.10. A convivência em uma Instituição de Atendimento

Valter está há mais de um ano sendo atendido no *Instituto Zózimo*. Durante esse período, vivenciou diversos conflitos, seja com os usuários, seja com a equipe. É possível perceber a grande ambivalência do adolescente em relação àqueles que o acompanham nesse local, ora demonstrando carinho e respeito pela equipe, ora sinalizando sua agressividade em relação a ela.

“Sempre quis tá aqui com vocês. Embora, com tanta perturbação que eu fiz, hoje em dia eu não estou fazendo mais, mas tem hora que eu perturbo, mas eu boto a minha cabeça pra pensar e não perturbo mais não. Quero dizer assim que foi o projeto que eu mais dei valor, porque já passei por vários projetos, nunca fiquei, nunca gostei. Passei várias vezes pela ‘DPCA’, por vários cantos. (...) Sempre eu queria estar presente com vocês aqui, mesmo quando voltar pra casa porque vocês foram uma das pessoas que me deu mais apoio, né ‘véi’?”

O fato de desejar ser atendido, de “dar valor” ao serviço, não faz com que ele, necessariamente, consiga aderir aos acordos e regras de convivência do espaço. *Valter* parece experimentar conflitos constantes em relação a *perturbar*, ou não, de modo a renovar diariamente a promessa de que não mais voltará a entrar em atrito com aqueles que o cercam. Entretanto, embora seja possível perceber seu desejo de fazer diferente, também se identifica sua dificuldade em romper com a repetição de sua história.

As “perturbações” de *Valter* parecem ter ligação com a sua vida, sua dificuldade de estabelecer vínculos de confiança com as pessoas, bem como com a passagem por diversas instituições e o modo como se apropriou do universo da rua durante os 10 anos em que esteve nesse ambiente. Identifica-se um movimento de trazer para o cotidiano da instituição os conflitos e códigos de convivência experimentados nos grupos da rua. Nesse sentido, embora *Valter* se esforce para aderir aos acordos da instituição, esses são prejudicados, pois apresentam outra lógica, diferente daquela vivenciada no universo da rua.

“As tias daqui, se o cara falar baixinho com elas, elas pensa que o cara é um otário, vai querer montar no cara. Então, o cara tem que falar mais ou menos alto pra elas se tocar no sistema.”

Observa-se que a tentativa de *Valter* de se impor pela via do conflito e da violência está perpassada pela crença de que, para ser valorizado e conseguir o que deseja é preciso fazer uso de ameaças e de um comportamento agressivo. Conforme foi discutido anteriormente, na rua os sujeitos são apreciados pela sua capacidade de sobreviver às dificuldades do dia-a-dia, por sua destreza em enfrentar os dilemas que se apresentam muitas vezes de forma violenta.

Ao afirmar que os profissionais necessitam se “tocar no sistema”, ele demonstra o desejo de envolvê-los em sua lógica, a da rua. O *sistema* ao qual *Valter* se refere faz lembrar o *Sistema Criança-Rua*, proposto por Lucchini (2003), principalmente no que se refere aos modos de *sociabilidade* e aos processos de *socialização* estabelecidos nesse contexto. Esse autor atenta para o forte padrão de organização e hierarquia dos grupos na rua. Faz menção à rigidez de suas regras e à submissão dos integrantes à severidade de suas punições. As sanções e recompensas estabelecidas na rua mostram que a ética desse ambiente difere

daquela difundida socialmente, uma vez que costuma ser regida por códigos extremamente rígidos e violentos.

Valter deixa transparecer que nos grupos em que convive o respeito é conquistado não pela qualidade das relações, mas sim, pela imposição por meio da força física e do comportamento delinqüente. Em suas narrativas, é possível perceber as dificuldades, não só as suas mas também as de seus companheiros, em lidar com a frustração e a aceitação dos limites que são impostos pelo outro.

“Algumas não faz o que a pessoa quer, só faz o que elas quer. Ai, o cara se invoca. (...) Eu quero conseguir o que é meu, se eu tiver oportunidade de ganhar, eu vou deixar passar, é?”

O contexto de que essa narrativa foi extraída estava relacionado com um questionamento sobre a dificuldade de *Valter* em aceitar um “não” como resposta a um pedido seu. A razão pela qual se justifica esse questionamento diz respeito a uma situação de conflito que ele vivenciou com um integrante da equipe do *Instituto Zózimo*, momentos antes de iniciar sua última entrevista. Nessa ocasião, *Valter* ameaçava depredar o espaço, caso não lhe fosse oferecido um vale-transporte para encontrar a mãe no final de semana. Mesmo tendo sido esclarecido que o projeto não dispunha de vale, o adolescente insistiu, exigindo que lhe fosse oferecida a passagem do próprio integrante.

Nos registros de monitoramento de seu caso, foi possível observar que situações como essa foram recorrentes em seu percurso na instituição. *Valter* apresenta dificuldade em aceitar uma recusa para seus pedidos, e mostra-se violento quando não tem suas demandas contempladas. A equipe desse serviço registrou inúmeras situações em que ele, além de depredar o patrimônio, agrediu alguns de seus companheiros, tendo sido, inclusive, encaminhado para a GPCA.

A relação de *Valter* com as instituições que o atendem parece ser de grande valor para se pensar seu posicionamento perante o mundo. Takeuti (2002) acredita que os adolescentes em situação de risco, quando tentam encontrar formas de sobrevivência psicológica em um ambiente social hostil, encontram-se presos em uma contradição entre a exigência social de conformidade às normas e a adesão a uma vida de marginalidade. *Valter*, como bem argumenta a autora, parece tentar auto-afirmar-se pela subversão da ordem à prática da delinqüência, com sua recusa à lei e à autoridade, bem como a imposição de seus desejos de modo violento.

4.3.11. A ameaça diante da maior-idade

A última entrevista realizada com *Valter* ocorreu poucas semanas antes de ele completar 18 anos. Suas ações no instituto sinalizam seus conflitos diante do temor do que poderá estar por vir com a sua maior-idade. Por duas vezes, foi preciso remarcar as entrevistas com o adolescente, haja vista que ele chegou à instituição sob forte efeito de drogas, pois fizera uso de crack e maconha. Na última entrevista, diferentemente das demais, *Valter* falou com mais clareza dos conflitos experimentados por ele nesse processo de transição.

“Comigo é outro sistema, eu tenho que me virar do meu jeito, porque eu não tenho nem irmão nem ninguém pra me ajudar na rua, não. Por isso que eu se viro em mim mesmo, se vier pra cima de mim, pode ser grande o que for, dessa vez eu tô botando pra ferrar. Tenho nada pra perder, não. Eu vou fazer 18 anos. Se morrer, morre uma vez só. (...) Eu não quero morrer, não, que isso num é desejo de ninguém, não. Mas, se vim, ‘né véi’? Se Deus me livrar ele me livrou, se não me livrar eu tenho que ir, mesmo.”

As falas de *Valter* levam a crer que sua agressividade resulta de uma experiência social negativa. A iminência da maior idade, atrelada à ausência de perspectivas de vida, nutre nele a compreensão de que não é possível mudar e faz com que ele ceda às pressões para sucumbir aos apelos da delinqüência. Em suas entrevistas, foi identificada a dificuldade de vislumbrar alternativas para romper com a vida na rua, haja vista que demonstra ter construído uma forte relação com esse ambiente, ao incorporar seus códigos e regras à sua auto-imagem.

A ligação de *Valter* com a rua faz com que ele se sinta incapaz de se identificar com outras formas de relacionamento com o mundo, sem sentir a ameaça da perda de sua própria identidade, e faz com que ele recorra a uma *solução mágica* para resolver os seus problemas, a crença em uma ajuda divina. Sem a ajuda de Deus, o adolescente parece não conseguir visualizar alternativas, para além da morte e da prisão, o que aparentemente aguça sua violência perante o mundo.

A aguçada transgressão de *Valter* no período que antecede a sua entrada na vida adulta faz lembrar os argumentos de Winnicott (2002) em relação à compreensão de que os investimentos agressivos da tendência *anti-social* se relacionam com um movimento de recorrer à sociedade para que ela possa fornecer a estabilidade de que necessita, a fim de transpor as dificuldades relacionadas com os primeiros e essenciais estágios de seu crescimento emocional.

“Sou um menino bom ‘né, véi’? Menino, não, que o tempo que eu era menino já passou, era pra eu aproveitar e eu não aproveitei. (...) Minha história tá muito complicada, eu queria voltar a ser quem eu era antes. (...) Se Deus quiser eu vou pagar a minhas dívidas, vou me livrar da rua, vou voltar pra casa e pronto.”

Os impulsos destrutivos sinalizam uma busca por reparação, uma tentativa de *voltar a ser quem era antes*, de modo a sanar as lacunas deixadas em seu desenvolvimento. Em suas atuações e pulsões inconscientes, *Valter* parece querer compelir a outro à responsabilidade de cuidar dele, haja vista que ele próprio não demonstra acreditar conseguir fazê-lo sem a ajuda de outra pessoa.

“E vocês que tão me escutando, um dia que vocês me conhecer, vocês que tão ouvindo o meu depoimento, se me conhecer um dia, se ver meu rosto pessoalmente, vai gostar de mim. Eu garanto que sou um menino bom. E quando me vê, pô, num precisa ter medo, não, que eu num mexo com ninguém, não. Aliás, eu ajudo as pessoas, se alguém quiser mexer, eu num deixo, não.”

Em suas entrevistas, *Valter*, manifesta o desejo de tentar convencer as demais pessoas de que ele é incapaz de lhes causar mal. Entretanto, a fala do adolescente, se confrontada com suas ações que mostram o movimento contrário, deixou transparecer uma tentativa de convencer a si próprio do que afirmava. As contradições presentes nas narrativas de *Valter* demonstram que ele próprio não acredita com veemência em sua capacidade de não seguir o caminho da delinquência. A tentativa de convencer um terceiro sobre suas qualidades aparenta um movimento de *Valter* de tentar provar a si mesmo suas capacidades e potencialidades, embora considerando o descrédito em si mesmo.

4.3.12. Aspectos mais marcantes da história de *Valter*:

Para finalizar a história de *Valter*, assim como a dos demais participantes, parece relevante fazer uma síntese de modo a relacionar mais diretamente os temas elencados, de modo a nortear a sua trajetória pelas categorias: socioeconômica, familiar, rua e instituição.

No que se refere ao contexto *socioeconômico*, salientam-se as influências da pobreza das periferias no modo como as relações se estabelecem na família. A ausência do Estado nas comunidades de baixa renda contribui para o fortalecimento do tráfico e do ideal da delinquência, pois faz com que as famílias experimentem dificuldades na educação de seus filhos frente aos atrativos dessa realidade.

É possível observar a interface das dimensões familiar e socioeconômica no direcionamento de *Valter* para a rua. A pobreza contribui para a fragilidade dos laços afetivos nas famílias, ao permitir que os sujeitos experimentem dificuldades na resolução de seus conflitos, o que tende a reproduzir nas relações que se seguem suas experiências de fracasso, como no caso da mãe de *Valter*, que aos 10 anos foi expulsa de casa após ter sido abusada sexualmente por um adulto.

No que diz respeito às questões mais específicas da *Dinâmica Familiar* de *Valter*, foi possível observar que a negligência e a violência doméstica contribuíram fortemente para sua saída de casa. Aliada a essa questão, puderam ser observadas as associações feitas pela mãe e os demais familiares entre *Valter* e seu pai. O fato de o adolescente ser permanentemente apontado como o espelho do pai parece ter influenciado em sua escolha para ir morar com ele, após a separação dos pais. O envolvimento do pai de *Valter* com o crime, bem como a ausência de supervisão em relação à educação do filho, possibilitou o envolvimento dele com grupos de adolescente que vivem na rua.

A aliança de *Valter* com os grupos da rua parece apresenta-se como uma tentativa de fugir das dificuldades vivenciadas em casa. Entretanto, sua imaturidade, originária da precariedade do modo como os conflitos foram trabalhados no lar, influenciou fortemente sua vinculação a grupos de crianças e adolescentes em situação de rua.

A precariedade das referências identificatórias, no sentido de inibir o envolvimento de *Valter* com a delinquência, parece ter feito com que ele fundisse sua identidade com a dos grupos da rua e passasse a funcionar preponderantemente no registro imaginário. Diante desse funcionamento, observam-se as dificuldades do adolescente de romper com a realidade da rua, o que incutiu nele apenas a crença em uma solução mágica, que tornaria possível sua mudança de vida.

No convívio com a *Instituição de Atendimento*, observa-se a tentativa de *Valter* de reproduzir as regras e códigos da rua, em que, para conseguir o que se deseja, é preciso fazer uso da violência e da força física. Em casos como o de *Valter*, uma tarefa importante da instituição é frear impulsos destrutivos do adolescente de modo a proporcionar-lhe outras referências identitárias e, assim, contribuir para a escolha de caminhos que apresentem menos riscos para sua vida.

5. UMA SÍNTESE (PROVISÓRIA) DAS ANÁLISES

5.1. Encontros e desencontros entre as histórias dos participantes

As histórias de vida de *Camila*, *Tereu* e *Valter* parecem servir para ilustrar a diversidade dos aspectos envolvidos na realidade de vida na rua, e para refletir sobre a complexidade da questão aqui tratada. As trajetórias dos participantes, consideradas como o elemento central de análise deste estudo, puderam suscitar questionamentos sobre algumas semelhanças e diferenças entre as pessoas que experimentam a vida na rua.

Conforme já foi previamente trabalhado nas sínteses individuais, dentre os aspectos analisados no percurso dos participantes, alguns foram considerados mais marcantes para o entendimento da problemática por serem transversais a todas as análises, quais sejam: o contexto socioeconômico; a relação com a família; as relações construídas com os grupos na rua, e o percurso junto às instituições de atendimento.

5.1.1. Sobre o contexto socioeconômico

As trajetórias dos três participantes permitem questionar, inicialmente, o argumento de que as crianças e os adolescentes que vivem na rua se encontram nessa situação exclusivamente devido à pobreza. A história de vida de *Camila*, por exemplo, que foi criada em um bairro de classe média, traz elementos que transcendem a noção de causa e efeito entre miséria e vida na rua, o que faz pensar sobre a importância do componente psicoafetivo nessa problemática.

Nos relatos de *Tereu* e *Valter*, também não é possível fazer uma associação direta entre a ida para a rua e a pobreza em casa, ao menos no sentido de buscá-la como forma de subsistência. A mãe de *Valter* faz questão de frisar que, com seu trabalho, nunca deixou faltar nada aos filhos. A de *Tereu*, por sua vez, afirma que “como pobre, ele teve tudo” (*sic*). Embora nesses dois casos se observe uma grande precariedade nas condições de vida, a pobreza parece ter mais influência no que se refere aos tipos de relacionamento que se constroem nessa realidade.

A precariedade das condições de existência das comunidades de onde esses adolescentes são oriundos – marcadas pelo temor à violência, pela carência de infra-estrutura e de serviços de assistência médica, social e escolar – influencia no modo como as relações afetivas se constroem. A miséria, associada à descrença nas instituições sociais, parece impulsionar os sujeitos a viverem marcadamente no *aqui e agora*, o que compromete os elos estabelecidos com as pessoas amadas e dificulta a construção de projetos de vida.

Nos espaços de atendimento a essa população, é comum a crença de que, uma vez sanadas as questões da pobreza, essas crianças estariam habilitadas a retornar a suas casas sem apresentar nenhum tipo de conflito. Contudo, observa-se que, para além das dificuldades socioeconômicas, as crianças e adolescentes em situação de rua apresentam problemas relacionados com o modo como se vinculam às pessoas, questões intimamente ligadas à construção de sua identidade e à apropriação do universo da rua.

Se a pobreza fosse o único aspecto determinante da vida na rua, *Tereu* certamente não teria retornado a casa, haja vista a extrema precariedade das condições de vida nesse ambiente. As dificuldades socioeconômicas também não explicam por que *Valter* é o único de seus irmãos a ter partido para a rua, uma vez que os demais também apresentam ligações com a ilegalidade, pois estão envolvidos com o tráfico de drogas.

A trajetória de vida dos participantes desta pesquisa parece corroborar o argumento de que a pobreza, a miséria e a desigualdade, embora sejam fatores que podem criar condições que contribuem significativamente para a procura pela rua, se analisados isoladamente não explicam a complexidade do fenômeno. Desse modo, ratifica-se a noção de que nenhum determinismo é capaz de explicar por que somente uma pequena parcela das crianças vitimadas pela pobreza parte para a rua, enquanto tantas outras, que experimentaram condições de vida semelhantes, permanecem em suas casas. É somente a partir da análise da correlação dos fatores envolvidos nas histórias que é possível construir sentidos para a busca da rua como espaço prioritário de vida.

5.1.2. Sobre as relações com a família

Outra justificativa comumente difundida para explicar as razões pelas quais as crianças e os adolescentes vão para a rua diz respeito ao argumento da violência doméstica. Esse tipo de compreensão também é bastante observado nos espaços de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco, e tende a culpabilizar as famílias desses sujeitos ao apontá-las como as principais responsáveis pela ida para a rua.

De fato, compreende-se que os conflitos experimentados na infância comprometem suas futuras relações com o mundo, já que a família um espaço privilegiado para o desenvolvimento das pessoas. Nesse sentido, parece importante salientar que os laços construídos na família se apresentam como norteadores do modo como os sujeitos irão posicionar-se perante a vida, perante o outro. Entretanto, os problemas experimentados no âmbito familiar não podem ser percebidos isoladamente, uma vez que se encontram circunscritos em um contexto mais amplo – no qual se colocam a exclusão e a violência –, que acaba por exercer um papel importante na reprodução das fragilidades afetivas.

Muitos dos responsáveis pelas crianças e adolescentes que se encontram na rua, como é o caso da mãe de *Valter*, que foi expulsa de casa aos 10 anos, vivenciaram, ao longo de seu desenvolvimento, conflitos e dificuldades nas relações com seus próprios familiares. Assim, quando analisadas de perto as histórias dos pais dos adolescentes, observam-se as influências no modo como lidam com os próprios filhos.

Os adolescentes referem-se à construção de suas próprias famílias como possibilidades de mudança. Quando questionados sobre suas perspectivas de futuro, *Camila* e *Tereu* se referiram ao desejo de construir novas famílias, de modo a fornecer aos seus filhos o cuidado de que se ressentem na relação com os pais. Se, por um lado, a gestação, ou até mesmo o desejo de conceber outra vida, se apresenta na fantasia como promessa de mudança e de amadurecimento, em muitos casos, acaba por reforçar os modos de relação vividos pelos sujeitos, que repetem suas histórias. A falta de maturidade para gerar e criar um filho acaba por se apresentar como mais um problema que o adolescente tem de enfrentar. Em muitas situações, tende-se a responsabilizar as crianças por suas dificuldades e insucessos na vida, ao reproduzirem os modelos por elas experimentados na relação com seus próprios pais.

Nos três casos, percebem-se dificuldades nas relações estabelecidas na família. Contudo, como se viu, esse aspecto não diz respeito exclusivamente à violência doméstica, mas ainda deve ser considerada a fragilidade das ligações afetivas entre os familiares. Um ponto importante a ressaltar é que, em todos os participantes, os conflitos vivenciados em casa parecem ter relação com a dificuldade de simbolização da lei e da autoridade.

Conforme já foi discutido no referencial teórico, é imprescindível para uma criança poder lidar com os seus conflitos de amor e ódio em relação às pessoas que para ela são uma referência, de modo que ela aprenda a controlar sua agressividade em nome do convívio com as pessoas à sua volta. Os lares de cada um dos participantes parecem não ter conseguido constituir as referências simbólicas de regulação do afeto e da ordem, sem que isso se expresse pela via da agressividade.

No caso de *Camila*, observa-se que, embora lhe tenham oferecido as melhores condições possíveis para que pudesse desenvolver-se de modo saudável, os avós aparentemente não conseguiram ajudá-la em sua dificuldade de aceitar não ter sido criada pelos pais. Os avós não puderam fortalecê-la em seus conflitos frente ao sentimento de abandono, o que fez com que ela terminasse por idealizar a figura transgressora do pai prisioneiro, construindo assim uma forte identificação com ele e com sua maneira de viver. A preocupação dos avós em resguardarem *Camila* construiu um ambiente de *super-proteção*, o que fez com que eles experimentassem dificuldades no estabelecimento de limites junto à neta.

A dificuldade em estabelecer limites é um aspecto que se faz presente nas três histórias. Nos casos de *Tereu* e *Valter*, o limite exprimir-se apenas pela via da privação e da punição. Não houve uma contrapartida para que eles pudessem desejar aceitar as regras. Em ambas as situações, os pais dos adolescentes se valiam da força física para se impor, ao exprimirem, implicitamente, a noção de que, para se conseguir o que se quer, é preciso usar a força bruta. Observa-se que as mães deles, por sua vez, não conseguiram oferecer-lhes um contraponto para a reflexão e a construção de outras referências simbólicas sobre a lei e a ordem, ao depositarem toda a responsabilidade sobre o comportamento dos filhos na violência dos pais, o que conseqüentemente, os isenta de participar desse processo.

Apesar de tudo isso, pode-se constatar que a percepção da violência doméstica não tem um efeito padrão. Embora tanto *Tereu* quanto *Valter* tenham sido vítimas de violência doméstica, percebe-se, no relato dos adolescentes, uma diferença importante quanto à percepção de cada um deles em relação ao posicionamento de seus pais. Enquanto *Valter* compreende que não havia preocupação em frear seu movimento na rua, *Tereu* acredita que a violência do pai vinha a serviço de protegê-lo da influência das *más companhias* dos amigos. A crença na preocupação por parte do pai aparenta servir como interdito para *Tereu* em relação a envolver-se com atividade de roubo. A aliança construída com ele parece estar mais relacionada com a imposição pela violência. *Valter*, por sua vez, demonstra que a agressividade do pai não está relacionada com uma postura educativa de interdição em relação ao roubo, uma vez que ele próprio também se encontrava envolvido com esse tipo de atividade.

Conforme foi apontado no referencial teórico, a identidade é construída mediante o olhar de reconhecimento do Outro, sendo os processos de identificação atualizados ao longo da vida. Nesse sentido, as identificações com a família desempenham a função de fortalecer as possibilidades de construção de novos laços afetivos, de modo a facilitar a relação do

sujeito com as pessoas ao seu redor. A identificação com os pais parece ser um aspecto importante nas três histórias. No caso dos meninos, as duas mães os apontaram como sendo “espelho” de seus pais e fazem uma associação tanto com o aspecto físico quanto com a postura diante da vida. No caso de *Camila*, sua avó também faz associação entre a busca da rua e o fato de seu pai ser presidiário.

Percebe-se nas três histórias uma aliança imaginária com a figura dos pais. Embora pareça precipitado fazer qualquer tipo de generalização em relação às referências paternas no que se refere à ida para a rua, percebe-se que os três pais se apresentaram como modelos identificatórios importantes, seja pela própria identificação dos participantes com essas figuras no convívio cotidiano, seja pela associação que fora feita pelos familiares.

Conforme foi trabalhado no referencial teórico, as conclusões desta pesquisa confirmam que, mesmo em situações permeadas pelo desequilíbrio das sociabilidades primárias e secundárias, o desenvolvimento psíquico de crianças e adolescentes é marcado pela identificação com os pais, particularmente no que diz respeito à construção da identidade e dos ideais. Esse processo é reforçado quando as crianças e os adolescentes são apontados pelas pessoas de referência como sendo o espelho daqueles cuja imagem é denegrada perante a sociedade.

Embora neste estudo sejam consideradas as questões de ordem inconsciente, entende-se que elas não podem ser dissociadas dos aspectos sociais. Nesse sentido, mesmo ao levar em conta a importância da função paterna nos termos de construção da identidade e de inscrição do sujeito na cultura, compreende-se que essa tarefa poderia ter sido exercida por um substituto, sem prejuízos, caso os participantes tivessem sido amparados por outras pessoas. Observa-se, no entanto, nas histórias dos três participantes que, além das dificuldades experimentadas com os pais, não foi possível encontrar dentro de casa um suporte para reelaborar esses conflitos, sendo eles reforçados pelos demais familiares.

5.1.3. Sobre as relações com a rua

A fragilidade das relações afetivas parece estar presente como pano de fundo na busca dos sujeitos pela rua. Porém, os conflitos familiares não precisam ser explicitados necessariamente pela agressão física, como ocorreu nas histórias de *Valter* e *Tereu*.

Observa-se em comum nos três casos o comprometimento dos vínculos no que se refere à dificuldade de lidar com os conflitos. Contudo, parece válido retomar os argumentos

de que, embora os motivos da partida de casa ocupem um lugar privilegiado na vinculação com a rua não são as únicas justificativas para a permanência nesse ambiente.

A fragilidade afetiva dos três participantes parece tê-los impulsionado para a rua, em uma aparente busca de novos modelos identificatórios. Como já foi discutido anteriormente, os processos identificatórios desdobram-se ao longo da história pessoal de cada um, já que a constituição do sujeito é resultante de elementos psíquicos e sociais. Desse modo, a identidade se constitui a partir da integração de todas as identificações experimentadas ao longo da vida e ocupa um lugar importante na construção do vínculo social.

Camila e Valter fazem uma associação entre a busca pela rua e a influência de amigos. *Tereu* demarca que sua saída de casa esteve relacionada com as agressões sofridas pelo pai e com o desejo de ter liberdade para brincar como as outras crianças. *Tereu e Valter* apresentam em comum, além da violência doméstica, a faixa etária com que saíram de casa (por volta dos nove anos), tendo vivido na rua um período mais longo do que *Camila*, que saiu de casa com 14 anos. Entretanto, embora os adolescentes apresentem mais tempo de rua, é possível perceber que as histórias de *Valter e Camila* trazem em comum um elemento de extrema importância para a apropriação desse ambiente como espaço prioritário de vida, a vinculação com os grupos da rua.

Com o tempo, a rua foi sendo incorporada ao sistema identitário dos participantes, sendo a vinculação com os grupos um elemento de extrema relevância nesse processo. É importante retomar aqui as referências teóricas sobre a relevância dos grupos na adolescência, para as quais a relação com os pares aparece como um fator indispensável no direcionamento que é feito na vida. Observa-se uma tendência a selecionar alguns tipos de companheiros em detrimento de outros, de acordo com os interesses específicos do momento que se vive.

Para o adolescente, esse aspecto ganha um lugar de destaque, uma vez que ele passa a buscar nos pares um suporte para lidar com as adversidades do meio, procurando fortalecer-se a partir de sua relação com os iguais. Nos casos estudados aqui, tanto *Camila* quanto *Valter* parecem ter construído uma aliança muito forte com os grupos de crianças e adolescentes que vivem na rua, o que fez com que esses ocupassem um espaço importante na construção de suas identidades. Em ambos os casos, percebe-se o desejo de ocupar o lugar de líder na rua, havendo uma forte identificação com o ideal do grupo, o que, por sua vez, dificulta a ruptura deles com esse espaço.

Viver nas ruas parece apresentar-se como uma *alternativa* adotada pelos participantes para lidar com as dificuldades por eles experimentadas. Todavia, a *escolha* desse caminho reforçou suas fragilidades de inclusão social em ambientes mais estruturados com relação aos

estudos, ao mundo do trabalho, ao convívio familiar, o que atrapalhou a construção de alternativas mais sólidas para lidar com os próprios problemas.

As falas dos participantes, sobretudo as de *Valter*, corroboram a noção de que os grupos na rua têm dificuldade de tolerar a diversidade de condutas e pensamentos, de modo que a uniformização de seus participantes é um fator que compromete a capacidade de reconstrução de uma nova identidade. A falta de diferenças entre os membros do grupo parece comprometer sua capacidade crítica, o que desencadeia uma predominância de fenômenos afetivos nos posicionamentos e nas escolhas a serem tomadas.

Esse aspecto é digno de uma atenção privilegiada, uma vez que o confronto com o grupo de iguais, embora fortaleça os sujeitos para lidarem com as ameaças advindas do ambiente externo – que comumente apresentam uma força destrutiva contra esses meninos –, acaba por não lhes apresentar alternativas para lidar com o sofrimento.

Nos grupos da rua, os participantes parecem deslocar a cena de seus conflitos primeiros, em uma aparente busca por significá-los. Entretanto, o que pôde ser inferido a partir das falas, principalmente de *Valter* e *Camila*, é que nesses grupos, movidos pelo registro afetivo, os sujeitos acabaram por experimentar a reedição e potencialização de seus conflitos identitários, de modo a envolvê-los na dimensão imaginária.

No caso de *Valter*, esse aspecto parece ser mais marcante, uma vez que desde muito pequeno ele compartilha da realidade da rua. Assim, as relações sociais desenvolvidas por ele estiveram pautadas nas regras dos grupos, o que fez com que fundisse sua identidade com a deles, comprometendo desse modo suas possibilidades de ruptura com essa realidade, de mudança de vida.

Com *Camila* observa-se um fenômeno semelhante; entretanto, em seu caso a necessidade de busca de pares parece ter sido marcada por sua entrada na adolescência, compreendida como um momento de reestruturação dos sentidos da vida. Em sua história, pôde-se perceber que os conflitos eclodiram com a possibilidade de construir novos vínculos e novas identificações. Porém, os modelos por ela confrontados parecem ter potencializado as suas inquietações, fragilizando-a em sua relação com a família.

Quando comparada a história de *Camila* com as dos demais adolescentes, sobretudo de *Tereu*, questiona-se a razão de ele ter conseguido romper, há mais de um ano, com a rua, enquanto ela permanece tão fortemente ligada a esse espaço. *Tereu*, além de ter partido para a rua há mais tempo do que ela, enfrenta maiores dificuldades de ordem socioeconômica, e ainda experimenta uma relação de violência em casa.

Um aspecto importante para diferenciar a história dos dois diz respeito ao fato de *Tereu* ter podido construir outras referências identitárias em seu percurso, enquanto *Camila* parece ter estabelecido uma aliança muito forte com os grupos dos meninos na rua.

Em suas narrativas, *Tereu* demonstra ter construído um percurso solitário na rua, ao destacar como personagens importantes de sua história as pessoas que se dispuseram a ajudá-lo no sentido de que ele pudesse construir novas perspectivas de vida. Outro aspecto também importante em sua história se relaciona com a vinculação por ele construída com um grupo de meninos que o acolheu em sua comunidade de origem.

Nesse grupo, *Tereu* pôde conviver com a novidade e vivenciou experiências que contribuíram para a fragilização do vínculo com a rua. O confronto com um grupo diferente, que não experimentou as mesmas dificuldades que ele, parece ter fortalecido sua aliança com outros modelos identificatórios e o estimulou na construção de novas experiências, a partir do contato com outra realidade. A ligação de *Tereu* com os novos amigos permitiu, aparentemente, que ele estabelecesse relações mais saudáveis que cooperaram para a reorganização de sua vida, o que fez com que ele encontrasse nesses vínculos o sentimento de pertença que era fragmentado em sua história com a rua.

Em contrapartida, *Camila* e *Valter* parecem buscar nos grupos da rua uma espécie de compensação pelas faltas de que se ressentem. A compreensão aqui adotada é a de que, nesses grupos, eles tiveram suas emoções e conflitos exaltados, de modo que se entregaram à intensidade da vida dos grupos a ponto de se a fundirem neles, perdendo, assim, os limites de sua individualidade.

O que pôde ser observado nas experiências dos três participantes é que os motivos que os levaram à rua não foram, necessariamente, os mesmos que os mantiveram lá. Os conflitos experimentados nas relações com os familiares, conforme já foi discutido anteriormente, desponta como pano de fundo para a partida para a rua. Todavia, o modo como os sujeitos se vincularam aos grupos da rua demonstrou exercer um papel importante na apropriação desse ambiente como campo norteador de sua identidade.

Compreende-se que as fragilidades das relações familiares podem ser sanadas – de modo algum sem prejuízos – a partir da construção de novos modelos de referência apresentados a esses meninos. Entretanto, o que acaba por acontecer é que, ao invés de encontrar referências que possibilitem outros sentidos de vida, na rua essas pessoas terminam por se confrontar com modelos ainda mais perversos de relações, o que fortalece a ligação com esse ambiente.

5.1.4. Sobre as relações com a instituição

Nas relações estabelecidas na rua, esses indivíduos costumam ser reconhecidos pelos comportamentos que apresentam no *aqui e agora*. Suas histórias e trajetórias tendem a ser desconsideradas por aqueles que os cercam, o que permite que sejam percebidos exclusivamente pela crueza de seus sintomas, de suas transgressões. A experiência profissional da pesquisadora leva a crer que esse fenômeno se reproduz também nas instituições que os assistem, sendo possível observar o movimento dos profissionais ao rotulá-los segundo o modo agressivo como eles se posicionam perante as pessoas.

Ao contrário desse comportamento mais situacional, esta pesquisa mostra que o conhecimento da história pessoal parece indispensável para compreender que cada um desses indivíduos se constitui a partir de suas experiências com o mundo. Considerar a especificidade de cada vivência do sujeito, bem como os artifícios por ele utilizados para construir sentidos para elas, é uma forma de se aproximar dele e, ao deixar que ele ganhe, espaço, se expresse. A possibilidade de oferecer alternativas de sentido para os aspectos mais singulares da vida de cada um pode ser um recurso importante para o redirecionamento de sua trajetória.

Os registros dos atendimentos de *Tereu* tornam patente que, quando ele chegou ao instituto, apresentava uma opinião muito negativa sobre o pai. No entanto, em suas entrevistas pôde-se observar que ele construiu outros sentidos para a violência paterna, ao afirmar que o pai o agredia como forma de também protegê-lo.

Não é o objetivo desta análise questionar a *veracidade* dos argumentos de *Tereu*. Entretanto, a compreensão que apresenta sobre o pai fornece elementos que sugerem uma forte identificação com ele. Essa identificação, por sua vez, parece desempenhar um papel importante na maneira como se posiciona perante a vida, tanto no que se refere à sua agressividade quanto à sua vinculação com pessoas que contribuíram para a construção de projetos identificatórios diferentes daqueles experimentados nas relações com a rua.

Considerar os conflitos referentes às vinculações do sujeito parece indispensável para a reconstrução de sua trama biográfica. A escuta profissional apresenta-se como um aspecto significativo para o crescimento dos sujeitos, uma vez que pode contribuir para a reconstrução de sentido dos acontecimentos experimentados ao longo da vida. Assim, uma contribuição importante dos serviços de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua é permitir-lhes revalorizar os pais e o grupo familiar, de modo a não fortalecer a noção de uma suposta culpabilidade por parte deles.

As instituições de atendimento devem estar habilitadas a fornecer ao sujeito um acompanhamento capaz de atender a suas necessidades especiais. Para tanto, é indispensável uma intervenção personalizada que considere o percurso do sujeito em sua relação com as pessoas que para ele são importantes. Considerar a singularidade da experiência de cada um pode contribuir para romper com o incessante movimento desses sujeitos de reproduzirem acriticamente seus conflitos primeiros nas relações que se seguem ao longo da vida.

Observou-se nos casos dos três adolescentes, principalmente no de *Valter*, uma tentativa de impor as regras e códigos da rua no convívio dentro da instituição. Diante de posicionamentos como esse, uma tarefa importante é construir regras e acordos de convivência que possam delimitar o que é permitido, ou não, se fazer nesse espaço. Essas regras devem ser suficientemente rígidas para frear o movimento destrutivo dos meninos em relação ao espaço, aos companheiros e à equipe. Entretanto, precisam ser flexíveis para não excluí-los de início, de modo a tornar possível que eles consigam valorizá-las paulatinamente.

É parece fundamental que os acordos possam ser freqüentemente lembrados e revistos, considerando-se, ao mesmo tempo, a importância de preservar a convivência coletiva e as necessidades específicas de cada caso. Conforme já foi discutido, parte-se do entendimento de que não existem modelos prontos capazes de abarcar a complexidade do atendimento a esse público, sendo indispensável a disponibilidade para focar-se nos processos.

A instituição confronta o sujeito com uma ética diferente daquela estabelecida na rua. Desse modo, o grupo de adolescentes atua no sentido de fragilizar os códigos dos espaços, em uma aparente tentativa de destituição das figuras de autoridade. Assim, faz-se necessário que os profissionais consigam manter-se nesse lugar, mesmo com todos os investimentos dos adolescentes para destituí-los de seu posto.

Nas narrativas de *Valter* e *Camila*, foi detectada a compreensão dos serviços de atendimento como campos de oposição à rua, como representantes da possibilidade de construir alternativas de vida. Contudo, uma vez caracterizados como opositores à rua, esses serviços acabam por se apresentar, em certa medida, como ameaça ao próprio indivíduo, haja vista que seu *Ideal de Eu* se encontra colado imaginariamente ao *Ideal da Rua*. Desse modo, a instituição demonstra a contradição de se apresentar, ao mesmo tempo, como alternativa identificatória e como afronta à própria identidade do sujeito, na medida em que ele não consegue claramente se distinguir da identidade dos grupos da rua.

As equipes das instituições de atendimento parecem apresentar-se como representantes da possibilidade mudar e, assim, terminam por se caracterizar como uma ameaça ao sujeito,

sobretudo aquele que se encontra completamente identificado ao universo da rua, como é o caso de *Valter*.

Conforme já foi trabalhado, toda mudança implica ansiedade e gera insegurança diante da perda do sentimento de pertença a uma dada realidade. Nesse processo, o sujeito abandona sua posição anterior, ao se expor a uma situação de vulnerabilidade, uma vez que não se sente preparado para se defender dos perigos que acredita estarem incluídos na nova vida.

Lidar com uma nova e angustiante situação é um processo que exige muito investimento por parte do sujeito. Essa angústia se constitui devido à desconstrução de suas certezas, de suas convicções a respeito de si e do mundo ao seu redor. Essa nova visão com a qual o sujeito se depara pode apresentar-se como algo assustador que o remete a uma posição de insegurança por tê-lo destituído de uma realidade com a qual já estava familiarizado. Assim, uma nova realidade, ao mesmo tempo que lhe possibilita ampliar seus horizontes, o faz confrontar-se com uma situação na qual ele nem sabe o que fazer, nem como agir.

Mexer com as convicções de cada indivíduo é algo que envolve uma desconstrução que costuma ser lenta e até mesmo penosa. Lidar com o novo pode ser difícil, mesmo quando sinaliza a possibilidade de crescimento e melhoria de vida. Percebe-se nos relatos dos participantes o desejo de que as coisas se resolvam, sem que para isso seja necessário um investimento por parte deles para mudar.

Foram recorrentes as falas que sugeriam descrença na capacidade de mudar e temor diante do futuro. *Valter* sinaliza esse receio quando fala de sua passagem para a maior-idade; *Tereu* também demonstra o medo de não conseguir crescer quando diz que se soubesse como seria o seu futuro, desistiria dele. O temor de fracassar parece fazer com que o sujeito delegue a um outro a possibilidade de lhe modificar a vida, o que dificulta seus próprios investimentos nessa direção.

Um aspecto considerado de fundamental importância na ruptura de *Tereu* com a rua foi a aliança com outros grupos de adolescentes que lhe permitiram enveredar por caminhos mais saudáveis, de modo a aproximá-lo do convívio comunitário e, por conseguinte, da relação com a família.

Parece indispensável a esses sujeitos que outra lei lhes seja oferecida, o que pressupõe a desarticulação com o grupo da rua e a oferta de uma nova saída. Do lado das instituições, atentar para os percursos que vêm sendo percorridos pelo sujeito pode contribuir para fortalecê-lo nessas relações, ao incitá-lo para o crescimento e a melhoria de vida.

A possibilidade de depositar confiança no outro apresenta-se como uma alternativa identitária, na medida em que pode fortalecer o sujeito na ruptura com a rua. Assim, é tarefa da instituição envolver-se com os sujeitos, para que o trabalho seja realizado em termos de manejar, tolerar e compreender as demandas implícitas em suas ações. Nesse sentido, é fundamental, por parte dos profissionais, apostar na capacidade das crianças e dos adolescentes de construir de novas referências identificatórias, de modo a contribuir para que essas não se apresentem como ameaça iminente de perda da própria identidade dos sujeitos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, buscou-se focar as análises nos processos de apropriação da rua, ao se considerar a singularidade como os sujeitos significam suas vidas, de modo a questionar as noções de causa e efeito, comumente utilizadas para pensar se refletir sobre essa questão. Partiu-se do entendimento de que cada aspecto da vida pessoal do sujeito – seja ele de que natureza for – deve ser analisado com cautela, devendo ser considerado em sua correlação com o todo.

A realidade das crianças e adolescentes que vivem na rua deve ser abordada em sua complexidade psicossocial, uma vez que, isoladamente, nenhum fator parece ter força suficiente para ser apontado como determinante para esse quadro. A razão pela qual se considera importante fazer essas ressalvas diz respeito ao fato de as informações obtidas a partir das trajetórias de vidas dos participantes desta pesquisa sinalizarem tanto a possibilidade de crescimento e mudança, por parte de adolescentes que foram vitimados pela precariedade de suas condições de existência, quanto a dificuldade em romper com a vida na rua, do lado de outros que apresentam melhores condições de desenvolvimento.

Os conflitos de ordem subjetiva parecem ocupar um lugar importante no modo como essas crianças e adolescentes se relacionam com o mundo. São eles vetores que tendem a consolidar os problemas proporcionados por componentes socioeconômicos. Observou-se nas histórias dos sujeitos o movimento de buscar a rua como alternativa para as dificuldades vivenciadas no universo familiar, dificuldades essas relacionadas com a fragilidade no modo como os conflitos eram trabalhados em casa.

Os lares desses sujeitos parecem não ter podido suportá-los em seus movimentos transgressores, o que fez com que eles recorressem às relações estabelecidas na rua como alternativas para isso. Compreende-se que as fragilidades no trato com os conflitos de amor e ódio por parte dos familiares estão muitas vezes relacionadas com as próprias dificuldades dos responsáveis nas relações com suas famílias de origem. Sobre esse aspecto, é relevante dedicar uma atenção especial a estudos futuros, no sentido de articular com maior profundidade as relações entre as histórias pessoais dos pais – os familiares – e o modo como eles compreendem e educam os filhos.

Foi possível perceber que na rua os adolescentes terminam por reforçar os problemas vivenciados em seus lares, uma vez que há nesse espaço um deslocamento das cenas primárias, em que o sujeito parece reproduzir os conflitos estabelecidos nas relações com suas figuras de referência.

As crianças e os adolescentes que se vinculam aos grupos da rua parecem ser os que têm mais dificuldade de superar esses conflitos. Compreende-se que nesses grupos os indivíduos atualizam seus conflitos pela via da repetição e do sintoma. Nos grupos das ruas, os integrantes constroem uma identificação pela via do pesar e da dor. Se, sob um determinado aspecto, existe uma pluralidade de sentidos que impulsionam o sujeito para a rua, todos eles apresentam em comum experiências de sofrimento.

As crianças e os adolescentes em situação de rua parecem reivindicar ao ambiente a que cuide deles. Na rua, eles reeditam as suas experiências de dor. Elas são potencializadas pelo modo violento como se relacionam entre si e como são tratados pelas demais esferas da sociedade. Nos grupos, eles se ligam uns aos outros como forma de proteção diante dos perigos. Porém, essa aliança acaba por colocá-los em risco, uma vez que aumenta sua exposição, o que os torna mais vulneráveis às represálias da sociedade.

Existe nesses grupos uma aliança com o Ideal da delinquência. Os sujeitos que experimentam essa realidade estão normalmente fragilizados em suas referências identitárias e acabam por assumir a identidade do grupo como sendo a sua própria. Na dinâmica dos grupos, há uma preponderância do funcionamento imaginário, o que faz com que as justificativas para não conseguir romper com eles e, por conseguinte, com a rua, não se expressem necessariamente pela via da racionalidade.

É imprescindível para essas crianças e adolescentes poderem conviver com outras realidades diferentes daquelas que vivenciam na rua. O confronto com novas pessoas, embora seja difícil, haja vista o movimento de tentar atualizar as experiências de violência e de fracasso obtidas em suas relações anteriores, é indispensável para que os sujeitos consigam romper com as relações estabelecidas nos grupos da rua.

A identidade se constrói a partir do confronto com o mundo. Assim, caso o sujeito não tenha a oportunidade de vivenciar outras realidades, diferentes daquelas experimentadas na rua, dificilmente conseguirá descolar-se da identidade da rua. Os adolescentes que têm a oportunidade de conviver com outros grupos, vencida a fase inicial de conflito e de sentimentos de ameaça, conseguirão, certamente, experimentar novas referências identitárias e, desse modo, poderão crescer e explorar outros ambientes.

No que se refere aos serviços de assistência a esse público, faz-se necessário atentar para as alternativas experimentadas pelo sujeito para romper com a rua. Fortalecer as crianças e os adolescentes em suas relações com outras realidades diferentes daquelas experimentadas na rua pode contribuir para sua saída desse ambiente.

A relação que essas crianças e adolescentes estabelecem com as instituições que os atendem expressa-se marcadamente pela via da transgressão. Observa-se um incessante movimento de tentar impor as leis e códigos da rua à realidade dos serviços. Nesse sentido, é função das pessoas que compõem as instituições barrar esse movimento, sem, contudo, contribuir para a exclusão dos sujeitos. Para tanto, as regras e acordos precisam ser permanentemente revistos com os adolescentes, de modo a envolvê-los na construção e na apropriação deles.

É possível perceber que a instituição confronta o sujeito com uma ética diferente daquela estabelecida na rua. Identifica-se na relação com essas crianças e adolescentes uma tentativa de encontrar nas instituições um limite para a violência, tanto a sua própria quanto a de que foram vítimas ao longo de suas vidas. Esse limite deve ser estabelecido em termos de respeito a si e ao outro. Nas relações desenvolvidas nos serviços de atendimento, é importante frear os impulsos destrutivos do sujeito, em nome da convivência coletiva, sem que para isso seja preciso excluí-los das instituições.

Nesses ambientes, é relevante que sejam demarcados os limites de si e do outro, pois as crianças e adolescentes que chegam às instituições de atendimento não foram, comumente, amparadas no exercício dessa tarefa. Observa-se, ao contrário, que a autoridade se expressa de modo habitual pelas vias da imposição, da violência e do autoritarismo, o que faz com que negligencie a importância de envolver o sujeito na construção do limite do outro.

A tendência da sociedade, dos grupos de adolescentes e até mesmo dos profissionais que acompanham esses meninos é de desconsiderar a história pregressa deles, bem como o percurso que os levou até aquele local. Considerar que a violência expressa por essas crianças e adolescentes se encontra circunscrita à sua história de vida parece ser uma alternativa para se tentar uma aproximação com esses sujeitos.

A instituição pode apresenta-se como uma nova referência identitária, pautada em códigos de convivência diferentes daqueles estabelecidos nos grupos da rua. Nesse sentido, precisa proporcionar ao sujeito a possibilidade de explorar outras vias menos perigosas, de modo a afastá-lo da situação de risco em que se encontra.

Sobre a questão da relação com as instituições de atendimento, ainda há muito a ser trabalhado. As contradições expressas nesses ambientes – que, mesmo nos dias atuais, muitas vezes se expressam mais em função dos interesses da sociedade do que propriamente das necessidades das crianças e dos adolescentes – devem ser analisadas com cautela. Observa-se que, em nome da convivência coletiva, muitas demandas específicas do sujeito são negligenciadas, o que faz com que ele tenda a repetir nesses espaços os seus conflitos na relação com o mundo.

As reflexões suscitadas neste estudo certamente servirão como ponto de partida para um maior aprofundamento de uma variedade de questões em estudos posteriores da pesquisadora. Dentre elas, destaca-se uma análise mais aprofundada das relações estabelecidas nos serviços de atendimento, considerando o modo como esses sujeitos são tratados, a realidade das práticas institucionais e a compreensão que as pessoas que compõem os serviços têm dessa população.

A experiência profissional da pesquisadora demonstra que existe uma descontinuidade nas ações desses serviços, o que, em certa medida, parece manter relação com a própria fragmentação das histórias de vida desses sujeitos e, por outro lado, com o descaso e a falta de credibilidade da sociedade, e sobretudo de alguns gestores, na possibilidade de mudar e fazer diferente por parte dessas crianças e adolescentes.

As expectativas em relação ao término desta dissertação relacionam-se com o desejo de que este estudo, mesmo quando se considera o seu caráter exploratório, contribua para a reflexão e a produção de conhecimentos norteadoras de práticas de intervenção que auxiliem no atendimento dessas crianças e adolescentes, de modo a fortalecê-los na construção de novas referências identificatórias e, conseqüentemente, na ruptura com a rua como espaço prioritário de vida.

7. REFERÊNCIAS

- ABTH, “Trabalho Social com Família”. Série *Em defesa da convivência familiar e comunitária*, 2002.
- ARIÈS, P., *História Social da Criança e da Família*. 2ª Ed., Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARBIER, R., *Pesquisa-Ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.
- BECKER, H. S., A história de vida e o mosaico científico. In: *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 101-115.
- BOWLBY, J., *Formação e Rompimento dos Laços Afetivos*. 3ª Ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CALLIGARIS, C., *Cartas a um jovem terapeuta: reflexões para psicoterapeutas, aspirantes e curiosos*. 8ª Ed., Rio de Janeiro: Alegro, 2004.
- _____, *Crônicas do individualismo cotidiano*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- CASTORIADIS, C., *A Instituição imaginária da sociedade*. 5ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CHEMAMA, R. (org.) *Dicionário de Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.
- CORREA, O. B. R. (org.), *Vínculos e instituições. Uma escuta psicanalítica*. São Paulo: Escuta, 2002.
- ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ENRIQUEZ, E., O Vínculo Grupal. In: LÉVY, A. ET AL. *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, Cap. 4, p. 61 – 74.
- FERREIRA, T., *Os meninos e a Rua – Uma interpretação à Psicanálise*. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001.
- FIGUEIREDO, L. C., *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1990)*, São Paulo: Escuta, 1994.
- FONTANELLA, B. J. B. e TURATO, E. R., Barreiras na relação clínico-paciente em dependentes de substâncias psicoativas procurando tratamento. *Rev. Saúde Pública*, ago. 2002, Vol.36, Nº.4, p.439-447.
- FREUD, S., Totem e Tabu (1913). In: *Obras Completas, Vol. XIII*. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1976.

_____, Psicologia de grupo e a análise do Ego (1921). In: *Obras Completas, Vol. XVIII*. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1976.

_____, Futuro de uma Ilusão (1927). In: *Obras Completas, Vol. XXI*. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1976.

GARCIA-ROZA, L. A., *Acaso e Repetição em Psicanálise: Uma introdução à teoria das pulsões*. 5ª Ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

HUTZ, C. S. e KOLLER, S. H., Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. *Estudos de Psicologia*, 1996, Vol.2, Cap.1, p.175-197.

KEHL, M. R., A juventude como um sintoma da cultura. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (org.), *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LEITE, L. C., *Meninos de rua: a infância excluída no Brasil*. São Paulo: Atual, 2001.

LESOURD, S., *A construção adolescente do Laço Social*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

LUCCHINI, R., A criança em situação de rua: uma realidade complexa. In: RIZZINI, I. (coord.) *Vidas nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2003. Cap. 2, p. 45-87.

MACIEL, C., BRITO, S. & CAMINO, L. Explicações das desigualdades sociais: um estudo com meninos em situação de rua de João Pessoa. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 Dez 2006. doi: 10.1590/S0102-79721998000200004.

MORIN, E., *Introdução ao Pensamento Complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

OLIVEIRA, R.C., O atendimento psicanalítico com autores de agressão. In: GRYNER, S., RIBEIRO, P. M. C. M. & OLIVEIRA, R.C. (orgs.) *Lugar de palavra*. Rio de Janeiro: Núcleo de Atenção à Violência (NAV), 2003, Cap. 6, p. 63-69.

OLIVEIRA, B. R. G.; COLLET, N., Criança hospitalizada: percepção das mães sobre o vínculo afetivo criança-família. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 7, n. 5, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11691999000500012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 Jun 2007. Pré-publicação.

PELLEGRINO, H., Pacto Edípico e Pacto Social. In: PY, L. A. (org.), *Grupo sobre grupo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

PICHON-RIVIERE, E., *Teoria do Vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.

- _____, *O Processo Grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000b.
- QUEIROZ, M. I. P., *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. QUEIROZ, Editor, 1991.
- RAFFAELLI, M., Crianças e adolescentes em situação de rua na América Latina: Artful Dodger ou Oliver Twist? In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, 1996, Vol. 9, Nº1, p.123-128.
- RASSIAL, J. J., *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.
- RIBEIRO, M. O., A rua: um acolhimento falaz às crianças que nela vivem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 5, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692003000500009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Nov 2006. doi: 10.1590/S0104-11692003000500009.
- RIZZINI, I., BARKER, G. & CASSANIGA, N., *Criança não é risco, é oportunidade: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Instituto Pró-mundo, 2000.
- RIZZINI, I. & RIZZINI, I., *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.
- RIZZINI, I. & BUTLER, U. M., Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas: revisitando a literatura. In: RIZZINI, I. (coord.) *Vidas nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2003, Cap. 1, p.17-45.
- ROLNIK, S. e GUATTARI, F., *Micropolítica – Cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Rocco LTDA, 1994.
- SALEM, P., Reflexões sobre confiança e hábito em D. W. Winnicott e J. Dewey. In: BEZERRA, B.; ORTEGA, F. (Orgs.). *Winnicott e seus interlocutores*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007, Vol. 1, p. 166-198.
- SAMBA, S. J., Miséria e lucro na rua: um retrato do cotidiano de crianças e adolescentes em situação de rua em Angola. In: *Serviço Social e Sociedade*, 2007, Vol. 89, Cap. 7, p. 155-176.
- SARTI, C. A., O jovem na família o outro necessário. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (orgs.), *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____, *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SUDBRACK, U. G., O extermínio de meninos de rua no Brasil. *In: São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 2004, Vol.18, Nº1, p. 22-30.

SZYMANSKI, H., Teorias e "teorias" de famílias. *In: CARVALHO, M. C. B. (org.), A família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

TAKEUTI, N. M., *No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis*. Rio de Janeiro: Relume Dumatá; Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.

TERTO JUNIOR, V. S., *Reinventando a Vida: história sobre homossexualidade e AIDS no Brasil*. Tese (Doutorado). Instituto de Medicina Social. Orientador: Richard G. Parker. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1997.

TFOUNI, L.V.; MORAES, J. A família narrada por crianças e adolescentes de rua: a ficção como suporte do desejo. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 14, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642003000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 Nov 2007. doi: 10.1590/S0103-65642003000100005.

VALENTIM, I. V. L.; KRUEL, A. J., A importância da confiança interpessoal para a consolidação do Programa de Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2007, Vol.12, Nº 3.

WINNICOTT, D.W., *A criança e o seu mundo*. 6ª Ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

_____, *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago E., 2000.

_____, *Privação e Delinqüência*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____, *A Família e o Desenvolvimento Individual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.